Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Fatores associados à venda da Agricultura Familiar
para o Programa Nacional de Alimentação Escolar nos
municípios do estado de São Paulo**

Ana Paula Cantarino Frasão do Carmo

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação de Nutrição em Saúde Pública para
obtenção do título de Mestre em Ciências**

**Área de concentração: Nutrição em Saúde
Pública**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Betzabeth Slater Villar

São Paulo

2017

**Fatores associados à venda da Agricultura Familiar
para o Programa Nacional de Alimentação Escolar nos
municípios do estado de São Paulo**

Ana Paula Cantarino Frasão do Carmo

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação de Nutrição em Saúde Pública para
obtenção do título de Mestre em Ciências**

**Área de concentração: Nutrição em Saúde
Pública**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Betzabeth Slater Villar

Versão original

São Paulo

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida **exclusivamente** para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese.

Ao meu companheiro, amigo e amor, Fausto, por seu apoio incondicional em todas as minhas escolhas, pelo grande amor e carinho que sempre me dedica e pelo seu exemplo de coragem, ética e determinação.

Aos meus pais, Anita e Paulo, exemplo de ética, comprometimento e amor.

Ao meu querido cachorrinho Snoopy pelo seu amor incondicional em todos os momentos.

“Sou da terra da garoa, paulista de coração,
Sou fio de gente boa, sou rico de tradição.
Morei sempre na cidade, toda vida estudei,
Frequentando as faculdade, em toda ela me formei.

São Francisco, em Direito, lá no Rio em Medicina,
Engenheiro de respeito, formei no Estado de Mina.
O meu pai gastou dinheiro, estudei lá no Japão.
Vortando do estrangeiro, foi conhecer o sertão.

Eu senti aquele aroma que só no mato é que tem,
Enrolei o meu diploma, fiquei no sertão também.
Pendurei minha gravata, meu terno de casimira,
Troquei a minha sonata por uma viola caipira.

Troquei a roupa grã-fina por uma carça de brim,
O bafo da gasolina pelo cheiro do capim.
Colega que se formaro, dei a caneta de ouro,
Troquei o assento do carro por um arreio de couro.

Palacete mobiliado, eu botei ele à venda,
Mandei fazer um sobrado, hoje é sede da fazenda.
Da cabocla sou querido, minha vida é uma doçura,
E hoje sou conhecido, o doutor da agricultura.”

Doutor da Agricultura
Tonico e Tinoco

Agradecimentos

À minha orientadora, Betzabeth Slater Villar, que me concedeu a oportunidade de trabalhar com o tema Agricultura familiar e o PNAE, e foi mais do que uma orientadora, com sua sabedoria, experiência e paciência me auxiliou em todos os momentos que precisei e me ajudou a amadurecer como profissional e pesquisadora.

Aos queridos professores da Faculdade de Saúde Pública com os quais tive a oportunidade de aprender e trocar experiências.

Às minhas queridas colegas que caminharam comigo durante esses dois anos de estudos: Daniela Bicalho, Vanessa Manfre, Cláudia Rodriguez.

A todos os membros da equipe de pesquisa – Bruna Lourenço Januário, Jamile Fernandes Ramos, Joyce Godinho Martins, Silvia Maria Voici e Sofia Sayuri Yoneta – e aos pesquisadores de campo, os quais contribuíram para a realização deste estudo.

Aos funcionários do administrativo da Comissão de Pós Graduação da Faculdade de Saúde Pública, que sempre estiveram disponíveis e amigáveis para ajudar e a solucionar qualquer dúvida.

Aos funcionários das bibliotecas da USP que me atenderam e tiraram todas as minhas dúvidas.

Às queridas colegas Rossana Mendoza e Larissa Baraldi que na reta final me auxiliaram nas análises estatísticas.

Ao meu marido, Fausto, que me ajudou na formatação deste trabalho e na revisão final.

Aos agricultores familiares que foram entrevistados nessa pesquisa e sem os quais este trabalho não seria possível.

CARMO, A. P. C. F. **Fatores associados à venda da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios do Estado de São Paulo.** 2017. Dissertação– Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2017.

Resumo

Introdução: A agricultura familiar (AF) e o PNAE após um processo de evolução política se vincularam em 2009 por meio da Lei nº11.947. O agricultor familiar a partir desse momento passou a dispor de um importante mercado institucional. Entretanto, esse ator apresenta dificuldades em atender à demanda do PNAE.

Objetivo: Caracterizar a venda da AF para o PNAE e analisar os fatores associados à compra da AF para o PNAE nos municípios do estado de São Paulo em 2012.

Metodologia: Trata-se de estudo transversal, envolvendo métodos de análise quantitativa. Os dados analisados foram coletados da pesquisa “O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a Lei nº11.947/2009”, a qual avaliou 38 municípios do Estado de São Paulo. Foram coletados dados de 110 agricultores que venderam para o PNAE. Os eixos de variáveis dos agricultores estudados foram: características socioeconômicas dos municípios, características do agricultor, apoio institucional e característica da venda. O PIB, IFDHM, presença de PAA no município e o apoio técnico e institucional oferecidos aos Agricultores Familiares dos 38 municípios estudados foram elencados em modelo hierárquico com o intuito de identificar os fatores associados à compra da AF para o PNAE. A compra da AF para o PNAE foi a variável desfecho do estudo. A descrição e caracterização foram calculadas por meio de medidas de tendência central e dispersão e frequências absolutas e relativas. O teste de McNemar foi utilizado para verificar diferenças entre a comercialização antes e depois da Lei nº 11.947/09. Foi feita uma regressão simples bivariada com o intuito de verificar o incremento no percentual da compra da AF para o PNAE entre 2011 e 2015. E foi utilizada a análise de regressão logística múltipla para analisar os fatores associados à compra da AF para o PNAE.

Resultados: Os 16 municípios dos AFs apresentaram IDHM alto (87%); os alimentos produzidos pelos agricultores eram em sua quase totalidade *in natura*; os

agricultores depois da Lei nº11.947/2009 aumentaram suas vendas para os mercados institucionais; a média no percentual da compra da agricultura familiar nos 16 municípios estudados subiu de 25,3% para 36,3% entre os anos de 2011 a 2015. Com relação aos fatores associados à compra da AF para o PNAE o apoio da prefeitura aos AFs do município e o levantamento da produção agrícola junto aos AFs do município feito pela nutricionista se associaram com a compra da agricultura familiar para o PNAE. **Conclusão:** O apoio técnico da nutricionista e o apoio institucional da prefeitura oferecidos aos Agricultores Familiares são fatores importantes associados à compra da AF para o PNAE.

Descritores: Agricultura familiar (AF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), compras locais, fatores associados.

CARMO, A. P. C. F. **Associated factors with the sale of the Family Farming for the Brazilian School Feeding Program in the cities of São Paulo State.** 2017.

Dissertation - School of Public Health of University of São Paulo, São Paulo, 2017.

Abstract

Introduction: The Family Farming and The Brazilian School Feeding Program (PNAE) after a process of political evolution were associated in 2009 by Brazilian act 11.947/2009. Since that time, the family farmer has an important institutional market available. However, this actor has difficulties to achieve the market demand.

Objective: To analyze the factors associated to the sale of Family Farming to the PNAE in the cities of the state of São Paulo in 2012.

Methodology: The study is transverse, using quantitative analysis methods. The analyzed data were collected from the study "The meeting of the National School Feeding Program and Family Farming: evaluation of the implementation process and the possible effects of local purchases, according to the act 11.947/2009", which evaluated 38 cities in the São Paulo state. Data were collected from 110 family farmers who sold to the PNAE. The main variables studied were: cities socioeconomic characteristics, farmer characteristics, institutional support and sale characteristics. The highest Gross Domestic Product (GDP), High Human Development Index (HDI), previous experience with the Family Agriculture Food Acquisition Program (PAA) and technical and institutional support to family farmers of 38 municipalities studied were listed in a hierarchical model in order to identify the associated factors. The purchase of AF for PNAE was the variable outcome of the study. The description and characterization were calculated through measures of central tendency and dispersion and absolute and relative frequencies. McNemar's test was used to verify differences between sales before and after the act 11.947/09. A simple bivariate linear regression was performed in order to verify the increase in the percentage of the FF purchases for the PNAE between 2011 and 2015. The multiple logistic regression analysis was used to analyze the factors associated to the FF purchase to PNAE. **Results:** The studied cities had high Human Development Index (HDI) (87%); the produced food by family farmers was almost entirely *in natura*; the family farmers after the act 11.947/09 increased their sales to the institutional markets; the average percentage of FF purchases in the 16 studies cities increased from 25.3% to 36.3% between

2011 and 2015. Regarding the factors associated with the purchase of family farming for PNAE, the support of the municipality offered to the family farmers and the survey of the agricultural production made by the nutritionist were associated with the outcome. **Conclusion:** The technical support of the nutritionist and the institutional support of the cities to family farmers are important factors associated with the local purchases.

Descriptors: Family Farming, Brazilian School Feeding Program (PNAE), local purchases, associated factors.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. JUSTIFICATIVA	33
2. OBJETIVOS	34
2.1. GERAL	34
2.2. ESPECÍFICOS	34
3. MÉTODOS	35
3.1. AMOSTRAGEM DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS	35
3.2. DELINEAMENTO	37
3.3. LOCAL DE ESTUDO E UNIDADE DE ANÁLISE	37
3.4. INSTRUMENTOS, MÉTODOS DE COLETA E PROCESSAMENTO DE DADOS	40
3.4.1. Dados primários	40
3.4.2. Dados Secundários	42
3.5. VARIÁVEIS DE ESTUDO	44
3.5.1. Variável Dependente	44
3.5.2. Variáveis Independentes	44
3.5.3. Variáveis de caracterização da venda da agricultura familiar	45
3.6. ANÁLISE DOS DADOS	46
3.6.1. Análise descritiva	46
3.6.2. Análise Inferencial	49
3.7. ASPECTOS ÉTICOS	51
4. RESULTADOS	52
4.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS QUE VENDERAM PARA O PNAE EM 2012	52
4.2. DESCRIÇÃO DOS ALIMENTOS FORNECIDOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR AO PNAE EM 2012	54
4.3. CARACTERIZAÇÃO DA VENDA DO AGRICULTOR FAMILIAR EM OUTROS MERCADOS ANTES E DEPOIS DA LEI nº11.947/2009	56
4.4. CARACTERIZAÇÃO DO PERCENTUAL DA COMPRA DA AF PARA O PNAE NOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS ENTRE OS ANOS DE 2011 A 2015	58
4.5. CARACTERIZAÇÃO DA VENDA DA AF PARA O PNAE DE ACORDO COM OS EIXOS: AGRICULTORES FAMILIARES, ESTABELECIMENTO FAMILIAR, APOIO INSTITUCIONAL E TÉCNICO, VENDA, CONSIDERANDO AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA	60
4.6. FATORES ASSOCIADOS À COMPRA DA AF PARA O PNAE	65

5. DISCUSSÃO	67
6. REFLEXÕES FINAIS	79
7. CONCLUSÃO	81
8. LIMITAÇÕES DO ESTUDO	82
9. REFERÊNCIAS	83
APÊNDICES/ANEXOS	91
Apêndice 1 – Questionário G - Planejamento logística de campo dos agricultores	92
Apêndice 2 – Questionário H – Agricultor Familiar Individual	93
Apêndice 3 – Questionário J – Agricultor Familiar Individual Vendendo pela Associação/Cooperativa.....	106
Apêndice 4 – Questionário B – Nutricionista 1	120
Apêndice 5 – Questionário C – Nutricionista 2	130
Anexo 1 – Aprovação do Comitê de Ética.....	136
Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	139
Currículo Lattes da aluna.....	142
Currículo Lattes da orientadora	143

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Distribuição porcentual das características socioeconômicas dos municípios dos agricultores familiares que venderam diretamente para o PNAE. Estado de São Paulo, 2012.	53
Tabela 2 – Caracterização da venda do agricultor familiar em outros mercados antes e depois da Lei nº 11.947/2009. Estado de São Paulo, 2012, n = 110.	57
Tabela 3 – Percentual da compra da AF para o PNAE nos municípios sorteados do estado de São Paulo entre os anos de 2011 a 2015. Estado de São Paulo, 2016.	59
Tabela 4 – Caracterização demográfica dos agricultores familiares que venderam para o PNAE segundo organização produtiva (individual, cooperado e associado). Estado de São Paulo, 2012.	61
Tabela 5 – Caracterização do estabelecimento familiar segundo organização produtiva (individual, cooperado e associado). Estado de São Paulo, 2012.	62
Tabela 6 – Caracterização do apoio institucional e técnico segundo organização produtiva (individual, cooperado e associado). Estado de São Paulo, 2012.	63
Tabela 7 – Caracterização da venda da AF para o PNAE segundo organização produtiva (individual, cooperado e associado). Estado de São Paulo, 2012.	64
Tabela 8 – Fatores associados à compra da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. São Paulo, 2012, n= 38.	66

Lista de Quadros

Quadro 1 – Agricultores familiares e organização produtiva.....	41
Quadro 2 – Questionários aplicados nos municípios pesquisados segundo a implementação da venda ou compra da agricultura familiar para o PNAE em 2012.....	42
Quadro 3 – Fontes dos dados secundários.....	43
Quadro 4 – Variáveis Independentes.....	44
Quadro 5 – Variáveis de caracterização da venda da Agricultura Familiar para o PNAE.....	45
Quadro 6 – Sugestões para a venda da Agricultura Familiar.....	47
Quadro 7 – Dificuldades para a venda da Agricultura Familiar.....	48
Quadro 8 – Descrição da análise hierárquica do estudo de associação entre a compra da AF para o PNAE considerando as características dos municípios e o apoio técnico e institucional oferecido aos agricultores familiares. Análise de regressão logística múltipla...	50
Quadro 9 – Alimentos da Agricultura Familiar produzidos para o PNAE.....	55

Lista de Figuras

Figura 1 – Conexão da proteção social com atividades de produção e consumo familiar e economia local (Fonte: Adaptado de FAO 2015b) ¹	21
Figura 2 – Dez Qualidades da agricultura familiar – (Fonte: PLOEG, 2014).	25
Figura 3 – Municípios do estado de São Paulo sorteados.	36
Figura 4 – Compra direta da agricultura familiar segundo a Lei nº 11.947/2009 em municípios do estado de São Paulo, 2012.	38
Figura 5 – Municípios onde foram realizadas as entrevistas dos agricultores familiares que venderam para a alimentação escolar de seus próprios municípios em 2012. Estado de São Paulo, 2012.	39

Siglas Utilizadas

AF -	Agricultura Familiar
ALC -	América Latina e Caribe
ATER -	Assistência Técnica e Extensão Rural
CNAE -	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CONSEA -	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP -	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DHAA -	Direito Humano à Alimentação Adequada
EMATER -	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO -	Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura
FNDE -	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INAN -	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA -	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS -	Ministério do Desenvolvimento Social
MST -	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA -	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPAF-	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PIB -	Produto Interno Bruto
PNAE -	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER -	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
PRONANII -	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAN -	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAF -	Seguro da Agricultura Familiar
SIGPC -	Sistema de Gestão de Prestação de Contas

1. INTRODUÇÃO

Para MALAVOLTA (1997. p. 89) a agricultura pode ser definida como “a arte de modificar os ecossistemas, em termos econômicos, sem produzir danos irreversíveis”. Sendo essencial para a humanidade, que costuma racionalizar os meios de produção, objetivando elevar a quantidade de produtos para a sua subsistência e para o comércio (DINIZ, 1986).

É interessante elucidar que a agricultura compõe uma das atividades mais complexas, e o homem, ao conviver com ela há milhares de anos, ainda não conseguiu controlá-la completamente (DINIZ, 1986).

Ao longo do tempo, a agricultura se preocupou em diminuir a dependência em relação à Natureza, sobretudo no que diz respeito à fertilidade dos solos e às condições climáticas, com o intuito de aumentar a produção (MAZOYER & ROUDART, 2010).

Considerando a fome responsável pela morte de milhares de pessoas em diferentes momentos da história, houve uma preocupação, em atender às necessidades da população, aumentando dessa forma a produção de alimentos (EHLERS, 1999).

A implantação de canais de irrigação, a adubação dos solos por intermédio da utilização de esterco animal, cascas e restos de alimentos bem como a invenção de equipamentos, como arados e moinhos, são exemplos do desenvolvimento de técnicas e de instrumentos que colaboraram para minimizar a dependência da agricultura em relação à natureza. O que assegurou o aumento da produção de alimentos, no entanto, esse aumento na produção não foi suficiente para abastecer toda a população e reduzir a problemática da fome. (HESPANHOL, 2008).

Com a segunda Revolução Industrial que aconteceu nos Estados Unidos no final do século XIX, foram instauradas as circunstâncias para que as descobertas científicas e tecnológicas, que até o momento se aglomeravam no setor industrial, atingissem a agricultura (ALVES et al., 2008).

A partir desse momento, quando a agricultura efetivamente adere às inovações tecnológicas, cresce a sua dependência com relação ao setor industrial, devido a crescente demanda de máquinas, implementos e insumos químicos (HESPANHOL, 2008).

O processo de incorporação tecnológica mencionado inicialmente esteve concentrado nos países desenvolvidos, sendo expandido para os países em desenvolvimento, com o nome de Revolução Verde (ALVES et al., 2008; HESPANHOL, 2008).

O pacote tecnológico da Revolução Verde era constituído de sementes melhoradas, de mecanização, de insumos químicos e biológicos e assegurava viabilizar a modernização agropecuária de qualquer país, elevando a sua produção, por meio de sua padronização em bases industriais (MARTINE & GARCIA, 1987; MAZOYER & ROUDART, 2010).

Os países em desenvolvimento entenderam a adoção desse “pacote tecnológico” como uma oportunidade de alcançar a autossuficiência alimentar e estabelecer a produção de um excedente agrícola importante no mercado externo, refletindo de forma positiva em todos os setores da economia, principalmente no industrial (MARTINE & GARCIA, 1987).

A modernização da agricultura no Brasil, advinda de um processo de incorporação do pacote tecnológico da Revolução Verde, se fortaleceu a partir de 1960, em pleno período de ditadura militar. Esse cenário possibilitou que os interesses da tríplice aliança formada pelo Estado, grandes empresas de capital nacional e internacional fossem essenciais para a consolidação desse processo (SILVA, 2010).

O Estado brasileiro criou um mecanismo institucional favorável à modernização da agricultura, como destaque temos: a criação do Estatuto dos Trabalhadores Rurais (1963) e do Estatuto da Terra (1964); a concessão de crédito subsidiado por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965); o investimento em pesquisa agrônômica e extensão rural. Este mecanismo facilitou a disseminação do modelo produtivista e a política fundiária, valorizando a propriedade privada atrelada ao mercado de terras e, ao mesmo tempo, controlando ou intervindo nos movimentos sociais de trabalhadores rurais (GRISA & SCHNEIDER, 2015).

O êxodo de milhares de colonos, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários de terras pode ser atribuído ao acelerado processo de adoção das inovações tecnológicas na agricultura e a intensificação da concentração fundiária. Esses trabalhadores se deslocaram para novas regiões de fronteira agrícola do

Centro-Oeste e Norte, bem como para os centros urbanos mais industrializados, especificamente São Paulo e Rio de Janeiro (IPEA, 2015).

É importante destacar que parte significativa dos trabalhadores assalariados temporários, ao não ser absorvida pelo mercado de trabalho urbano ou ficar desempregada ao ser substituída por máquinas nas atividades agrícolas, começou a se organizar em movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujo objetivo é reivindicar o acesso a terra por meio da reforma agrária (IPEA, 2015).

A “modernização da agricultura”, além de ocasionar problemas sociais como relatado no parágrafo anterior, fomentou o agravamento de perturbações ambientais derivadas da compactação dos solos por conta da intensa mecanização das atividades agropecuárias e da utilização indiscriminada de agrotóxicos. Consequentemente, ficaram frequentes, a partir da década de 70, os casos de contaminação de trabalhadores rurais, dos recursos hídricos, dos solos e das cadeias alimentares, englobando os animais, os alimentos e o homem (EHLERS, 1999; MULLER et al; 2003).

Pode-se dizer que a agricultura tem papel fundamental no mundo de hoje, mesmo com o grande desenvolvimento industrial, a expansão urbana e os seus problemas sociais e ambientais. Para alguns autores como DINIZ (1986), o desenvolvimento científico e tecnológico vem alterando os seus padrões tradicionais, porém ela continua responsável pela alimentação da humanidade. O autor cita que muitos países apesar de se encontrarem em estágios avançados de desenvolvimento urbano e industrial, a maior parte deles é essencialmente agrícola, e é para esta atividade que se orienta o contingente humano – em uma procura histórica de condições de subsistência (FAO, 2015a).

Cerca de milhões de famílias rurais no mundo estão passando por um ciclo de fome, pobreza e baixa produtividade, o que leva a um desnecessário sofrimento e prejudicado desenvolvimento agrícola e econômico. Desfazer este ciclo requer ações em dois domínios complementares: a proteção social e o crescimento nos setores produtivos da economia. Como a agricultura continua a ser o mais importante setor produtivo para as famílias que vivem nas áreas rurais, em muitos países em desenvolvimento, associar políticas de proteção social com o

desenvolvimento agrícola, se configura como uma estratégia importante para romper com o ciclo da pobreza rural (FAO, 2015b).

Apesar de poucos estudos terem correlacionado a proteção social com a agricultura, muitas avaliações de impacto têm sido realizadas com este tema. Na América Latina, no Caribe e mais recentemente na África subsaariana, programas de transferência de renda têm sido avaliados e refletidos em sua efetividade. Tais evidências relatam não apenas a efetividade das medidas de proteção social em amenizar o quadro de insegurança alimentar entre a população mais pobre, mas também, em aumentar o potencial produtivo das famílias agrícolas, melhorando dessa forma, a economia local da comunidade (FAO, 2015, a, b).

O relatório apresentado pela FAO (2015b) mostra a avaliação dos fatores que contribuem para a heterogeneidade de impacto dos programas e discute como políticas agrícolas podem se associar positivamente aos programas de proteção social.

Figura 1 – Conexão da proteção social com atividades de produção e consumo familiar e economia local (Fonte: Adaptado de FAO 2015b)¹.

¹ Título original: "Social protection linkages to household consumption and production activities and the local economy".

A Figura 1 ilustra os vínculos conceituais entre a pobreza no meio rural, a proteção social e a agricultura. A partir dela, podemos compreender as políticas públicas como um meio de se respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos (LEÃO, 2013).

O meio rural brasileiro é marcado por uma estrutura agrária desigual, herdada e reproduzida desde o período de formação econômica e social do país. O próprio sentido da colonização, o sistema de sesmarias, a Lei de terras (1850) e a modernização da agricultura (1960-1970) compõem alguns elementos históricos importantes que de certa forma contribuíram para o cenário agrário dominante brasileiro. Como destaque, temos as grandes propriedades rurais demarcando a desigual concentração da terra (GRISA & SCHNEIDER, 2015).

Atualmente, temos no país, propriedades de até 50 hectares correspondendo a 82% do total de estabelecimentos, e estas propriedades ocupam apenas 13% da área ocupada pela agricultura (IBGE, 2015).

A relação entre pessoal ocupado na agropecuária e a extensão da terra onde se localizam é inversa. Um total de 74% deles em terras até 50 hectares – destaca-se que, destes, 41% em áreas de 0 a 10 hectares – e apenas 3% em áreas acima de 2500 hectares. Assim, fica evidente que as pequenas propriedades absorvem grande parte do pessoal ocupado – um ponto positivo da agricultura familiar (MDA, 2009).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2006, existem no Brasil 4,3 milhões de propriedades da agricultura familiar, que cumprem um papel decisivo na produção de alimentos para o mercado interno. Seus estabelecimentos correspondem a quase 85% do total e ocupam $\frac{1}{4}$ da área total; absorvendo 74,4% da mão de obra ocupada na agropecuária (IBGE, 2006, 2009).

Em meados da década de 1990 ocorreu uma mudança na trajetória do reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro da diversidade do meio rural e da legitimidade das demandas da agricultura familiar. A política agrícola estava voltada quase que exclusivamente para a agricultura patronal, deixando de lado 4,4 milhões de estabelecimentos rurais familiares. Nesse contexto, foi criada a primeira política pública destinada aos agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1996, por meio do

decreto nº 1946 - este decreto foi revogado diversas vezes e atualmente se encontra no decreto nº 4.854, de 2003 (BRASIL, 1996; BRASIL, 2003b; MDA, 2009).

É importante ressaltar que houve uma evolução do PRONAF, ao longo do tempo passou por significativas mudanças, e hoje se apresenta em um estágio importante de construção política para os agricultores familiares.

Nos últimos quinze anos, o Crédito Rural do PRONAF passou por uma significativa expansão. Saltou de 184 mil contratos na safra 1995/96 para 1,4 milhão de contratos na safra 2008/09. Na safra 2008/09, foram financiados R\$10,8 bilhões e na de 2010/11 foram financiados 14,3 bilhões dos 16 bilhões previstos (CONSEA, 2011).

Os últimos anos foram marcados por um esforço de desconcentração regional do PRONAF, especialmente para as regiões Norte e Nordeste, de forma que ele pode ser acessado em todas as regiões do país (CAISAN, 2011).

Em conjunto com o PRONAF, foram desenvolvidos mecanismos de proteção e garantia de renda e dos financiamentos e produção. Podemos Destacar: o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Garantia Safra e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). Foi recuperada e reorientada a assistência técnica, por meio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que, em 2010, cobria aproximadamente dois milhões de agricultores familiares (CAISAN, 2011).

Segundo GRISA & SCHNEIDER (2015), o Brasil atualmente se diferencia na América Latina e Caribe (ALC) pela construção de uma ampla estrutura institucional que estimula a produção agrícola familiar, reconhecendo sua identidade e demandas específicas. Os mesmos autores citam o estudo da FAO (2012), no qual afirma que dos 32 países da (ALC), apenas oito dispõem de políticas públicas nacionais centradas na agricultura familiar, dentre os quais, o Brasil.

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, regulamentada pelo decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, o agricultor familiar pode ser considerado aquele que pratica atividades no meio rural, não detendo qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilizando predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; com percentual mínimo de renda familiar advinda de atividades econômicas do seu próprio estabelecimento ou empreendimento, com a direção do

estabelecimento sob a responsabilidade da sua família (BRASIL, 2006; BRASIL, 2017).

Esta definição incorpora o agricultor familiar, o pequeno produtor local, em uma categoria especial, fazendo uso de uma política que de certa forma define e protege os seus interesses.

A Lei traz princípios e instrumentos que formulam as políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar. No entanto, segundo PLOEG (2014), a realidade do agricultor familiar é mais profunda do que os aspectos apontados na legislação mencionada. De acordo com Dez qualidades da agricultura familiar, apontada em seu trabalho, o autor explora as qualidades da AF.

Para PLOEG (2014) a agricultura familiar pode ser considerada uma forma de vida em que existe um nexo entre a família e o estabelecimento, não sendo um lugar apenas de produção, mas parte de um fluxo que une passado, presente e futuro. Segundo o autor, as histórias repletas de memórias e as experiências são acumuladas e transmitidas para as gerações futuras. Desse modo pode-se falar em um local onde se vivencia e preserva a cultura – podendo ser considerada patrimônio cultural; fazendo parte da paisagem rural – “nesse ambiente pode-se trabalhar com a natureza, em vez de se trabalhar contra ela” – conservando, sobretudo a biodiversidade;

A Figura 2 ilustra todos estes conceitos abordados por PLOEG:

Figura 2 – Dez Qualidades da agricultura familiar – (Fonte: PLOEG, 2014).

Associar políticas voltadas para a agricultura com alimentação explorando a Segurança Alimentar e Nutricional pode ser considerada uma estratégia para desenvolver a agricultura das “minorias” e abastecer parcela da população que sofre com as mazelas das desigualdades sociais, uma população que se encontra à margem da sociedade.

MILLON (2010) conceitua as políticas públicas como sendo mecanismos de efetivação de direitos, pelos governantes, que o fazem na busca de melhor atender ao interesse público ou no enfrentamento de um problema social. Para o autor, sempre que o poder executivo buscar um plano de atuação estruturado em etapas, que inclui tomada de decisões políticas, com adequada percepção de necessidades, voltado ao atendimento de interesse público, à satisfação de direitos ou a solução de problemas sociais, estaremos diante de uma política pública.

As políticas de Segurança Alimentar e Nutricional bem como outras políticas e programas inter-relacionados são ações governamentais dirigidas à garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) (CONSEA, 2011).

A expressão Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem sentido polissêmico e engloba aspectos como questões históricas e sociológicas relacionadas à produtividade agrícola e desenvolvimento rural bem como tendências do comércio internacional (VIEGAS, 2010).

Diversas iniciativas vêm sendo empreendidas no sentido de articular gastos públicos com a alimentação e a produção local da agricultura familiar, de modo que os programas que visam garantir o direito humano à alimentação possam ser geradores de desenvolvimento local (FAO, 2015b).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) criaram mecanismos de gestão e abriram precedentes do ponto de vista legal, que autorizam a compra direta de gêneros alimentícios pelas instituições públicas, sem necessidade de licitação, democratizando e descentralizando as compras públicas e criando mercado para os pequenos produtores (BRASIL, 2003^a; HAWKES et al, 2016).

No ano de 2003, com a criação do PAA pelo Governo Federal, fortaleceram-se as ações dirigidas a melhorar as condições de renda dos agricultores familiares. O programa adquire alimentos diretamente do agricultor familiar destinando-os às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional - atendidas por iniciativas públicas de alimentação e nutrição e para a formação de estoques estratégicos (BRASIL, 2003a).

Entre 2003 e 2010, foram investidos mais de R\$ 3,5 bilhões no programa e adquiridos em torno de 3,1 milhões de toneladas de alimentos. Os principais alimentos adquiridos são leite, grãos e cereais, doados para as escolas e entidades socioassistenciais e para o abastecimento dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (CAISAN, 2011).

A importância do PAA está na introdução da modalidade de compras por meio de chamada pública, permitindo que os agricultores familiares participem do mercado institucional, dispensando as normas de licitação, impostas pela Lei de Licitações e Contratos Públicos, a Lei nº 8.666/1993 (BRASIL, 1993).

No Brasil, uma política pública vem ganhando destaque ao longo dos anos, especialmente no mundo, como uma política de promoção da segurança alimentar e nutricional mais abrangente e duradora (PEIXINHO, 2013). A política de alimentação escolar no Brasil existe há mais de 60 anos. Iniciou-se com a Campanha da Merenda Escolar em 1954, passou por diferentes denominações, estruturas institucionais e modalidades de gestão, sem sofrer interrupções até o presente (STURION, 2002). No entanto, a partir de 1976 com a criação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONANII), ocorreu a integração da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) ao então PRONANII (BELIK & SOUZA, 2009; PEIXINHO, 2013).

Dessa forma, o Programa Nacional de Alimentação Escolar se configurou como um programa ligado ao ministério da educação e cultura, ganhando força em 1989 com o nome de PNAE, fazendo parte das diretrizes do PRONANII (PEIXINHO, 2013). Como segundo a autora, o PRONANII era coordenado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) autarquia vinculada ao ministério da saúde, o PNAE a partir deste momento, se fortaleceu como uma política pública atrelada ao ministério da educação, cultura e saúde.

O programa passou por um processo de evolução política, principalmente no que se diz respeito a sua legislação. Em 2009, foi publicada a Lei nº 11.947/2009, nesta Lei são apresentados os princípios e diretrizes do PNAE, em especial o artigo 14.

Este artigo exige que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar sejam utilizados em alimentos adquiridos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Dispensado o procedimento de licitação, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, bem como os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade (BRASIL, 2009).

Segundo o terceiro artigo da Resolução FNDE N ° 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013, o programa apresenta como objetivo:

“O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.” (FNDE, 2013).

São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros (FNDE, 2013).

SCHWARTZMAN (2015) estudou a origem da vinculação da agricultura familiar com o PNAE. Segundo a autora, a iniciativa em aliar a agricultura familiar às compras públicas vinha sendo discutida entre as décadas de 1980 e 1990, a partir de demandas principalmente de grupos ligados aos movimentos sociais e a agricultura familiar.

“... (a origem da iniciativa de articulação da alimentação escolar com a produção da agricultura familiar) veio da pré-conferência do Consea, das conferências dos movimentos sociais, que sempre solicitaram a inclusão da agricultura familiar nas políticas públicas”. Depoente 8, FNDE.

A partir deste momento a agricultura familiar e o PNAE se fortalecem por meio dessa vinculação que visa aproximação com a política de Segurança Alimentar e Nutricional e o desenvolvimento sustentável. Esta Lei pode ser considerada um marco nas políticas públicas tanto pelo efeito positivo sobre os beneficiários do PNAE como pelo fomento oferecido aos agricultores familiares. Pode-se falar em um estreitamento da cadeia de abastecimento alimentar, aproximando produtores e consumidores, fortalecendo com isso, os pequenos produtores rurais.

O 2º artigo da Resolução FNDE N º 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 reafirma o que foi explicitado no parágrafo anterior quando trata das diretrizes da alimentação escolar:

“... V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos...” (FNDE, 2013).

O orçamento do Programa em 2015 foi de R\$ 3,8 bilhões, para beneficiar 42,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor – ou seja, R\$ 1,14 bilhão – foi teoricamente investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades, reforçando que o PNAE pode ser um importante mercado para os agricultores (FNDE, 2015).

No ano de 2017, os valores repassados pelo PNAE foram reajustados após um período de sete anos sem aumento do per capita. O que corresponde a um orçamento de R\$ 4,15 bilhões, sendo obrigatoriamente destinado à Agricultura Familiar R\$1,24 bilhões (FNDE, 2017).

Apesar desse avanço nas Leis brasileiras referentes ao tema PNAE e AF, é preciso suscitar que as dificuldades em implementá-las existem e não podem ser ignoradas. Essas dificuldades fazem parte do cotidiano tanto dos agricultores familiares quanto dos atores envolvidos com o programa de alimentação escolar. Neste trabalho especificamente, o enfoque será dado aos agricultores familiares.

Sabe-se que os agricultores apresentam muitas dificuldades em aderir de forma efetiva ao novo mercado institucional do PNAE. Para SILVA (2014), existe uma distância muito grande entre o agricultor familiar e os gestores públicos; dificuldades de logística; falta de planejamento por conta dos gestores; planejamento dos cardápios ineficiente (os cardápios são elaborados sem levar em conta a oferta do produtor familiar).

A qualidade dos alimentos advindos da AF também é considerada ainda um entrave para a inserção de alimentos da AF para o PNAE (TRICHES, 2012a).

Para TRICHES & BACCARIN (2016), existe no Brasil, outro problema que impede a efetivação das compras públicas sustentáveis: as regulamentações sanitárias, fiscais e ambientais nacionais, que ditam regras que devem ser seguidas

em todo território nacional para que a produção de gêneros alimentícios possa atingir os mercados formais como os institucionais. Segundo os autores, percebe-se essa dificuldade no caso dos produtos pecuários.

Outro obstáculo para se atender a demanda da alimentação escolar é a falta de informação dos agricultores com relação ao programa. Tal desconhecimento muitas vezes faz com que os agricultores não o procurem ou tentem acessá-lo. A falta ou insuficiência dos serviços de Assistência técnica e Extensão Rural (ATER) é um dos grandes problemas apontados pelos agricultores (CAMARGO et al, 2013).

Segundo SCHWARTZMAN (2015), apenas metade dos agricultores familiares dos municípios do estado de São Paulo (54%) relatou ter recebido apoio de algum órgão ou instituição da agricultura para poder vender ao PNAE. Com relação ao apoio institucional durante o processo de venda, cerca de (64%) dos agricultores relatou não ter recebido apoio do nutricionista do município durante o processo de venda ao programa.

Os gestores da merenda escolar também dificultam a vinculação do PNAE com a AF, na medida em que operacionalizam o programa ignorando a atual possibilidade de compras, que leva em consideração os 30% da agricultura familiar.

Na mesma pesquisa, SCHWARTZMAN (2015), verificou que em 2012, aproximadamente 50% dos agricultores deixou de vender para o PNAE algum produto que produzia. Os principais motivos apontados pela autora foram que os alimentos não faziam parte da lista dos produtos da chamada pública; os produtos já tinham mercado garantido (19,6%) e que os alunos não aceitavam tais produtos (11,8%).

De acordo com TRICHES (2010), a maior parte dos gestores ainda utiliza os recursos para adquirir os gêneros alimentícios de fornecedores grandes e especializados. BEVILAQUA e TRICHES (2014) relatam que a dificuldade dos gestores em organizarem os processos de compra se aliam as dificuldades dos agricultores familiares em fornecerem seus alimentos de maneira regular e diversificada, além de questões relacionadas ao transporte inadequado. Para as autoras isso acontece em municípios de pequeno porte e grande porte.

Em um dos municípios avaliados no estudo de PRADO et al. (2013) a entrega foi ponto importante dos problemas de logística, sendo alegado que os agricultores realizavam a entrega dos alimentos nas escolas em carros de passeio, tornando o

transporte ineficiente, tendo a necessidade de realizar muitas viagens para finalizar a entrega, gerando atrasos e comprometendo a qualidade dos produtos, podendo ocorrer até a falta de entrega.

Outros estudos apontam dificuldades para a compra da AF pelas entidades executoras como, por exemplo, a ausência de mapeamento da produção local anterior à confecção dos cardápios (SARAIVA et al., 2013; MARQUES et al., 2014; SOARES et al., 2015).

A falta de infraestrutura adequada nas Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) das escolas para armazenar, preparar ou servir os alimentos foi citada como uma justificativa para a não realização da compra da AF (ALMEIDA et al., 2014).

Para ALEXANDRE et al. (2016), uma queixa frequente dos profissionais vinculados ao setor da educação é a questão dos preços praticados pelos agricultores familiares, que em alguns casos, eram superiores aos encontrados nos mercados locais. Ao mesmo tempo, o autor aponta a resistência de técnicos dos setores de compras na execução de chamadas públicas. Os técnicos alegavam maior segurança no processo de compra junto a mercados varejistas, tendo em vista a relação comercial consolidada.

A resistência política dos antigos fornecedores e os interesses econômicos ligados ao agronegócio e a indústria alimentícia foram apontados como entraves para as compras públicas (SIDANER et al., 2012).

Segundo BEVILAQUA e TRICHES (2014) a demanda pode ser maior do que a oferta de alimentos em municípios de grande porte, o que pode ser explicado pela insuficiente organização dos agricultores familiares. Para as autoras existe falta de diálogo entre os atores envolvidos e maleabilidade no processo de compras públicas. Outrossim, a falta de conhecimento por parte dos profissionais envolvidos (nutricionistas e gestores públicos) em relação à produção local em sua variedade e quantidade dificultam o processo de compras segundo o objetivo do Programa.

Em municípios de grande porte, o número de agricultores familiares pode ser pequeno, dificultando o atendimento da demanda do município. Esse fato denota a necessidade de articulação entre a gestão do PNAE e as organizações da AF nos grandes centros urbanos (GABRIEL et al., 2012; MDA, 2012).

Estudo recente feito por AMORIM et al. (2016) analisou 122 chamadas públicas destinadas à aquisição de gêneros da agricultura familiar para o PNAE,

publicadas por 99 municípios paulistas, indicou que as cidades maiores realizavam menor número de pedidos de frutas e hortaliças direcionados à agricultura familiar. As cinco maiores cidades do estado apenas adquiriram frutas na forma de suco natural. Percebeu-se proporção maior de alimentos como grãos, leguminosas e leite nas compras. O que pode ser explicado pela dificuldade em atingir o volume de compras correspondente à porcentagem mínima, diante dos impasses para o recebimento, armazenamento e distribuição destes alimentos que motivam o recurso aos alimentos processados provenientes da AF.

Para BELIK e SLIPRANDI (2012), a alta taxa de residentes em áreas urbanas precisa ser levada em conta quando se fala em planejamento de programas de desenvolvimento rural que almejem o abastecimento de grandes cidades, como é o caso do PNAE e a cidade de São Paulo. Afinal, a aplicação dessa Lei nos grandes municípios enfrenta diversas dificuldades de logística para o abastecimento das escolas: elevado número de pontos de entrega, problemas de transporte, armazenamento dos produtos, manipulação inadequada dos alimentos etc.

À medida que os agricultores e as áreas agrícolas vão sendo afastados das cidades pelos processos de industrialização e urbanização, os laços sociais que mantêm as comunidades rurais unidas e que conectam campo e cidade vão se desintegrando. Ao mesmo tempo, é desencadeado um processo de dissociação entre a origem dos alimentos e a natureza, fazendo com que os consumidores urbanos deixem de considerar de onde vêm seus alimentos e os processos naturais envolvidos em sua produção (STEEL, 2008).

Com o processo crescente de urbanização e consequente processo de desagregação da agricultura, as áreas produtoras vêm se afastando cada vez mais dos consumidores, sendo, portanto, preciso fazer uma relativização do que seria o conceito “local”.

BELIK e SLIPRANDI (2012) destacam a desativação da agricultura como fator importante para boa parte dos produtos consumidos no programa terem que vir de outras regiões produtoras, dada à magnitude da demanda.

Pode-se dizer também que o programa pode, no entanto, ajudar no desenvolvimento de regiões próximas aos grandes centros, sem que tenham que ser oriundos, necessariamente, da área rural do próprio município (BELIK e SLIPRANDI, 2012).

As dificuldades apontadas anteriormente com relação aos agricultores, e ao próprio programa, evidenciam a pouca organização dos atores envolvidos na vinculação do PNAE e AF e uma estrutura agrícola familiar ainda em construção no atual cenário brasileiro. O suporte dado das políticas públicas para os agricultores familiares não é suficiente para fazer com que esses pequenos produtores locais desenvolvam suas áreas agrícolas, atendendo a um mercado tão complexo e dinâmico como o PNAE.

1.1. JUSTIFICATIVA

O mercado do PNAE representa uma grande conquista para os agricultores familiares, por outro lado, traz um desafio para as suas organizações produtivas agrícolas.

O programa de alimentação escolar é complexo, com muitos atores e instituições envolvidos em sua execução. Para garantir o sucesso da inserção da agricultura familiar e identificar as melhores formas de comercialização dos produtos nesse mercado, é preciso também compreender a lógica da venda e a perspectiva do agricultor responsável pela produção de itens essenciais a alimentação escolar.

Os agricultores familiares por meio de sua mão de obra e produtividade agrícola são importantes atores envolvidos no processo de execução e implementação do programa, no entanto, precisam de apoio e condições favoráveis ao processo produtivo.

Logo, é preciso caracterizar a venda Agricultura Familiar para o PNAE e identificar os fatores associados à compra da Agricultura Familiar para o PNAE. Este estudo se justifica por considerar que apesar de existirem trabalhos acadêmicos que tratam do atendimento ao artigo 14 da Lei nº 11.947/2009, ainda não foi contemplado na área, estudo cuja análise estatística considerou modelo hierárquico elencando os fatores pertencentes ao contexto do município.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL

- Caracterizar a venda da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios do estado de São Paulo.

2.2. ESPECÍFICOS

- Caracterizar socioeconomicamente os municípios que venderam para o PNAE em 2012;
- Descrever os alimentos fornecidos no ano de 2012 pelos municípios sorteados;
- Caracterizar a venda do agricultor familiar em outros mercados antes e depois da Lei nº11.947/2009;
- Caracterizar o percentual da compra da AF para o PNAE nos municípios sorteados do estado de São Paulo entre os anos de 2011 a 2015;
- Caracterizar a venda da AF para o PNAE de acordo com os eixos: agricultores familiares, estabelecimento familiar, apoio institucional e técnico, venda, considerando as formas de organização produtiva;
- Identificar os fatores associados à compra da Agricultura Familiar para o PNAE no ano de 2012.

3. MÉTODOS

Esta pesquisa é considerada um recorte do estudo intitulado “O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a Lei nº 11.947/2009”, financiado pela agência Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo nº 2011/07932-0, realizado no estado de São Paulo. O estudo teve como objetivo identificar as condições e os fatores envolvidos no processo de implementação da compra de produtos da agricultura familiar pelo PNAE e os possíveis efeitos desta vinculação na alimentação escolar e na agricultura familiar.

3.1. AMOSTRAGEM DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

O cálculo da amostra foi definido pelo método de Amostragem Aleatória Simples sem Reposição (AAS sem), por meio da fórmula:

$$n = \frac{z^2 p(1-p)N}{(N-1)e^2 + z^2 p(1-p)} \quad (I)$$

Onde z é o percentil crítico de 95% da distribuição normal, p a proporção de municípios em não conformidade com o PNAE e representa a margem de variação (ou margem de erro).

Admitindo-se uma proporção de municípios que comprem e que não comprem da AF para o PNAE de 10%, margem de erro de 9%, perda de 15% e nível de confiança de 95%, a quantidade de municípios a ser avaliada foi de 41.

Com o intuito de contemplar, no processo amostral, as características regionais, socioculturais e agroeconômicas dos municípios, as 63 microrregiões do estado de São Paulo foram reagrupadas por conveniência em seis regiões (estratos), considerando-se seus limites com outros estados e o Oceano Atlântico. Em seguida, a estratégia amostral adotada foi selecionar municípios nestes estratos.

A amostra foi alocada de modo proporcional ao tamanho dos estratos, ou seja, proporcional à quantidade de municípios em cada região. A Figura 3 representa a amostra, onde a cor marrom representa os municípios sorteados².

Foram utilizadas as bases cartográficas digitais na estrutura vetorial, em arquivo *shapefile* dos limites municipais do estado de São Paulo, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Dos 41 municípios, um se recusou a participar da pesquisa (Marília) e dois apresentavam dificuldades de acesso (Angatuba e Aramina) sendo que o total de municípios incluídos na pesquisa foi de 38 (92,7%).

Figura 3 – Municípios do estado de São Paulo sorteados.

² Angatuba, Aramina, Avaí, Barra Bonita, Barueri, Capivari, Cunha, Floreal, Francisco Morato, Guarujá, Ilhabela, Itatinga, Júlio mesquita, Lavínia, Limeira, Lucélia, Maracaí, Marília, Meridiano, Mococa, Mogi Guaçu, Monte Azul Paulista, Monteiro Lobato, Orindiúva, Onda Verde, Ouro Verde, Peruíbe, Populina, Reginópolis, Registro, Ribeirão Bonito, Sabino, Sagres, São Sebastião da Grama, Sete Barras, Tabapuã, Torrinha, Turiúba, Uchoa, Valinhos, Vargem.

3.2. DELINEAMENTO

Trata-se de um estudo transversal que envolve métodos de análise quantitativa.

3.3. LOCAL DE ESTUDO E UNIDADE DE ANÁLISE

O local de estudo foi o estado de São Paulo, o qual está localizado na região sudeste do Brasil. Sua unidade de federação é subdividida em 15 mesorregiões, 63 microrregiões e 645 municípios que corresponde a uma área total de 248.222,362 km², com 41.262.199 habitantes, dos quais 1.676.948 (4%) residem em áreas rurais (IBGE 2010). A prevalência de domicílios em situação de segurança alimentar no estado é de 88,4% (IBGE 2013) e a porcentagem de pobres é de 4,7%, possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,783 (Alto), ocupando a 2ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras (IPEA et al., 2015). São Paulo é considerado o estado mais rico de todas as unidades federativas, responsável por mais de 31% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Além disso, é o estado que concentra 36 dos 100 maiores municípios do país em termos de repasse do FNDE.

A unidade de análise deste estudo foram os municípios do estado de São Paulo pesquisados no projeto principal, os quais são apresentados na Figura 4.

Os municípios foram classificados segundo a implementação das compras diretas da agricultura familiar para o PNAE em 2012, sendo que 25 haviam comprado diretamente da AF: Capivari, Floreal, Guarujá, Itatinga, Júlio Mesquita, Lavínia, Limeira, Lucélia, Maracaí, Mococa, Mogi Guaçu, Monte Azul Paulista, Monteiro Lobato, Onda Verde, Orindiúva, Ouro Verde, Populina, Registro, Sabino, Sagres, Sete Barras, Tabapuã, Torrinha, Uchoa, Vargem, e 13 municípios não compraram: Avaí, Barra Bonita, Barueri, Cunha, Francisco Morato, Ilhabela, Meridiano, Peruíbe, Reginópolis, Ribeirão Bonito, São Sebastião Da Gramma, Turiuba, Valinhos.

Figura 4 – Compra direta da agricultura familiar segundo a Lei nº 11.947/2009 em municípios do estado de São Paulo, 2012.

Destes 25, 9 municípios (36%) compraram exclusivamente de agricultores/ associações/ cooperativas de outros municípios. Os 16 municípios restantes (64%) compraram de agricultores familiares individuais, associações e/ou cooperativas do mesmo município e, eventualmente, também de outros municípios.

A Figura 5 apresenta estes 16 municípios: Capivari, Floreal, Itatinga, Júlio Mesquita, Lucélia, Maracaí, Mococa, Monteiro Lobato, Orindiúva, Ouro Verde, Populina, Registro, Sagres, Sete Barras, Tabapuã e Uchoa.

Figura 5 – Municípios onde foram realizadas as entrevistas dos agricultores familiares que venderam para a alimentação escolar de seus próprios municípios em 2012. Estado de São Paulo, 2012.

3.4. INSTRUMENTOS, MÉTODOS DE COLETA E PROCESSAMENTO DE DADOS

3.4.1. Dados primários

A coleta de dados do projeto principal, no nível municipal, aconteceu entre janeiro e maio de 2013, e foi realizada por nutricionistas e estudantes de nutrição treinados.

Em um primeiro momento, foram elaborados dois questionários (**Questionário A – Caracterização dos municípios que compraram** e Apêndice 1 - **Questionário G – Planejamento logístico de campo dos agricultores**) para identificar quais dos 38 municípios compraram diretamente da agricultura familiar em 2012 e quantos agricultores individuais/associados/cooperados forneceram para o PNAE em 2012 e quais/quantos eram do mesmo município, respectivamente.

Os questionários foram respondidos por correio eletrônico, ligação telefônica ou entrevista presencial. Forneceram estas informações, funcionários das prefeituras que estiveram em condições de responder às perguntas.

Nos 16 municípios que compraram da agricultura familiar, foram entrevistados os agricultores familiares que venderam para o PNAE em 2012, individualmente ou por meio de associação ou cooperativa.

O critério de inclusão foi residir no município que comprou da agricultura familiar para abastecer o PNAE, ou seja, não foram incluídos no estudo agricultores de fora que vendiam para o município, mesmo que por meio de uma associação/cooperativa do mesmo município.

Com base em informações fornecidas pela nutricionista do programa de alimentação escolar do município e/ou os representantes das associações/cooperativas que venderam, constatou-se que 113 agricultores associados/cooperados e 31 agricultores individuais que residiam no mesmo município de compra venderam para o PNAE em 2012.

Tentou-se entrevistar todos os agricultores que eram elegíveis para participar do estudo; entretanto, alguns não puderam ser contatados e outros não

compareceram às entrevistas, devido à falta de tempo, doenças ou impossibilidade de locomoção até o local das entrevistas.

Assim sendo, do total de 144 agricultores do mesmo município que venderam, houve uma perda de 23,6% e a amostra final ficou constituída por 110 agricultores familiares do mesmo município de compra que venderam ao PNAE em 2012 de forma individual, associada ou cooperada. Dentre os quais 22 agricultores individuais, 59 associados e 29 cooperados.

Quadro 1 – Agricultores familiares e organização produtiva.

Agricultores Individuais		
Município	Número de Agricultores Familiares	Associação ou Cooperativa
Itatinga	7	–
Sagres	1	–
Júlio Mesquita	2	–
Monteiro Lobato	3	–
Uchoa	2	–
Tabapuã	2	–
Floreal	2	–
Populina	2	–
Orindiúva	1	–
Total	22	–
Agricultores Associados		
Município	Número de Agricultores Familiares	Associação ou Cooperativa
Capivari	4	Assohorti
Capivari	1	Associação dos Produtores Rurais de Capivari e Região
Lucélia	25	Assorural
Maracaí	8	Apruma
Mococa	10	Associação do Produtores Rurais de Mococa
Ouro Verde	11	Aproverde
Total	59	–
Agricultores Cooperados		
Município	Número de Agricultores Familiares	Associação ou Cooperativa
Registro	28	Família do Vale
Sete Barras	1	Cooperagua
Total	29	–

Posteriormente, foram elaborados questionários estruturados, os quais foram respondidos pelo agricultor familiar individual e agricultores familiares associado/cooperado (Quadro 2). Os questionários foram respondidos por entrevista presencial no município.

Neste estudo também foram coletados dados do nutricionista responsável técnico (RT) dos 25 municípios que compraram da agricultura familiar e dos 13 municípios que não compraram da agricultura familiar. Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado (Quadro 2) e em entrevista presencial no município. Esses dados foram utilizados para identificar os fatores associados à compra da AF para o PNAE.

Para garantir a precisão dos dados, após as entrevistas, todos os questionários passaram por dupla revisão, primeiramente pelo pesquisador de campo e, em um segundo momento, pela pesquisadora principal, com o objetivo de solucionar possíveis inconsistências. Após a revisão, os dados foram digitados no programa Epidata®.

Quadro 2 – Questionários aplicados nos municípios pesquisados segundo a implementação da venda ou compra da agricultura familiar para o PNAE em 2012.

Municípios que venderam	Atores entrevistados
Questionário H (Apêndice 2)	Agricultor Familiar Individual
Questionário J (Apêndice 3)	Agricultor Familiar Vendendo pela Associação / Cooperativa
Questionário B (Apêndice 4)	Nutricionistas dos municípios que compraram da agricultura familiar
Questionário C (Apêndice 5)	Nutricionistas dos municípios que não compraram da agricultura familiar

3.4.2. Dados Secundários

Informações secundárias necessárias para as análises foram levantadas a partir das bases de dados de livre acesso, disponibilizadas nas páginas web de diferentes entidades pesquisadas, como apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Fontes dos dados secundários.

Fonte	Dados
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Estatísticas econômicas dos municípios (Censo 2010) Estatísticas agropecuárias da agricultura familiar dos municípios (Censo agropecuário 2006)
Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)	Existência do PAA dos municípios (PAA. Data. 2012)
Atlas de Desenvolvimento Humano	IDHM - Índice de desenvolvimento humano municipal (PNUD, IPEA e FJP, 2010)
Sistema FIRJAN	IFDM - Índice FIRJAN de desenvolvimento humano municipal (2012)

Além das informações coletadas acima foram coletados dados do FNDE a respeito da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Os dados apresentados são considerados preliminares pelo FNDE, extraídos do Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SigPC – Contas Online do FNDE, em funcionamento a partir de 2011. Os registros do SigPC são realizados pelos gestores públicos municipais e estaduais responsáveis pela execução local do PNAE, para fins de prestação de contas.

São registros no SigPC considerados válidos para o monitoramento da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar, nos anos de 2011 e 2012: 1) a inclusão do valor pago a cada DAP física ou Jurídica, declarado pelo gestor; a partir do ano de 2013 – com a inclusão das notas fiscais para a informação das despesas e sem repetição: 1) registros de documentos de despesa em que o campo DAP foi preenchido; 2) registros de documentos de despesa com autorizações de despesas identificadas na modalidade dispensa de licitação com base no § 1º do artigo 14 da Lei nº11.947/09; 3) registros de documentos de despesas de aquisições que contenham CPF's e CNPJ's identificados pelo MDA como organizações com DAP jurídicas ativas nos respectivos anos da aquisição.

Segundo informações no site do FNDE, as prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados coletados são preliminares e passíveis de alteração.

3.5. VARIÁVEIS DE ESTUDO

3.5.1. Variável Dependente

Compra direta de alimentos da agricultura familiar para o PNAE no ano de 2012.

3.5.2. Variáveis Independentes

As variáveis independentes foram classificadas em eixos e seguem apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Variáveis Independentes.

Eixo	Variáveis
1. Caracterização socioeconômica dos municípios	<ul style="list-style-type: none"> • População total ano de 2010 (número de habitantes) • População na área rural ano 2010 (porcentagem de habitantes) • Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) ano 2010) • Índice de FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM) ano 2012 • PIB Per capita 2010 (valor em reais) • Estabelecimentos da agricultura familiar 2006 (número) • Estabelecimentos da agricultura não familiar 2006 (número) • Presença do PAA no município em 2012 • Área (ha) da agricultura familiar • Área (ha) da agricultura não familiar

Eixo	Variáveis
2. Apoio Institucional e Técnico oferecido aos agricultores familiares	<ul style="list-style-type: none"> • Nutricionista divulgou o processo de compras aos agricultores familiares • Antes de comprar do PNAE as escolas recebiam alimentos do PAA • O secretário da educação está comprometido com o processo de compra • No município existem projetos de apoio da prefeitura aos agricultores para implementar as compras • Nutricionista faz levantamento da produção junto ao agricultor familiar

3.5.3. Variáveis de caracterização da venda da agricultura familiar

Foram estudadas variáveis que caracterizaram a venda da agricultura familiar para o PNAE conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Variáveis de caracterização da venda da Agricultura Familiar para o PNAE.

Eixo	Variáveis
1. Caracterização socioeconômica dos municípios	<ul style="list-style-type: none"> • População total ano de 2010 (número de habitantes) • População na área rural ano 2010 (porcentagem de habitantes) • Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) ano 2010 (médio: 0,600-0,699; alto/muito alto $\geq 0,700$) • PIB Per capita 2010 (valor em reais) • Estabelecimentos de agricultura familiar 2006 (número) • Estabelecimentos de agricultura não familiar 2006 (número) • Presença do PAA no município em 2012 • Área (ha) da agricultura familiar • Área (ha) da agricultura não familiar

Eixo	Variáveis
2. Caracterização demográfica dos agricultores	<ul style="list-style-type: none"> • Sexo • Idade • Escolaridade • Formação Técnica • Tempo na agricultura • Agricultor possui outra renda
3. Caracterização do estabelecimento familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Local de produção é assentamento de reforma agrária • Agricultor é proprietário da terra • Agricultor contrata mão de obra • Ano que tirou a DAP • Motivo que o levou a tirar a DAP
4. Apoio Institucional e Técnico	<ul style="list-style-type: none"> • O agricultor conhece a Lei 11.947/09 • O agricultor assistiu a algum evento sobre a Lei • Nutricionista fez contato com o agricultor • Agricultor teve apoio da nutricionista • Agricultor teve apoio de órgão da AF
5. Caracterização da Venda	<ul style="list-style-type: none"> • O agricultor vendia para o PAA antes da Lei 11947/09 • Quando começou a vender para o PNAE • O agricultor segue a legislação sanitária • Forma de entrega • Entrega é boa • Sugestões para a venda • Dificuldades para a venda
6. Organização Produtiva	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultor individual • Agricultor cooperado • Agricultor associado

3.6. ANÁLISE DOS DADOS

3.6.1. Análise descritiva

As variáveis qualitativas foram analisadas pelas frequências absolutas e relativas. Para as variáveis quantitativas, foram calculadas medidas de tendência central e dispersão (média e valores mínimos e máximos).

Com relação às duas variáveis referentes ao questionário dos agricultores familiares (sugestões para venda e dificuldades para venda) as respostas foram transformadas em blocos:

Variável: sugestões para a venda da AF para o PNAE no ano de 2012.

As possibilidades de resposta desta pergunta foram reagrupadas em blocos por conterem informações afins:

Quadro 6 – Sugestões para a venda da Agricultura Familiar.

Bloco 0
Nenhuma sugestão
Bloco 1- Apoio Comercial
Priorizar o AF local na licitação
Aumentar cota DAP por família
Aumentar % compra AF > 30%
Aumentar a demanda de alimentos
Aumentar o preço
Bloco 2 - Organização e Planejamento
Precisa de mais união de todos
Melhorar programação e Cronograma
Comprar na data certa
Não atrasar chamada pública
Fazer chamada pública mais rápido
Tornar mais ágil o pagamento
Tornar o processo menos burocrático
Bloco 3 - Apoio Institucional e Assistência técnica
Auxiliar de alguma forma o transporte dos produtos
Auxiliar na infraestrutura das associações
Aumentar assistência técnica

Variável: dificuldades para a venda da AF para o PNAE no ano de 2012

As possibilidades de resposta desta pergunta foram reagrupadas em blocos por conterem informações afins:

Quadro 7 – Dificuldades para a venda da Agricultura Familiar.

Bloco 0
Nenhuma dificuldade
Bloco 1 - Burocracia
Documentação exigida
Burocracia
Problemas na emissão da DAP
Atrasos na liberação de recursos da prefeitura
Bloco 2 - Falta de apoio institucional e assistência
Falta de apoio da prefeitura
Falta de assistência técnica
Falta de informação sobre o processo de venda
Falta de associação
Bloco 3 - Exigências PNAE
Cumprir com a legislação sanitária
Cumprir com os prazos estabelecidos
Cumprir com as quantidades estipuladas
Cumprir com as condições de processamento estipuladas
Transporte dos produtos
Bloco 4 - Lucro baixo
Concorrência atravessador
Preço baixo
Demanda baixa
Quantidade pequena para repartir entre os agricultores
Transporte não está embutido no custo

Dessa forma, as respostas foram codificadas como 0,1,2 e 3 para a variável sugestões para a venda da AF para o PNAE e 0,1,2,3 e 4 para a variável dificuldades para a venda da AF para o PNAE, objetivando o cálculo da frequência. Tendo em vista que as duas perguntas do questionário apresentaram muitas opções de respostas.

3.6.2. Análise Inferencial

O teste de Mc Nemar foi utilizado para verificar diferenças entre a comercialização antes e depois da Lei nº11.947/09. Foi feita uma regressão simples bivariada com o intuito de verificar o incremento no percentual da compra da AF para o PNAE entre 2011 e 2015.

Foi utilizada análise de regressão logística múltipla com estrutura hierarquizada. Para isso foi proposto modelo hierárquico considerando as características dos municípios e o apoio institucional e técnico oferecido aos agricultores familiares:

Modelo Hierárquico
Características dos Municípios
Apoio Técnico e Institucional
Desfecho: compra AF → PNAE

Primeiramente todas as variáveis referentes aos municípios estudados foram testadas com o desfecho utilizando análise bivariada de regressão logística. As variáveis que apresentaram $p \leq 0,05$ entraram no modelo hierárquico de regressão logística múltipla conforme Quadro 8.

Quadro 8 – Descrição da análise hierárquica do estudo de associação entre a compra da AF para o PNAE considerando as características dos municípios e o apoio técnico e institucional oferecido aos agricultores familiares. Análise de regressão logística múltipla.

Modelo	Equação (variáveis explanatórias)	Interpretação
1. Variáveis socioeconômicas	PIB + IFDHM	Variáveis ajustadas entre si.
2. PAA no município	PIB + IFDHM + Presença de PAA	Variável Presença de PAA no município ajustada por PIB + IFDHM.
3. Apoio Técnico e Institucional	PIB + IDHM + Presença de PAA + Apoio da prefeitura aos AFs PIB + IDHM + Presença de PAA + Apoio da prefeitura aos AFs + Levantamento da produção agrícola	Variável Apoio da prefeitura aos AFs ajustada por PIB + IFDHM + Presença de PAA. Variável Levantamento da produção agrícola ajustada por todas as variáveis do modelo.

Todas as análises estatísticas foram realizadas utilizando o software Stata® versão 12. O programa estatístico está licenciado para o uso nos equipamentos dos laboratórios de informática da Faculdade de Saúde Pública da USP.

3.7. ASPECTOS ÉTICOS

O presente estudo foi aprovado pelo comitê de ética da Faculdade de Saúde Pública COEP/FSP/USP número CAAE: 54197816.1.0000.5421, via Plataforma Brasil em 18/05/2016 (Anexo 1).

Todos os agricultores familiares entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 2).

4. RESULTADOS

4.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS QUE VENDERAM PARA O PNAE EM 2012

Os resultados apresentados na Tabela 1 são referentes aos 16 municípios que venderam diretamente da agricultura familiar para o PNAE em 2012.

Os municípios em sua maioria apresentaram uma população maior que 5000 habitantes (68,7%) e uma porcentagem de população rural inferior a 10% (56,3%).

A maioria dos municípios (87,5%) se encontra na faixa do IDHM Alto. A média do PIB per capita em reais foi de R\$16.622,4.

Com relação aos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar, a maior parte dos municípios possuía mais de 100 estabelecimentos da agricultura familiar (81,2%) enquanto que em relação aos estabelecimentos da agricultura não familiar a maioria possuía menos de 100 estabelecimentos (56,2%), respectivamente.

Em média a área destinada para agricultura familiar dos municípios foi de 7.167,0 hectares enquanto que a área destinada para agricultura não familiar foi de 44.170,8 hectares.

O PAA não estava presente em 56,2% dos municípios estudados.

Tabela 1 – Distribuição percentual das características socioeconômicas dos municípios dos agricultores familiares que venderam diretamente para o PNAE. Estado de São Paulo, 2012.

Variáveis	Municípios	
	(N= 16)	%
População (número de habitantes) *		
≤ 5.000	5	31,3
> 5.000	11	68,7
População rural (porcentagem) *		
≤ 10	9	56,3
> 10 - 60	7	43,7
Estabelecimentos da agricultura familiar **		
≤ 100	3	18,8
> 100	13	81,2
Estabelecimentos da agricultura não familiar **		
≤ 100	7	43,8
> 100	9	56,2
Presença do PAA no município ***		
Sim	7	43,8
Não	9	56,2
IDHM ****		
Médio	2	12,5
Alto	14	87,5
	Média	Mín. - Máx.
PIB Per capita em reais R\$ *****	16.622,4	6.807,5 - 43.805,8
Área (ha) da agricultura familiar **	7.167,0	387,0 - 58.954,0
Área (ha) da agricultura não familiar **	44.170,8	7.207,0 - 70.944,0

* Censo populacional 2010 (IBGE)

** Censo Agrário 2006 (IBGE)

***PAA. Data 2012 (MDS)

****NUPD 2010

*****IBGE 2010

4.2. DESCRIÇÃO DOS ALIMENTOS FORNECIDOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR AO PNAE EM 2012

Os agricultores familiares dos 16 municípios estudados produziram e forneceram para o PNAE 61 alimentos em quase sua totalidade classificados como *in natura* segundo a NOVA - classificação dos alimentos que categoriza os alimentos de acordo com a extensão e o propósito de seu processamento (MONTEIRO et al, 2016). Como exemplo temos as frutas: mamão, coco, abacate, manga, limão, acerola, jabuticaba, tangerina, morango, caqui, melancia, goiaba, laranja, ponkan, banana, maracujá, cereja, abacate, carambola, jaca, maná. E os legumes e verduras: pepino, berinjela, cebolinha, repolho, acelga, coentro, rabanete, hortelã, espinafre, batata doce, salsa, quiabo, pimentão, vagem, jiló, chuchu, alface, almeirão, cheiro verde, cenoura, beterraba, milho, abóbora, abobrinha, mandioca, brócolis, couve, tomate, repolho, chicória, rúcula, batata, couve-flor, alho, palmito pupunha, cebola, maxixe, inhame, escarola, salsinha.

Foram produzidos alimentos minimamente processados como: feijão, café, leite e polpas de frutas. Foram encontrados o mel como integrante do grupo ingredientes culinários, e o pão caseiro como integrante do grupo processado.

É interessante notar que os agricultores de alguns municípios produziram uma variedade importante de alimentos e de outros municípios produziram poucos alimentos ou apenas um alimento, esse é o caso de Sete Barras que forneceu apenas banana.

Quadro 9 – Alimentos da Agricultura Familiar produzidos para o PNAE.
Municípios do estado de São Paulo, 2012.

Municípios	Alimentos
Capivari	Goiaba, laranja, chuchu, ponkan, alface.
Floreal	Alface, almeirão, cheiro verde, cenoura, beterraba, milho, abóbora.
Itatinga	Abobrinha, mel, mandioca, pepino, vagem, brócolis, alface, cenoura, couve, beterraba, laranja, cheiro verde, banana, tomate, acelga, repolho, chicória, abóbora.
Júlio Mesquita	Café, alface, leite, mandioca, abobrinha, rúcula, chicória, maracujá, almeirão, couve, chuchu, cheiro verde, cenoura, brócolis.
Lucélia	Banana, mamão, mandioca, tomate, coco, abobrinha, abacate, manga, beterraba, almeirão, alface, cenoura, cheiro verde, pepino, rúcula, feijão, ponkan, limão, acerola, maracujá, jabuticaba, berinjela, laranja, tangerina, cebolinha, cheiro verde, morango, repolho, acelga, brócolis, coentro, rabanete, hortelã, espinafre, leite, couve, abóbora, batata doce, caqui, salsa, quiabo, pimentão, vagem.
Maracáí	Alface, couve, abobrinha, repolho, chuchu, beterraba, brócolis, cheiro verde, cenoura, salsa, cebolinha, banana, tomate, rúcula, couve, laranja, chicória, chuchu, pimentão, abóbora, pepino, banana, quiabo, jiló, ponkan, mandioca, mexerica, almeirão, melancia, jabuticaba, manga, pepino, rúcula, mamão.
Mococa	Alface, repolho, couve, mel, cheiro verde, tomate cereja, pimentão, batata, cebolinha, banana, beterraba, cenoura, abobrinha, laranja, mandioca.
Monteiro Lobato	Banana, alface, chicória, mel, abobrinha, limão, tomate, cheiro verde, couve, couve flor, brócolis, repolho, mandioca.
Orindiúva	Alface, cenoura, tomate, abobrinha, pepino, repolho, rúcula, almeirão, salsa, cheiro verde, mandioca, batata, alho, melancia.
Ouro Verde	Couve, alface, rúcula, almeirão, chicória, cebolinha, cheiro verde, laranja, manga, mandioca, limão, maracujá, repolho, vagem, melancia, banana, abóbora, leite, coco, ponkan, polpa de acerola, pão caseiro, milho, almeirão.
Populina	Alface, couve manteiga, cheiro verde, rúcula, almeirão, mandioca, brócolis, abobrinha.

Municípios	Alimentos
Registro	Alface, acelga, cheiro verde, pepino, cebola, cenoura, batata, mandioca, quiabo, banana, abóbora, chuchu, maxixe, pepino, acelga, couve, salsa, batata doce, abacate, maracujá, inhame, limão, repolho, beterraba, abobrinha, berinjela, carambola, vagem, jaca, mamão, polpa de maracujá, polpa de goiaba, maná, jiló, mexerica, palmito pupunha, cará, melancia.
Sagres	Abóbora, mandioca, batata, laranja, ponkan, couve, almeirão, rúcula, alface, cheiro verde, vagem, banana, manga.
Sete Barras	Banana.
Tabapuã	Mandioca, alface, limão, cheiro verde, couve, rúcula.
Uchoa	Alface, almeirão, escarola, salsinha, cebolinha, vagem, couve manteiga, abobrinha, mandioca, rúcula.

4.3. CARACTERIZAÇÃO DA VENDA DO AGRICULTOR FAMILIAR EM OUTROS MERCADOS ANTES E DEPOIS DA LEI nº11.947/2009

De acordo com a Tabela 2, os agricultores familiares diminuíram suas vendas para as feiras livres, supermercados, CEASA, sacolão, atravessador e atacados e aumentaram suas vendas para outros mercados após a Lei nº11.947/2009. Ressaltamos que o PAA e o PNAE estão incluídos em outros mercados. Um destaque especial pode ser atribuído à venda por meio do atravessador que caiu de 40,9% para 22,7% e a categoria Outros* que teve um aumento de 42,7% para 56,4%.

Tabela 2 – Caracterização da venda do agricultor familiar em outros mercados antes e depois da Lei nº11.947/2009. Estado de São Paulo, 2012, n = 110.

Variável		Agricultores Familiares		
		Depois da lei		<i>p</i> ^{**}
Antes da lei		Sim n (%)	Não n (%)	
Feira livre	Sim	23 (20,9)	16 (14,5)	0,001
	Não	2 (1,8)	69 (62,7)	
Supermercados	Sim	34 (30,9)	15 (13,6)	0,008
	Não	3 (2,7)	58 (52,7)	
Ceasa	Sim	10 (9,1)	12 (0,9)	< 0,001
	Não	0 (0,0)	88 (88,0)	
Sacolão	Sim	27 (24,5)	12 (10,9)	0,035
	Não	3 (2,7)	68 (61,8)	
Atravessador	Sim	22 (20,0)	23 (20,9)	< 0,001
	Não	3 (2,7)	62 (56,4)	
Atacado	Sim	18 (16,4)	5 (4,5)	0,219
	Não	1 (9,0)	91 (82,7)	
Outros*	Sim	44 (40,0)	3 (2,7)	0,002
	Não	18 (16,4)	45 (40,9)	

* PAA, PNAE, porta em porta, restaurantes e quitanda própria.

p^{**} Teste de Mc Nemar

4.4. CARACTERIZAÇÃO DO PERCENTUAL DA COMPRA DA AF PARA O PNAE NOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS ENTRE OS ANOS DE 2011 A 2015

De modo geral a média do percentual da compra da AF para o PNAE ao longo dos anos 2011 a 2015 aumentou de 25,3% para 36,3%, no entanto, no ano de 2013 foi possível notar um decréscimo no percentual da compra da AF para o PNAE.

Especificamente falando dos 16 municípios, alguns municípios reduziram notavelmente o percentual da compra no ano de 2013 como exemplo temos Capivari, Floreal, Júlio Mesquita, Maracaí, Onda Verde, Registro e Tabapuã. Enquanto que em Uchoa, Mococa, Lucélia, houve um aumento no percentual da compra no mesmo ano. O município de Itatinga iniciou as compras em 2013 com 55,5% e em 2014 reduziu para 23,1%.

De acordo com a Tabela 3, observa-se que houve incremento de 3,5 no percentual da compra entre os anos de 2011 a 2015. O que leva a uma inclinação positiva em relação às compras da AF para o PNAE.

Tabela 3 – Percentual da compra da AF para o PNAE nos municípios sorteados do estado de São Paulo entre os anos de 2011 a 2015. Estado de São Paulo, 2016.

Variável	Percentual da Compra da AF para o PNAE				
	2011 %	2012 %	2013 %	2014 %	2015 %
Municípios					
Capivari	11,9	30,7	4,5	45,3	37,7
Floreal	38,8	30,3	-	33,8	30,1
Itatinga	-	-	55,5	23,1	34,2
Júlio Mesquita	21,8	37,1	3,8	30	-
Lucélia	22,6	23,4	29,6	36,3	31,0
Maracaí	38,4	30,5	0,6	33	40,7
Mococa	2,5	1,8	10	6	11,0
Monteiro Lobato	37,2	68,3	65,8	60,9	16,1
Orindiúva	6,1	6,3	-	-	-
Ouro Verde	31,4	43,1	33,7	60,4	52,0
Populina	4,8	4,2	13,6	22,7	32,2
Registro	48,5	64,6	35,2	41	30,8
Sagres	-	-	-	36	38,1
Sete Barras	41	26	19,7	30,3	34,9
Tabapuã	20,2	32,1	26,8	27,3	93,0
Uchoa	28,5	44,6	54,1	31,4	26,3
	Média				
	25,3	31,6	27,1	34,5	36,3
	Mín. Máx.				
	2,5 - 48,5	1,8 - 68,3	0,6 - 65,8	6,0 - 60,9	11,0 - 93,0

FNDE 2016.

***p de tendência < 0,05**

coeficiente (2011- 2015) ³ = 3,5

³ O coeficiente igual a 3,5 se refere ao incremento no percentual da compra entre os anos de 2011 a 2015, em que foi aplicada uma regressão linear simples com *p* de tendência < 0,05.

4.5. CARACTERIZAÇÃO DA VENDA DA AF PARA O PNAE DE ACORDO COM OS EIXOS: AGRICULTORES FAMILIARES, ESTABELECIMENTO FAMILIAR, APOIO INSTITUCIONAL E TÉCNICO, VENDA, CONSIDERANDO AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

A Tabela 4 caracteriza demograficamente os 110 agricultores entrevistados neste estudo. Com relação ao sexo, os agricultores independente da sua forma de organização produtiva, eram em sua maioria do sexo masculino, destaque para os individuais com 90,9%. Em sua maioria e independente da organização produtiva os agricultores apresentaram idades entre 40 e 60 anos, destacando os individuais com 77%. A maioria dos agricultores tinha ensino fundamental como nível de escolaridade e não apresentaram formação técnica na área da agricultura, independente da organização produtiva. O tempo na agricultura era entre 10 e 40 anos para os agricultores associados. Quando perguntados se possuíam outra renda, dos individuais disseram que não e dos cooperados e associados disseram que sim, respectivamente.

Tabela 4 – Caracterização demográfica dos agricultores familiares que venderam para o PNAE segundo organização produtiva (individual, cooperado e associado). Estado de São Paulo, 2012.

Variáveis	Organização Produtiva					
	Individual		Cooperado		Associado	
	N=22	(%)	N=29	(%)	N=59	(%)
Sexo						
Feminino	2	(9,1)	11	(38,0)	14	(24,0)
Masculino	20	(90,9)	18	(62,0)	45	(76,0)
Idade (anos)						
> 20 ≤ 40	2	(9,0)	5	(17,0)	13	(22,0)
> 40 ≤ 60	17	(77,0)	15	(52,0)	31	(53,0)
> 60 ≤ 80	3	(14,0)	9	(31,0)	15	(25,0)
Escolaridade						
Analfabeto	3	(14,0)	1	(3,4)	6	(10,0)
Ensino Fundamental	12	(54,0)	25	(86,3)	35	(59,0)
Ensino Médio	6	(27,0)	3	(10,3)	17	(29,0)
Ensino Superior	1	(5,0)	0	(0,0)	1	(2,0)
Formação Técnica						
Sim	3	(14,0)	8	(28,0)	2	(3,0)
Não	19	(86,0)	21	(95,0)	57	(97,0)
Tempo na Agricultura (anos)						
≤10	7	(32,0)	8	(28,0)	9	(15,0)
>10 ≤ 40	8	(36,0)	14	(48,0)	34	(58,0)
> 40	7	(32,0)	7	(24,0)	16	(27,0)
Agricultor possui outra renda						
Sim	9	(41,0)	20	(69,0)	35	(59,0)
Não	13	(59,0)	9	(31,0)	24	(41,0)

A Tabela 5 caracteriza o estabelecimento familiar segundo organização produtiva. De modo geral o local de produção de maior parte dos agricultores não correspondia a assentamento de reforma agrária, os agricultores eram proprietários da sua terra e não contratavam mão de obra para a lavoura, em destaque os cooperados com 86,2%. Quando perguntados em que ano os agricultores tiraram a DAP, os agricultores individuais e cooperados responderam depois da Lei nº 11.947/2009 e os associados antes da Lei. O motivo pelo qual levou os agricultores cooperados e associados a obter a DAP foi o acesso ao PRONAF e os agricultores individuais o acesso ao PNAE.

Tabela 5 – Caracterização do estabelecimento familiar segundo organização produtiva (individual, cooperado e associado). Estado de São Paulo, 2012.

Variáveis	Organização Produtiva					
	Individual		Cooperado		Associado	
	N=22	(%)	N=29	(%)	N=59	(%)
Local de produção é assentamento de reforma agrária						
Sim	1	(4,5)	3	(10,3)	2	(3,4)
Não	21	(95,5)	26	(89,7)	57	(96,6)
Agricultor é proprietário da terra						
Sim	12	(54,5)	25	(86,2)	42	(71,2)
Não	10	(45,5)	4	(13,8)	17	(28,8)
Agricultor contrata mão de obra						
Sim	10	(45,5)	4	(13,8)	22	(37,3)
Não	12	(54,5)	25	(86,2)	37	(62,7)
Ano que tirou a DAP						
Antes da Lei nº 11.947/09	5	(22,7)	6	(20,7)	36	(61,0)
Depois da Lei nº 11.947/09	17	(77,3)	23	(79,3)	23	(39,0)
Motivo que o levou a tirar a DAP						
Acesso ao PRONAF	10	(45,5)	21	(72,4)	47	(79,7)
Acesso ao PAA	1	(4,5)	3	(10,3)	2	(3,40)
Acesso ao PNAE	11	(50,0)	5	(17,3)	10	(16,9)

A Tabela 6 caracteriza o apoio institucional e técnico segundo organização produtiva. Os agricultores em unanimidade quando perguntados se conheciam a Lei nº 11.947/2009 responderam que sim. No entanto, os agricultores individuais em sua maioria não assistiram a algum evento sobre a Lei nº 11.947/2009 (59,1%), os agricultores cooperados e associados já haviam assistido a algum evento sobre a Lei. Em relação ao contato da nutricionista com o agricultor, os individuais em sua maioria responderam que sim, diferentemente dos cooperados e associados que alegaram nenhum contato com a nutricionista.

Em consequência, na sua maioria, os individuais alegaram ter tido apoio da nutricionista para vender ao PNAE enquanto que os cooperados e associados relataram falta de apoio deste profissional. Em relação ao apoio de órgão da AF, em sua maioria, os individuais e os associados relataram ter tido apoio enquanto que os cooperados relataram falta de apoio.

Tabela 6 – Caracterização do apoio institucional e técnico segundo organização produtiva (individual, cooperado e associado). Estado de São Paulo, 2012.

Variável	Organização Produtiva					
	Individual		Cooperado		Associado	
	N=22	(%)	N=29	(%)	N=59	(%)
O agricultor conhece a Lei nº 11.947/09						
Sim	22	(100,0)	27	(93,1)	56	(94,9)
Não	0	(0,0)	2	(6,9)	3	(5,1)
O agricultor assistiu a algum evento sobre a Lei nº11.947/09						
Sim	9	(40,9)	24	(82,8)	44	(74,6)
Não	13	(59,1)	5	(17,2)	15	(25,4)
Nutricionista fez contato com o agricultor						
Sim	13	(59,0)	10	(34,5)	17	(28,8)
Não	9	(41,0)	19	(65,5)	42	(71,2)
Agricultor teve apoio da nutricionista						
Sim	12	(54,5)	5	(17,2)	19	(32,2)
Não	10	(45,5)	24	(82,8)	40	(67,8)
Agricultor teve apoio de órgão da AF						
Sim	14	(63,3)	4	(13,8)	41	(69,5)
Não	8	(36,4)	25	(86,2)	18	(30,5)

A Tabela 7 caracteriza a venda da AF para o PNAE segundo organização produtiva. A maior parte dos agricultores cooperados e associados vendia para o PAA antes da Lei nº 11.947/2009 enquanto que os individuais não vendiam para o PAA antes da Lei nº 11.947/2009. Os agricultores de modo geral quase em unanimidade começaram a vender para o PNAE após a Lei nº11.947/2009 e responderam que seguem a legislação sanitária no fornecimento da produção. Ao serem questionados se a forma de entrega dos alimentos era conveniente para eles, os agricultores individuais responderam que não e os cooperados e associados responderam que sim. Os agricultores relataram fatores que dificultam a venda para o PNAE, de modo geral, falta de apoio institucional e assistência técnica foi a dificuldade mais marcante para os agricultores. Em relação às sugestões apontadas pelos agricultores que poderiam facilitar a venda para o PNAE, os individuais e associados em maioria, relataram a necessidade de apoio comercial e os cooperados (44,8%) alegaram a necessidade de mais organização e planejamento.

Tabela 7 – Caracterização da venda da AF para o PNAE segundo organização produtiva (individual, cooperado e associado). Estado de São Paulo, 2012.

Variável	Organização Produtiva					
	Individual		Cooperado		Associado	
	N=22	(%)	N=29	(%)	N=59	(%)
O agricultor vendia para o PAA antes da Lei nº11.947/09						
Sim	3	(13,6)	16	(55,2)	30	(50,8)
Não	19	(86,4)	13	(44,8)	29	(49,2)
Quando começou a vender para o PNAE						
Antes da Lei nº11.947/09	2	(9,1)	3	(10,3)	5	(8,5)
Depois da Lei nº 11.947/09	20	(90,9)	26	(89,7)	54	(91,5)
O agricultor segue a legislação sanitária						
Sim	18	(81,8)	26	(89,7)	49	(83,1)
Não	4	(18,2)	3	(10,3)	10	(16,9)
Forma de entrega é boa						
Sim	3	(13,6)	21	(72,4)	51	(86,4)
Não	19	(86,4)	8	(27,6)	8	(13,6)
Dificuldades para a venda						
Nenhuma	6	(27,3)	5	(17,2)	26	(44,1)
Burocracia	3	(13,6)	10	(34,5)	12	(20,3)
Falta de apoio institucional e assistência técnica	10	(45,5)	11	(38,0)	15	(25,4)
Exigências do PNAE	2	(9,1)	3	(10,3)	2	(3,4)
Lucro baixo	1	(4,5)	0	(0,0)	4	(6,8)
Sugestões para a venda						
Nenhuma	1	(4,5)	2	(6,9)	0	(0,0)
Apoio comercial	12	(54,6)	8	(27,6)	31	(52,5)
Organização e Planejamento	6	(27,3)	13	(44,8)	27	(45,8)
Apoio institucional	3	(13,6)	6	(20,7)	1	(1,7)

4.6. FATORES ASSOCIADOS À COMPRA DA AF PARA O PNAE

A Tabela 8 identifica os fatores associados à compra da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, segundo a Lei nº 11.947/09. É possível observar inicialmente os municípios que compraram e não compraram da agricultura familiar no ano de 2012 (65,8% e 34,2%), respectivamente.

Com relação às características socioeconômicas dos municípios 31,6% dos municípios que compraram da agricultura familiar no ano de 2012 apresentaram PIB > 16000 e 52,6% dos municípios que compraram da AF apresentaram IFDHM moderado. Com relação à presença de PAA no município apenas 26,3% dos municípios que compraram da AF apresentaram o PAA.

No âmbito do apoio técnico e institucional do município aos agricultores familiares, 44,7% dos municípios que compraram da AF apoiaram os agricultores familiares e 52,6% dos municípios que compraram da AF a nutricionista fez levantamento da produção agrícola junto aos agricultores familiares.

Em relação aos fatores associados à compra da Agricultura Familiar para o PNAE, os municípios que compraram da AF apoiaram os agricultores familiares e a nutricionista fez o levantamento da produção agrícola junto aos agricultores familiares do município.

Tabela 8 – Fatores associados à compra da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. São Paulo, 2012, n= 38.

Variáveis independentes	Compra AF		OR (IC 95%) Não ajustado	p****	OR (IC 95%) Ajustado	p****
	Sim N° (%)	Não N°(%)				
Características socioeconômicas dos municípios						
PIB em R\$ *						
> 6000 ≤ 16000	13 (34,2)	4 (10,5)	–	–	–	–
> 16000	12 (31,6)	9 (23,7)	0,41 (0,09 - 1,69)	0,217	0,52 (0,11 - 2,43)	0,404
IFDHM **						
Moderado	20 (52,6)	8 (21,1)	–	–	–	–
Alto	5 (13,2)	5 (13,2)	0,40 (0,09 - 1,77)	0,227	0,53 (0,11 - 2,72)	0,450
Presença de PAA ***						
Sim	10 (26,3)	2 (5,3)	3,67 (0,67 - 20,19)	0,135	3,18 (0,55 - 18,15)	0,193
Não	15 (39,5)	11 (29,0)	–	–	–	–
Apoio Técnico e Institucional aos Agricultores Familiares						
Apoio da prefeitura aos AFs do município						
Sim	17 (44,7)	1 (2,6)	25,50 (2,81 - 231,60)	0,004	22,98 (2,37 - 223,03)	0,007
Não	8 (21,1)	12 (31,6)	–	–	–	–
Nutricionista fez levantamento da produção agrícola junto aos AFs do município						
Sim	20 (52,6)	2 (5,3)	22,00 (3,64 - 132,73)	0,001	26,34 (2,27 - 30,83)	0,009
Não	5 (13,2)	11 (29,0)	–	–	–	–

* IBGE

** FIRJAN 2012

*** PAA. DATA 2012 (MDS)

P < 0,05

5. DISCUSSÃO

Segundo MALUF (2004) a agricultura familiar é conceituada como “a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário”, isso devido à organização permear a equidade, inclusão social, geração de mão de obra, de renda, diversificação da produção e o cultivo de forma mais sustentável (PINTO et al., 2012).

Interligar políticas voltadas para a agricultura familiar com a alimentação é considerado uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional voltada para o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

O PNAE é uma importante alternativa de comercialização para os agricultores familiares. A alimentação escolar é defendida como um direito dos estudantes e considerada uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de desenvolvimento local, que visa promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (LIBERMANN & BERTOLINI, 2014; MANJAMA, 2016).

Estimular a utilização de alimentos regionais, ou seja, que respeitem os hábitos alimentares locais e o aumento do consumo de alimentos *in natura* por parte dos escolares, fortalece a agricultura familiar e melhora os hábitos alimentares dos alunos (TEO & MONTEIRO, 2012; FNDE, 2013).

O presente trabalho apresentou resultados que consideraram fatores de diferentes naturezas que poderiam influenciar a compra da AF para o PNAE, descrever, analisar e discutir esses fatores como componentes importantes do processo de implementação da AF para o PNAE é essencial.

De acordo com os resultados, foi possível observar que os municípios que venderam para a alimentação escolar eram em sua maioria desenvolvidos com IDHM alto, com população rural inferior a 10%, apresentando PIB representativo para o estado de São Paulo. Em relação à quantidade de estabelecimentos da AF a maior parte dos municípios possuía mais de 100 estabelecimentos, enquanto que para os estabelecimentos da agricultura não familiar os municípios possuíam menos de 100 estabelecimentos. A área destinada a AF em média (7.167,0 hectares) foi bem menor se comparada à área destinada para a agricultura não familiar (44.170,8 hectares).

Segundo DENARDI et al. (2000), pode-se determinar o desenvolvimento de um município pelas características socioeconômicas do seu entorno. Ou seja, a realidade socioeconômica de um município é, em parte, reflexo do que acontece na microrregião. Os sistemas e relações de produção predominantes, as condições e meios de transporte, o acesso a mercados, a disponibilidade de infraestrutura social básica, entre outros, condicionam e, até mesmo, determinam as possibilidades de desenvolvimento local. As diferenças entre os municípios e seus entornos quanto à diversificação da produção agrícola são explicadas principalmente por variáveis como: topografia, tipo de solo e clima, estrutura fundiária e organização social da produção, articulação com mercados e tradição.

A importância no desenvolvimento de um município está justamente ligada a melhores condições de integração no mercado agrícola produtivo e a maior inserção nos mercados institucionais, como o PNAE. Como exemplo no estudo de DENARDI et al. (2000), o acesso dos agricultores familiares à assistência técnica foi superior nos municípios mais desenvolvidos. Este pode ser um fator que contribui para explicar a existência de maiores rendas monetárias médias nos estabelecimentos familiares da maioria dos municípios mais desenvolvidos. As deficiências dos serviços de assistência técnica e formação profissional inviabilizam a integração econômica e o exercício da cidadania para muitos pequenos agricultores. Quanto ao acesso ao crédito rural PRONAF, o mesmo estudo destacou que, foi evidente a relação entre o número de contratos e o número de estabelecimentos com menos de 50 ha em municípios mais desenvolvidos (VECCHIO et al., 2015).

A integração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural pode interferir nos aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares. Os fatores culturais, de renda, comercialização, diversificação da produção, aumento da área produtiva estão relacionados devido à importância em se analisar a dinâmica do ambiente com as políticas de intervenção estatal (SCHEUER et al., 2015).

O PAA visa promover a inclusão social da AF no fortalecimento de suas atividades, comercialização dos alimentos e disponibilização às pessoas em estado de insegurança alimentar e nutricional com quantidade e regularidade. Para BECKER & SACCO DOS ANJOS, (2010) o PAA dinamiza a agricultura familiar.

A presença de PAA nos municípios foi abaixo de 50% (56,2% dos municípios não tinham PAA). Estudo realizado por LOPES & ALMEIDA (2012) indicou que o

PAA apresenta alguns problemas relacionados a questões como as de transporte, de estocagem e de beneficiamento dos produtos. São questões lembradas pelo produtor como entraves para um melhor desenvolvimento do programa, que por muitas vezes, só tem ido adiante por conta da organização dos produtores em cooperativas. Essas dificuldades podem explicar o dado encontrado de municípios que aderiram ao PAA ser abaixo de 50% no ano de 2012.

Apesar de o PAA e o PNAE terem sido conduzidos por organismos governamentais, às características da oferta que eles articulam são distintas. O fornecimento para alimentação escolar segue especificações técnicas mais rigorosas, enquanto que no PAA, as preocupações ligadas à qualidade são menores e as questões de embalagem e apresentação são secundárias, uma vez que o objetivo imediato a ser alcançado é o atendimento das instituições receptoras de doações (BELIK, 2016).

Como o fornecimento para a alimentação escolar segue especificações mais rigorosas, em um primeiro momento as organizações de agricultores mais capitalizadas foram as principais beneficiadas. Mas, pouco a pouco e à medida que a adesão dos municípios foi crescendo, novas organizações surgiram e agricultores outrora excluídos do mercado passaram a se beneficiar das compras governamentais (BELIK, 2016).

Por meio da produção agrícola dos agricultores familiares que venderam para o PNAE no ano de 2012, percebe-se a importância da inserção de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar. Os alimentos fornecidos eram em sua maioria *in natura*, apresentaram variedade, essenciais para compor o cardápio dos escolares, proporcionando uma alimentação saudável, pautada no guia alimentar para a população brasileira e nas diretrizes do PNAE.

FERIGOLLO et al. (2017), avaliou o percentual destinado às compras de gêneros alimentícios da AF e os tipos de produtos adquiridos, na maioria das chamadas públicas encontrou tanto produtos de origem vegetal (90,4%; n = 103) como de origem animal (79,8%; n = 91). Quanto ao grau de processamento dos alimentos, os produtos *in natura* apareceram em 92,1% (n = 105) das chamadas públicas. Tal estudo converge com os achados de 2012 desta dissertação, apesar dos municípios serem de outro estado e o estudo ter sido realizado em outro momento.

É interessante refletir que desses 16 municípios estudados, uns municípios produziram variedade importante de alimentos e outros produziram uma variedade menor, como o caso de Sete Barras. Ressalta-se que alguns municípios apresentam maior produtividade agrícola, por terem agricultores mais organizados e um solo e clima propícios para a produção.

Questões socioeconômicas estão intrinsicamente ligadas à oferta e a produção de alimentos. OLIVEIRA, SAMBUICHI & SILVA, (2013) relataram em seu estudo, a existência de um alto percentual de produtores diversificados, que atuam na policultura no Sul do Brasil. Segundo os autores, nessa região, estão os agricultores familiares mais produtivos e organizados, entre as possíveis explicações para isso, temos a tradição camponesa voltada para o plantio em policultura e o maior percentual de cooperativismo/associativismo existente entre os produtores. Outro fato interessante para os autores, é que na mesma região, encontram-se também os maiores percentuais de produtores orgânicos e agroecológicos, o que é mais um fator que estimula a produção diversificada, atendendo ao mercado do PNAE.

Os resultados mostraram que a comercialização dos agricultores se modificou com a Lei nº11.947/09. Após a criação da Lei, os agricultores passaram a comercializar menos com os atravessadores, Ceasa, Atacados, Supermercados e passaram a comercializar com outros mercados institucionais, como o PAA e o PNAE. Nota-se a partir desse momento a importância da Lei nº 11.947/09 e a importância de políticas públicas que protejam os agricultores familiares, para que possam contar com um mercado institucional e com a venda direta garantida. Pode-se dizer que não é apenas a garantia de venda, mas, comercialização e continuidade do estabelecimento familiar.

Com isso, os agricultores ganham e os alunos beneficiários também, com a oferta de alimentos in natura, frescos, saudáveis, respeitando a produção local e os costumes, ao mesmo tempo protegendo socialmente a comunidade local. Para DIAS et al. (2013) apesar dos investimentos na agricultura familiar, a prática da comercialização tem se apresentado sempre como um dos principais dilemas para os agricultores familiares, os quais muitas vezes se tornam vulneráveis à ação dos chamados “atravessadores” ou intermediários que compram os seus excedentes de produção agrícola por baixo preço e vendem por um preço bem maior nos mercados.

A compra direta de produtos da agricultura familiar no PNAE, diminuindo a intermediação, pode contribuir para aumento expressivo da remuneração dos agricultores, atingindo um dos objetivos do programa que é o de melhorar suas condições de vida (TRICHES & BACCARIN, 2016).

No presente estudo foi possível observar uma evolução do percentual da compra da AF para o PNAE entre os anos de 2011 a 2015. Em média esse percentual aumentou de 25,3% para 36,3%. Observa-se que houve incremento de 3,5 no percentual da compra entre os quatro anos dos municípios analisados. O que de modo geral leva a uma inclinação positiva em relação às compras da AF para o PNAE.

Para SCHNEIDER et al (2016), o percentual de compra da AF para o PNAE em nível nacional continua abaixo do mínimo exigido por lei, mas, há perspectivas de crescimento. O mesmo estudo relata a importância em se considerar o tamanho do município atrelado ao recurso repassado pelo Governo Federal. Segundo os autores, o tamanho dos municípios e o recurso repassado pelo Governo podem influenciar no percentual da compra da AF para o PNAE. Encontraram diferenças no cumprimento da Lei nº 11.947/09 entre as regiões brasileiras, destacando a região Sul do país como a região que mais atingiu a meta dos 30%.

Nesta dissertação foi possível observar que alguns municípios reduziram e outros gradativamente aumentaram suas compras. Sabe-se que a implementação efetiva de uma Lei como a 11.947/09 demora um bom tempo para acontecer, pois, depende de fatores sociais, econômicos, políticos. Sabe-se que atender a um novo mercado institucional exige uma mudança no perfil dos agentes envolvidos com a venda e as compras públicas.

Segundo TORDJMAN (1998), o mercado em si é uma instituição construída por atores sociais e que reflete uma longa trajetória de ajustamento entre esses atores, influenciados por fatores culturais, políticos e econômicos. BELIK (2016) aborda a mudança institucional como um processo lento que recebe influências exógenas (alterações nos preços relativos) e influências endógenas (capacitações – capital social, humano e técnico e padrões de intervenções do Estado). De acordo com o autor, a mudança institucional nos mercados pode ser induzida pelas políticas públicas.

Outro aspecto considerado neste trabalho foi a caracterização demográfica dos agricultores familiares. O que possibilitou verificar que os agricultores

independente de sua forma de organização produtiva, apresentam características muito semelhantes, especialmente com relação ao sexo, idade, escolaridade e formação técnica. Estudo realizado por SCHWARTZMAN (2015) observou de modo geral, que a maioria dos agricultores era do sexo masculino, tinham idades entre 41 e 60 anos e vendiam por meio de associações ou cooperativas. Os dois estudos vieram da mesma amostra, no entanto, SCHWARTZMAN (2015) caracterizou de forma geral todos os agricultores sem separá-los segundo forma de organização produtiva, como feito neste estudo. Tal comparação pode ser interessante pelo fato de nos fazer entender que independente da forma de organização produtiva as características demográficas dos agricultores são semelhantes.

Segundo COSTA et al (2015) sobre a participação das mulheres na agricultura, de modo geral, os dados revelam a baixa participação das mulheres. Essa baixa participação das mulheres no quadro social das cooperativas analisadas pode ser explicada com base na divisão por gênero do trabalho, socialmente construída. Instituiu-se que o trabalho nas lavouras, bem como as atividades relacionadas ao comércio, ao relacionamento com o banco, cooperativas, sindicatos (considerado trabalho produtivo) é papel dos homens e o trabalho da mulher está vinculado a casa, à criação de pequenos animais, à horta, ao cuidado e educação dos filhos. Para BONI (2006) é preciso repensar o papel da mulher, para que a mesma possa concretizar sua participação em outras dimensões da vida social.

SPANEVELLO et al (2014) relataram que a agricultura familiar vem enfrentando dificuldades quanto à questão social, especialmente na manutenção dos estabelecimentos através das gerações. No tocante, os autores relatam uma maior disposição dos filhos em permanecer na atividade agrícola em contraposição à vontade das filhas em seguir para o meio urbano. Mas de modo geral, ambos não se sentem atraídos em permanecer no meio rural e na agricultura. Para os autores, os motivos pelos quais têm levado os filhos de agricultores a não permanecerem nos estabelecimentos familiares dependem das condições econômicas e produtivas dos estabelecimentos, das relações familiares, da infraestrutura de lazer, educação e emprego presentes no meio rural e entorno.

Como consequência, existe a preocupação de estabelecimentos familiares não terem sucessores para dar continuidade ao trabalho de anos de uma família e a própria manutenção da agricultura familiar. Essa problemática é importante de se refletir pelo fato de como as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar

devem ser bem articuladas com o objetivo de evitar a descontinuidade da sucessão desses estabelecimentos. E como as condições de trabalho, de créditos agrícolas e políticas de proteção social são importantes para esses agricultores e para a proteção de um patrimônio cultural que é a agricultura familiar.

A caracterização do estabelecimento familiar foi importante para descrever semelhanças existentes entre os três diferentes grupos de agricultores familiares (individuais, cooperados e associados) nos quesitos: local de produção da terra que para os três grupos de agricultores não condiziam com a lógica da reforma agrária, os agricultores eram proprietários de suas terras e não contratavam mão de obra para a lavoura.

Outrora, com relação ao ano em que os agricultores obtiveram a DAP e ao motivo pelo qual tiraram a DAP apresentaram diferenças entre os grupos. Os agricultores individuais e os cooperados tiraram a DAP depois da Lei nº11.947/09 e os associados antes da Lei nº11.947/09. Com relação ao motivo que o levou a tirar a DAP os individuais responderam que foi o acesso ao PNAE e os cooperados e associados o acesso ao PRONAF. Segundo estudo de TESCHE & MACHADO (2012), as redes de cooperação formadas entre produtores geradas a partir de relações de trabalho e das relações sociais de reciprocidade desempenham um papel importante na formação de confiança entre os agricultores, essas redes de cooperação proporcionaram melhores resultados nos indicadores sociais e econômicos. Observaram que um maior número de famílias do grupo dos cooperados foram beneficiadas pelas políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento rural, sendo que 81,2% das famílias do grupo cooperados acessaram o RS RURAL e 100% o PRONAF investimento, ao passo que apenas 37,5% das famílias do grupo individual acessaram o RS RURAL e 87,5 o PRONAF .

No âmbito do apoio institucional e técnico percebe-se que os agricultores conheciam a Lei nº11.947/2009. No entanto, apresentaram diferenças a respeito de alguns aspectos como: se assistiram a algum evento sobre a Lei nº11.947/2009, em relação ao contato da nutricionista com o agricultor, ao apoio da nutricionista para vender ao PNAE e ao apoio de órgão da AF. Segundo trabalho de COSTA et al (2015) no que diz respeito à assistência técnica, apenas 7% das cooperativas não são assessoradas. O restante (93%) é assessorado de alguma forma. Dentre as organizações que prestam assessoria, destaca-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), presente em 39% das cooperativas, seguida

pelas ONG's em 18%, e o restante (36%) é assistido por universidades, Sebrae, instituições privadas e outros tipos de organização de apoio e fomento. No que se refere à assistência técnica, a grande parte é feita sob aspectos produtivos e assessoria individualizada na propriedade do cooperado.

No eixo venda da AF para o PNAE segundo organização produtiva, como aspectos comuns, observou-se que os agricultores começaram a vender para o PNAE após a Lei nº 11.947/2009, seguem a legislação sanitária no fornecimento da produção, como fatores que dificultam a venda para o PNAE, verificou-se que falta apoio institucional e assistência técnica. COSTA et al (2015) destacam a importância das políticas de assistência técnica e extensão rural de acompanhamento sistemático e contínuo.

Todas as três formas apresentadas neste trabalho devem ser respeitadas e estudadas pelos profissionais que diretamente trabalham com as compras públicas para a alimentação escolar.

Segundo Souza (2012) a presença de um grande número de produtores que não se encontram organizados em associações ou cooperativas também é um fator que tem restringido suas participações no Programa. No caso estudado, a região do Vale do Ribeira no estado de São Paulo, a desconfiança dos produtores em relação ao associativismo e, portanto, a resistência a se vincularem a essas organizações foi uma das dificuldades apontadas por produtores e gestores para que se avançasse na execução do PNAE.

Estudo de ALEXANDRE, (2016) considera a organização dos produtores em cooperativas uma ação fundamental para a efetivação da compra pelo PNAE.

Percebe-se que a organização dos agricultores, mesmo que em associações ou em grupos não formalizados, agregam maior poder de negociação, promove a redução nos custos de logística e consequentemente tornam estes mais competitivos no mercado devido ao maior volume de produção ofertado. Os agricultores organizados tendem ainda a procurar diversificação de mercados, incluindo nestes os institucionais (CORRÊA et al., 2013).

No entanto, inúmeros são os desafios das organizações locais, sendo comum cooperativas que foram constituídas com o único objetivo de facilitar a comercialização. Algumas cooperativas não possuem identidade, as direções são centralizadas em poucos líderes e há muitos problemas de gestão administrativa e

de recursos, além de questões voltadas para assistência técnica e adequação sanitária (COSTA et al., 2015).

Uma solução encontrada para uma cooperativa foi o estabelecimento de parceria com a Universidade Federal de Goiás para a execução de uma ação de extensão em 2013. Na execução, os técnicos e estudantes atuam junto à cooperativa nas ações de organização da produção dos agricultores, passando pela gestão e chegando até a comercialização de seus produtos com abertura e garantia de diversos mercados (ALEXANDRE, 2014).

Segundo TRICHES & SCHNEIDER (2012b), o gerenciamento, a distribuição e a venda exigem organização para garantir a autonomia dos agricultores. Essa organização nem sempre é formalizada, mas gerada a partir de estratégias às vezes consideradas ilegais. Nesse sentido, os autores afirmam que a organização local favorece ou não os produtores, dependendo do apoio dos órgãos representativos como Emater e STR, e do poder público.

Para BELIVAQUA & TRICHES (2014), é importante entender a organização dos agricultores familiares como processo, ou seja, considerar que dentro das organizações produtivas (Associações ou Cooperativas), os agricultores passam por inúmeras dificuldades e obstáculos, entender como esses agricultores lidam com essas implicações é muito importante. É preciso considerar que independente da forma que os agricultores estão organizados, as dificuldades existem e devem ser rompidas por mecanismos de construção e efetivação das políticas voltadas para a AF.

As formas de organização produtivas (agricultores individuais, cooperados e associados) trazem consigo as características e modelos de produção rural que existem há muitos anos. A escolha de como melhor trabalhar é única e exclusiva do agricultor, a ele deve ser dado o direito de como melhor se organizar. Acredito que se cooperar é vantajoso desde que os membros da cooperativa estejam organizados e engajados na filosofia da cooperação e ajuda mútua entre os favorecidos.

O importante é conhecer as formas de organização e respeitá-las tentando adaptá-las as exigências e padrões do PNAE, capacitando os agricultores de como melhor aproveitar as oportunidades que lhes são dadas dentro das leis. Dado isso, vislumbra-se a assistência técnica e rural que deve ser oferecida aos agricultores familiares.

As sugestões apontadas pelos agricultores que poderiam facilitar a venda para o PNAE, diferiram entre os grupos: os individuais e associados relataram a necessidade de apoio comercial e os cooperados alegaram a necessidade de mais organização e planejamento. Segundo estudo de GONÇALVES (2014) é imperativo que as associações e cooperativas deem um passo a frente em direção à profissionalização de suas estruturas organizacionais, incorporando em seus quadros profissionais treinados e capacitados tanto para lidar com os detalhes burocráticos das compras públicas, quanto para realizar planos estratégicos que possam levar essas organizações a conquista de melhores posições no mercado. A profissionalização, apesar de demandar investimentos e de aumentar os custos operacionais, tem se mostrado o caminho mais seguro para a melhoria da situação econômica dessas organizações bem como suas estruturas organizacionais.

Na análise inferencial, em que buscou identificar os fatores associados à compra da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, segundo a Lei nº11.947/09, os municípios que compraram da AF para o PNAE se associaram com o apoio da prefeitura aos AFs do município e ao levantamento da produção agrícola junto aos AFs feito pela nutricionista.

Sabe-se da importância do profissional nutricionista no auxílio à implementação das diretrizes do PNAE, bem como auxiliando o processo de compras da AF para o PNAE. Esse profissional por meio do seu conhecimento técnico pode contribuir com o fluxo de compras, auxiliando os gestores e agricultores. CHAVES et al, (2013) relata que embora tenha aumentado expressivamente o número de nutricionistas vinculadas ao PNAE, tanto no Brasil quanto na Região Sul, o atual número de profissionais ainda está aquém do recomendado pelos parâmetros vigentes. Destaca-se que o cumprimento das atribuições técnicas do nutricionista no PNAE relaciona-se ao quantitativo de profissionais no Programa.

CORRÊA et al (2017) relatou que em vista a complexidade e a abrangência do trabalho do nutricionista na alimentação escolar, torna-se necessário verificar a atuação deste profissional em relação à adequação da sua carga horária praticada como preconizado na legislação e quanto ao cumprimento por parte dos municípios em relação aos parâmetros numéricos mínimos definidos pela Resolução CFN 465/2010. Os resultados apontam para a não conformidade dos municípios da Região Sul no que tange o quantitativo de nutricionistas definido pelos parâmetros

numéricos mínimos de referência da Resolução CFN 465/2010. Esta inadequação reflete no cumprimento das atribuições do nutricionista no PNAE. Outros fatores podem ser facilitadores na execução das atribuições inerentes a este profissional, como por exemplo, a presença de outros profissionais no Setor de Alimentação Escolar, como técnicos administrativos, técnicos em Nutrição, estagiários, dentre outros. Ressalta-se a necessidade de formação de parcerias e o trabalho intersetorial para o fortalecimento da execução do PNAE. Verifica-se a necessidade da gestão garantir as condições de trabalho preconizadas na legislação para que o profissional possa exercer suas atividades conforme planejado.

Estudo realizado por ALEXANDRE et al. (2016) reforça o papel fundamental desempenhado pelo (a) nutricionista no processo de execução do PNAE, principalmente quanto ao processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar. Outros estudos apontaram a ausência do nutricionista como uma das principais dificuldades enfrentadas na execução desta política pública (BELIK & CHAIM, 2009; CHAVES et al., 2009; TRICHES & SCHNEIDER, 2010).

Isso se deve à responsabilidade do nutricionista na elaboração do cardápio escolar, o que implica necessariamente no conhecimento da produção local, para na sequência planejar cardápios que contemplem estes produtos e considerem a promoção da alimentação saudável e da saúde associados ao aspecto da sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e/ou social (SARAIVA et al., 2013).

No entanto, para ALEXANDRE et al., (2016), existe um franco processo de precarização desse profissional, traduzido em pouca valorização deste por parte da gestão municipal, expressa pela relação trabalhista via contratos temporários e com baixa carga horária, associado a reduzidos salários. Os nutricionistas deste estudo relataram que suas atividades profissionais eram diagnosticar e realizar o acompanhamento nutricional dos escolares, planejar, acompanhar e avaliar os cardápios.

O que reflete na pouca articulação entre nutricionistas e agricultores e, consequentemente, na elaboração de cardápios que não privilegiam alimentos produzidos pela agricultura familiar local (TRICHES, 2010).

Nessa dissertação foi possível observar que o apoio dos municípios aos agricultores familiares é importante para a efetivação da compra da agricultura familiar. O que retoma a importância em se estudar as características desses

municípios e como essas mesmas podem impactar na efetivação das compras oriundas da AF e da venda para o PNAE.

6. REFLEXÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste estudo me permitiram uma reflexão mais abrangente em relação ao processo de venda / compra da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O propósito de considerar fatores de ordens socioeconômica, demográfica, características do estabelecimento familiar, apoio institucional e características da venda, me permitiu um olhar mais voltado para as ciências sociais. Foi possível observar e compreender que O Programa Nacional de Alimentação Escolar e os Agricultores, produtores rurais familiares, transcendem um processo de vinculação da Lei nº11.947/09 para além da venda e da compra. Isso porque são muitos os atores envolvidos e fatores de dimensões complexas atuantes.

A partir desta dissertação consigo perceber que a agricultura familiar é um patrimônio cultural para a humanidade. Deve ser preservada e a sua sucessão precisa ser estudada e protegida por políticas públicas e interesses governamentais. O Governo federal deve se preocupar com a manutenção da agricultura familiar, estabelecendo estratégias de incentivo para os agricultores e para o desenvolvimento de assistência técnica voltada para o público rural.

Isso devido à importância da agricultura para o país, tanto como ocupação de trabalho no meio rural, quanto na produção de alimentos básicos para a população brasileira, alimentos regionais, alimentos que respeitem o solo, o trabalhador rural e o consumidor final.

O apoio da nutricionista no processo de vinculação e na execução do Programa é essencial para que as ações ocorram de modo a favorecer a venda e a compra da AF para o PNAE. Contar com esse profissional em número efetivo adequado e com disposição para auxiliar os gestores e agricultores é significativo. No entanto, esse profissional precisa estar consciente da sua importância como peça chave na implementação e assistência técnica. Para isso os profissionais nutricionistas deveriam passar por um processo de capacitação profissional que proporcionassem a eles maior segurança em atuar como mediadores entre agricultores e gestores.

A classe de nutricionistas precisa ser mais valorizada pelos órgãos responsáveis, os salários desses profissionais ainda estão muito aquém do

necessário, isso contribui para desestimular a categoria profissional. O nutricionista muitas vezes se vê sobrecarregado e ganhando um salário que não condiz com as suas necessidades, e por ora, pela sua própria formação profissional.

O trabalho de efetivação das compras públicas é apenas um pequeno passo para melhorar as condições de vida desses agricultores familiares, mas, um passo muito importante e que ainda precisa ser explorado. Espero que outras políticas públicas se inspirem e desenvolvam projetos de proteção social ao público voltado para a agricultura familiar.

7. CONCLUSÃO

As políticas públicas pensadas e desenvolvidas por entes da sociedade civil e organizada devem acompanhar as demandas e necessidades da população e do seu público alvo. Fazendo de certa forma, sentido para que as mudanças ocorram no intuito de melhor atender às comunidades, atenuando as desigualdades sociais e os problemas sociais ocasionados por elas.

Dada a importância do apoio institucional do município para a efetivação da compra da AF para o PNAE, as características socioeconômicas dos municípios bem como questões referentes ao apoio técnico e institucional oferecido aos agricultores familiares devem ser levadas em consideração ao se abordar a compra e a venda da AF para o PNAE.

Percebe-se que ao se planejar uma política pública notável para a qualidade da alimentação escolar e para promover proteção social aos agricultores familiares é importante conhecer, estruturar e dialogar com diferentes setores da implementação, gestão e execução. O olhar mais abrangente permite desenvolver estratégias para melhor atender aos agricultores e conseqüentemente a demanda do PNAE.

Foi possível perceber que os alimentos fornecidos para a alimentação escolar oriundos da AF são em quase sua totalidade *in natura* e os mercados institucionais como o PNAE e o PAA representam uma oportunidade de venda garantida e mais lucrativa para os agricultores familiares.

Entender que os municípios que contavam com o suporte técnico da nutricionista e o apoio institucional ao processo de compra da agricultura familiar apresentaram mais chance de comprar da agricultura familiar é essencial para fortalecer o vínculo da AF com o PNAE.

Propõe-se, portanto, que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para o PNAE, se conectem em constante aprimoramento, com o objetivo de reduzir cada vez mais a cadeia produtiva do produtor local e o consumidor local.

8. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O estudo apresentou algumas limitações importantes. A amostragem feita pelo estudo principal não foi desenhada para atender a intenção de análise inferencial pretendida devido à falta da informação dos agricultores que não venderam para o PNAE no ano de 2012. No entanto, ressalta-se a dificuldade em entrevistar os agricultores dos municípios que não venderam para o PNAE em 2012. O estado de São Paulo é um estado de grande dimensão e o investimento da pesquisa impossibilitou o acesso a estes municípios e agricultores.

Houve perda também dos agricultores entrevistados, inicialmente eram 144 agricultores, por diversos motivos, restaram 110 agricultores, o que significou em uma perda de 34 agricultores familiares.

Não foi possível trabalhar com dados dos agricultores familiares e dos municípios ao mesmo tempo, devido ao desfecho ser voltado para o município.

A perda de informações dos três municípios que não conseguiram participar foi considerada importante.

9. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, K.M.; ANDRÉ, M.C.P.; CAMPOS, M.R.H.; DÍAZ, M.E.P. Hygienic, sanitary, physical, and functional conditions of Brazilian public school food services. **Rev. Nutr.** 2014; 27(3): 343-356.
- ALEXANDRE, V.P.; MARTINS, B.B.; HAROLD, C.A.S. Construindo novas trajetórias e fortalecendo redes por meio de desenvolvimento rural sustentável – **FANUT** 133. Relatório final. Goiânia: Universidade Federal de Goiás; 2014.
- ALEXANDRE, V.P.; GOMES, L.O.F.; SILVA, S.U.; ALMEIDA, G.M.; MARTINS, K.A.; MONEGO, E.T.; SOUSA, L.M.; CAMPOS, R.H. Do campo à escola: compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em Territórios da Cidadania de Goiás. **Segur. Aliment. e Nutr.**, Campinas, v.23, p.1049-1064, dez. 2016.
- ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- AMORIM, A.L.B.; ROSSO, V.V.; BANDONI, D.H. Acquisition of family farm foods for school meals: Analysis of public procurements within rural family farming published by the cities of São Paulo state. **Rev. Nutr.** 2016; 29(2): 297-306.
- BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional** v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.
- BELIK, W.; CHAIM, N.A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Rev. Nutr.** 2009; 22(5): 595-607.
- BELIK, W. ; SOUZA, L. R. Algumas Reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. **Planejamento e políticas públicas**, n.33, 2009.
- BELIK, W. ; SILIPRANDI, E. A agricultura familiar e o atendimento à demanda institucional das grandes cidades. In: Secretaria da Agricultura Familiar/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar de São Paulo. São Paulo: **Instituto Via Pública**, 2012.
- BELIK, W. **Agricultura Familiar, políticas públicas e os novos mercados**. In: TEO, C. R. P. A. ; TRICHES R. M. **Alimentação Escolar construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**. Chapecó, SC. Editora Argos, 2016.

BEVILAQUA, K. ; TRICHES, R.M. Implicações da venda de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar nos aspectos de renda e organização dos agricultores familiares. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 21(2):448-460, 2014.

BONI, V. Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, 2006, Quito. *Anais do 7º Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*, Quito: ALASRU, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei N° 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 de junho de 1993.

BRASIL. Presidência da República. Decreto N° 1.946 de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de junho de 1996.

BRASIL. Presidência da República. Lei N° 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 de julho de 2003(a).

BRASIL. Presidência da República. Decreto N° 4.854 de 8 de outubro de 2003. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 de outubro de 2003(b).

BRASIL. Presidência da República. Lei N° 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de julho de 2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei N° 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de junho de 2009.

BRASIL. Presidência da República. Decreto N° 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei N° 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 de maio de 2017.

CAISAN, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - 2012/2015**. Agosto, 2011.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Fortalecimento da Agricultura Familiar e Promoção da Segurança Alimentar. **Tema de Administração Pública**. v 8, n 2, 2013.

CHAVES, L.G.; MENDES, P.N.R.; BRITO, R.R; BOTELHO, R.B.A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Rev. Nutr.** 22(6): 857-866, 2009.

CHAVES, L.G.; SANTANA, T.C. M; GABRIEL, C.G; VASCONCELOS, F.D.A.G. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 18(4): 917- 926, 2013.

CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **La Seguridad Alimentaria y Nutricional y el Derecho Humano a la Alimentación Adecuada en Brasil. Indicadores y monitoreo de la constitución desde 1988 hasta los días de hoy**. Brasília, 2011.

CORRÊA, E.S.; SILVA, L.X.; AGNE, C.L. Programa nacional de alimentação escolar: um canal de comercialização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. In: 51o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural: novas fronteiras da agropecuária no Brasil e na Amazônia - desafios da sustentabilidade; 21-24 jul 2013.

CORRÊA, R. S.; ROCKETT, F.C.; ROCHA, P.B.; SILVA, V.L.; OLIVEIRA, V.R. Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(2):563-574, 2017.

COSTA, B.A.L.; JUNIOR, P.C.G.A.; SILVA, M.G. As Cooperativas da Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. *RESR*, Piracicaba –SP, vol. 53, nº01, p. 109-126, 2015.

DENARDI, R. A.; HENDERIKX, E.M.G.J.; CASTILHOS, D.S.B.; BIANCHINI, V. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná**. EMATER/Paraná: Curitiba. 2000. (Disponível na Internet http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/publ/artigos_trabalhos.html).

DIAS, T.F.; NUNES, E.M.; TORRES, F.L.; TORRES, A.C.M. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). *Rev. Bras. de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v.9, n.3, p. 100-129, 2013.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1986.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2ª edição. São Paulo: Agropecuária, 1999.

FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo. Cumplimiento de los objetivos internacionales para 2015 em relación com el hambre: balance de los desiguales progresos. Roma, 2015 (a).

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. The State of Food and Agriculture. Social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty. Rome, 2015 (b).

FERIGOLLO, D.; KIRSTEN, V.R.; HECKLER, D.; FIGUEIREDO, O.A.T.; PEREZ-CASSARINO, J.; TRICHES, R.M. Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. *Rev. Saúde Pública*, 51:6, 2017.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Resolução/CD/ FNDE N° 26, de 17 de junho de 2013.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em nov. 2015.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/not%C3%ADcias/item/9768-presidente-do-fnde-participa-do-encontro-regional-para-enfrentamento-da-obesidade-infantil>. Acesso em agosto de 2017.

GABRIEL, C.G.; COSTA, L.C.F.; CALVO, M.C.M.; VASCONCELOS, F.A.G. Planejamento de cardápios para escolas públicas municipais: reflexão e ilustração desse processo em duas capitais brasileiras. **Rev. Nutr.** 2012; 25(3): 363-372.

GONÇALVES, D.B. Os desafios da Agricultura Familiar frente aos Programas de compras públicas de alimentos: um estudo sobre agricultores da região sudoeste do estado de São Paulo. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações*, v. 12, n. 1, p. 604-613, 2014.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Brasil: Dos décadas de políticas públicas para la agricultura familiar. In: SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: Nuevas perspectivas**. San José, Costa Rica, 2015.

HAWKES, C.; BRAZIL, B.G.; CASTRO, I.R.R.; JAIME, P.C. How to engage across sectors: lessons from agriculture and nutrition in the Brazilian School Feeding Program. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 50:47, 2016.

HESPANHOL, R. AP. M. **Perspectivas da Agroecologia e Experiências no Estado do Paraná**. In: ALVES, A. F; CARRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006: resultados preliminares.** Acesso em agosto de 2015: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes.** Rio de Janeiro v. 36, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de recuperação automática. SIDRA.** Acesso em 2015: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/>

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise.** Brasília: Boletim de políticas sociais, nº 23, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?Option=com_content&viés=articlei=25812&Itemid=9

LEÃO, M. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.** Brasília: ABRANDHI, 2013.

LIBERMANN, A.P.; BERTOLINI, G.R.F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Ciência e Saúde Coletiva**, 20(11): 3533 – 3546, 2015.

LOPES, D. E. ; ALMEIDA, R. A. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Municípios de Castilho e Andradina –SP. *Revista Pegada*, vol. 13 n.1, 2012.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006.** Brasília, 2009.

MALAVOLTA, E. **Fertilizantes, corretivos e produtividade: mitos e fatos.** Reunião Brasileira de Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas, 20, 1997, p. 89-153.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr., 2004.

MANJAMA, L. C. **O Papel da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar: uma interlocução teórica entre Brasil e Moçambique.** Dissertação de mestrado (mestrado em nutrição e saúde) – Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MARQUES, A.A.; FERNANDES, M.G.M.; LEITE, I.N.; VIANA, R.T.; GONÇALVES, M.C.R.; CARVALHO A.T. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. **Saúde Soc.** 2014; 23(4): 1329-1341.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C.(Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP, 2010.

MILLON, L.V. Participação popular nas políticas públicas municipais: eficácia e implementação. **Rev. Direito**, v.13, n.17, p.59-71, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. Instituto Via Pública Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo. Corá MAJ, Belik W (Orgs.). São Paulo: **Instituto Via Pública**; 2012.

MONTEIRO CA, CANNON G, LEVY RB *et al.* (2016) NOVA. A estrela brilha. Classificação dos alimentos. Saúde Pública. **World Nutrition** 7, 28-40.

MULLER, J. M.; LOVATO, P. E; MUSSOI, E. M. Do tradicional ao agroecológico: as veredas da transição (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC). **Eisforia (UFSC)**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 98-121, 2003.

OLIVEIRA, M.A.C.; SAMBUICHI, R.H.R.; SILVA, A.P.M. Experiências agroecológicas brasileiras: uma análise a luz do desenvolvimento local. Revista brasileira de agroecologia, v. 8, n. 2, p. 14-27, 2013.

PLOEG, J. D. V. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas: cadernos de debate**, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2014.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**. V 18, n 4, p.909-16, 2013.

PINTO, L. B.; LOURENZANI, A. E. B. S.; LOURENZANI, W. L.; MOCHIUTI, J. C. Aspectos históricos e organizacionais da agricultura familiar no desenvolvimento da região Nova Alta Paulista. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, p. 130-50, maio/ago., 2012.

PRADO, T. R. et al. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de caso em dois municípios de Minas Gerais. **Nutrire**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 256-268, dez. 2013.

SARAIVA, E.B.; SILVA, A.P.F.; SOUSA, A.A. CERQUEIRA, G.F.; CHAGAS, C.M.S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciênc. Saúde Coletiva**. 18(4): 927-935, 2013.

SCHEUER, J.M.; NEVES, S.M.A.S.; MOURA, A.P.; NEVES, R.J. Aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares da associação dos pequenos produtores da região do Alto Sant'Ana, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.12, n1, p.85-106, 2016.

SCHWARTZMAN, F. **Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar: caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores familiares em municípios do estado de São**

Paulo. Tese de doutorado (doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SCHNEIDER, S.; THIES, V. F.; GRISA, C.; BELIK, W. **Potential of Public Purchases as Markets for Family Farming: An Analysis of Brazilian School Feeding Program Between 2011-2014.** In: David Barling. (Org.). **Advances in Food Security and Sustainability.** 1ed. Cambridge: Academic Press, 2016, v. 1, p. 69-95.

SIDANER, E.; BALABAN, D.; BURLANDY, L. The Brazilian schoolfeeding programme: an example of an integrated programme in support of food and nutrition security. **Public Health Nutr.** 2012;16(6):989-994.

SILVA, S. E. V. **A agricultura familiar no Brasil e as transformações no campo no início do século XXI.** Tese de mestrado (mestrado em serviço social), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

SILVA, D. B. P. **Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: a viabilidade da aplicação da Lei federal 11.947 de 2009 sob o ponto de vista de diferentes atores sociais.** 2014. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2014.

SOARES, P.; MARTINELLI, S.S.; MELGAREJO, L.; DAVÓ-BLANES, M.C.; CAVALLI, S.B. Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. **Ciênc. Saúde Coletiva.** 2015; 20(6): 1891-1900.

SOUZA, L.B.B. Organizações da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo e sua Experiência de Fornecimento para o PNAE. In: Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo, São Paulo: **Instituto Via Pública**, 2012.

SPANEVELLO, R.M.; LAGO, A.; CHRISTOFARI, L.F.; ANDREATTA, T. **As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares.** In: RENK, A.; DORIGON, C. **Juventude Rural, Cultura e Mudança Social.** 1ª edição. Chapecó: editora Argos , 2014.

STEEL, C. **Hungry City : how food shapes our lives.** Londres : Vintage Books , 2008.

STURION, G. L. **Programa de alimentação escolar : avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros.** Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

TESCHE, R. W.; MACHADO, J.A.D. A importância da reciprocidade no desempenho socioeconômico da agricultura familiar. *Revista Estudos do CEPE*, Santa Cruz, nº36, p.7-37, 2012.

TEO, C.R.P.A. ; MONTEIRO, C.A. Marco Legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar : uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. **Rev. Nutr.**, Campinas, 25(5) :657- 668, 2012.

TORDJMAN, H. **Some General Questions About Markets**. Laxemburg, Austria : IIASA, 1998. (Intering Report – Texto para discussão).

TRICHES, R. M. **Reconectando a produção ao consumo : a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o programa de alimentação escolar**. Tese de doutorado (doutorado em desenvolvimento rural), UFRGS, Porto Alegre, 2010.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. O papel da qualidade dos alimentos na construção de mercados locais: o caso da alimentação escolar. In: Anais do 50º Congresso da Sober, 2012; Vitória. Vitória; 2012a.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 20, n. 1, pp. 66-105, 2012b.

TRICHES, R.M.; GERHARDT, T.E.; SCHNEIDER, S. Políticas alimentares: interações entre saúde, consumo e produção de alimentos. **Interações**. 15(1): 109-120, 2014.

TRICHES, R.M.; BACCARIN, J.G. **Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local**. In: TEO, C.R.P.A.; TRICHES, R.M. Alimentação Escolar construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó: editora Argos, 2016.

VECCHIO, M.C.D.; ARAÚJO, R.T.; JUNIOR, H.A.; MONTEIRO, P.C.L.; VENTURINI, A.F.; PINHEIRO, L. O papel do Município na Efetivação das Políticas Públicas de Segurança Alimentação e Nutricional. **Cienc. Biol. Agrar. Saúde**, v.19, n.2, p. 75-80, 2015

VIEGAS, I.F.P. Comércio justo e segurança alimentar. **Segurança Alimentar e Nutricional** v.17, n.1, p.133-143, 2010.

APÊNDICES/ANEXOS

Apêndice 1 – Questionário G - Planejamento logística de campo dos agricultores

1. Nome do Município			
2. Telefone da Casa da Agricultura ou instituição similar			
3. Nome do responsável/representante da Casa da Agricultura ou instituição similar			
4. Nome da associação/ cooperativa			
5. Nome do representante da associação/ cooperativa a ser entrevistado			
6. Quantos agricultores familiares associados/cooperados forneceram para a merenda escolar deste município, através da associação/ cooperativa, no ano passado?			
7. Todos estes agricultores familiares associados/cooperados eram deste mesmo município?	a. ☐ Sim (terminar a entrevista)	b. ☐ Não	
8. Do total de agricultores familiares associados/ cooperados que forneceram para a merenda escolar através da associação/ cooperativa, quantos eram deste mesmo município?			
9. De quais municípios eram os outros agricultores familiares?	10. Número de AF em cada um destes municípios		
Observações			

Apêndice 2 – Questionário H – Agricultor Familiar Individual

QUESTIONÁRIO H – AGRICULTOR FAMILIAR INDIVIDUAL

(MUNICÍPIO QUE COMPROU DA AGRICULTURA FAMILIAR EM 2012)

O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009.

Nome do Pesquisador Responsável: Prof^a. Dr^a Betzabeth Slater Villar

Instituição Sede do Projeto: Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Número do Processo: 2011/07932-0

Número do protocolo no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública-

USP: OF.COEP/027/12 e 2310

MUNICÍPIO:
DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____
NOME DO PESQUISADOR:

QUESTIONÁRIO H – AGRICULTOR FAMILIAR INDIVIDUAL

Este questionário deve ser respondido pelo agricultor familiar que vendeu produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também chamado de Programa da Merenda Escolar, em 2012, com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) física, individualmente.

Município:
Nome do pesquisador:
Nome do entrevistado (a):

INFORMAÇÕES GERAIS
1. Sexo: ☐ masc. ☐ fem.
2. Data de nascimento: ____/____/____
3. Qual o seu grau de escolaridade? (<i>ENTREVISTADOR, se o entrevistado falar que tem ensino técnico, pergunte até que grau ele completou na escola</i>)
a. ☐ Analfabeto
b. ☐ Fundamental (1ª a 8ª série) incompleto
c. ☐ Fundamental completo
d. ☐ Ensino médio (1º a 3º colegial) incompleto
e. ☐ Ensino médio completo
f. ☐ Ensino superior incompleto
g. ☐ Ensino superior completo
h. ☐ NS/NR
4. O(a) senhor(a) possui alguma formação técnica na área de agricultura?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não (<i>passar para a pergunta 6</i>)
c. ☐ NS/NR (<i>passar para a pergunta 6</i>)
5. Qual sua formação técnica?
6. Há quanto tempo o(a) senhor(a) é agricultor?
a. ☐ _____ anos
b. ☐ Outro: _____
c. ☐ NS/NR

CARACTERIZAÇÃO DA TERRA
7. O local onde o(a) senhor(a) produz é assentamento de reforma agrária?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR
8. O(a) senhor(a) é proprietário da terra em que produz?
a. ☐ Sim (<i>passar para a pergunta 10</i>)
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR (<i>passar para a pergunta 10</i>)
9. Em que condições o(a) senhor(a) explora a terra? (<i>ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta</i>)
a. ☐ Arrendatário
b. ☐ Meeiro
c. ☐ Parceiro
d. ☐ Título de uso (assentado)
e. ☐ Ocupante
f. ☐ _____]
g. ☐ NS/NR
10. Qual é o tamanho da área de cultivo? (<i>ENTREVISTADOR, colocar o tamanho na unidade que o entrevistado responder, seja hectare, alqueire, metro</i>).
a. ☐ _____

b. ☐ NS/NR
11. O(a) senhor(a) contrata mão de obra para trabalhar na terra? a. ☐ Sim b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 13)</i> c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 13)</i>
12. Que tipo de mão de obra o(a) senhor(a) contrata? a. ☐ Permanente b. ☐ Temporária c. ☐ _____] d. ☐ NS/NR
13. O(a) senhor(a) tem outra renda além da sua produção? a. ☐ Sim b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 15)</i> c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 15)</i>
14. Que outra renda o(a) senhor(a) tem? a. ☐ Aposentadoria b. ☐ Bolsa Família c. ☐ _____] d. ☐ NS/NR

CARACTERIZAÇÃO DA VENDA DIRETA PARA A MERENDA ESCOLAR

15. Em que ano o(a) senhor(a) tirou sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física)? a. ☐ _____ b. ☐ NS/NR
16. Qual o principal motivo que levou o(a) senhor(a) a tirar a DAP? a. ☐ Possibilidade de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) <i>(ENTREVISTADOR, selecionar esta opção se a resposta for “acesso à crédito”)</i> b. ☐ Possibilidade de acesso ao PAA c. ☐ Possibilidade de acesso ao PNAE d. ☐ _____ Outros _____ e. ☐ NS/NR
17. A qual grupo do Pronaf o(a) senhor(a) pertence? a. ☐ Grupo A b. ☐ Grupo B c. ☐ Grupo A/C d. ☐ _____] e. ☐ NS/NR
18. O(a) senhor(a) pertence à alguma associação/cooperativa de agricultores? a. ☐ Sim <i>(passar para a pergunta 20)</i> b. ☐ Não c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 21)</i>
19. Porque o(a) senhor(a) não pertence à nenhuma associação/cooperativa de agricultores? <i>(ENTREVISTADOR, ao finalizar esta pergunta, passar para a pergunta 21)</i> a. ☐ Falta de interesse b. ☐ Não vê vantagens c. ☐ É custoso d. ☐ Exige muita documentação e. ☐ Não existe cooperativa neste município f. ☐ _____] g. ☐ NS/NR

<p>20. Porque o(a) senhor(a) não está vendendo para a merenda escolar através da associação/cooperativa?</p> <p>a. ☐ Falta de documentação da associação/cooperativa</p> <p>b. ☐ Burocracia</p> <p>c. ☐ _____]</p> <p>d. ☐ NS/NR</p>

DIVULGAÇÃO DA LEI 11.947 DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/MERENDA ESCOLAR
<p>21. O(a) senhor(a) sabe que existe uma Lei do Programa da Merenda Escolar (Lei 11.947) que determina que uma parte dos alimentos servidos nas escolas deve ser comprada diretamente dos agricultores familiares?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 25)</i></p> <p>c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 25)</i></p>
<p>22. Como o(a) senhor(a) ficou sabendo desta Lei 11.947?</p> <p>a. ☐ Por meio de gestor da educação (nutricionista ou outros)</p> <p>b. ☐ Por meio de gestor da agricultura (técnicos ou outros)</p> <p>c. ☐ Por meio de outros agricultores/associação/cooperativa (<u>ENTREVISTADOR</u>, selecionar esta opção se a resposta for "Sindicato de agricultores")</p> <p>d. ☐ Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (Sebrae)</p> <p>e. ☐ Meios de comunicação (internet, rádio, TV, jornal, revista)</p> <p>f. ☐ Eventos (seminário, reuniões, encontros)</p> <p>g. ☐ _____]</p> <p>h. ☐ NS/NR</p>
<p>23. O(a) senhor(a) assistiu a algum evento (seminário, palestra, reunião) que explicava sobre esta Lei 11.947?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 25)</i></p> <p>c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 25)</i></p>
<p>24. O(a) senhor(a) achou que esse evento trouxe informações importantes para ajudá-lo(a) a vender diretamente para a merenda escolar?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não</p> <p>c. ☐ NS/NR</p>

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE VENDA
<p>25. Antes de começar a vender diretamente para a merenda escolar, o(a) senhor(a) já vendia para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 28)</i></p> <p>c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 28)</i></p>
<p>26. O(a) senhor(a) vendia para o PAA de qual município? (<u>ENTREVISTADOR</u>, ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).</p> <p>a. ☐ Mesmo município</p> <p>b. ☐ Outros municípios do mesmo estado</p> <p>c. ☐ Municípios de outros estados</p> <p>d. ☐ NS/NR</p>
<p>27. Os produtos que o(a) senhor(a) vendia para o PAA iam para as escolas?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não</p>

c. ☐] NS/NR
28. Em que ano o senhor começou a vender <u>diretamente</u> para a merenda escolar deste município?
a. ☐] Antes de 2009 <i>(passar para a pergunta 30)</i>
b. ☐] 2009 <i>(passar para a pergunta 30)</i>
c. ☐] 2010 <i>(passar para a pergunta 30)</i>
d. ☐] 2011
e. ☐] 2012
f. ☐] NS/NR <i>(passar para a pergunta 30)</i>
29. Qual o motivo do(a) senhor(a) não ter vendido para a merenda escolar antes?
a. ☐] Desconhecimento da Lei 11.947 pelo agricultor
b. ☐] Falta de interesse do próprio agricultor
c. ☐] Falta de documentação necessária, por parte do agricultor, para participar da chamada pública
d. ☐] A prefeitura não publicou a chamada pública antes
e. ☐] Dificuldade para elaborar o projeto de venda
f. ☐] Agricultor não produzia os produtos utilizados na alimentação escolar
g. ☐] A chamada pública não incluía os produtos vendidos pelo agricultor
h. ☐] Dificuldade de transportar os produtos até a prefeitura
i. ☐] _____]
j. ☐] NS/NR
30. No ano passado, o(a) senhor(a) vendeu para a merenda escolar deste município por chamada pública ou licitação?
a. ☐] Chamada pública
b. ☐] Licitação
c. ☐] NS/NR

PLANEJAMENTO E FORNECIMENTO DA PRODUÇÃO	
31. O(a) nutricionista da merenda escolar do seu município realizou algum contato com o(a) senhor(a) para identificar os produtos que o(a) senhor(a) produz?	
a. ☐] Sim	
b. ☐] Não	
c. ☐] NS/NR	
32. Quais os principais produtos que o(a) senhor(a) produzia no ano passado?	33. Estes produtos foram vendidos para a merenda escolar em 2012?
32.1 _____	33.1 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.2 _____	33.2 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.3 _____	33.3 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.4 _____	33.4 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.5 _____	33.5 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.6 _____	33.6 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.7 _____	33.7 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.8 _____	33.8 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.9 _____	33.9 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.10 _____	33.10 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.11 _____	33.11 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.12 _____	33.12 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.13 _____	33.13 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.14 _____	33.14 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.15 _____	33.15 a. ☐] Sim b. ☐] Não
32.16 _____	33.16 a. ☐] Sim b. ☐] Não
<u>Entrevistador</u> , fazer a pergunta seguinte somente se o entrevistador assinalou, na <u>pergunta 33</u> , que algum produto <u>não</u> foi vendido para a merenda escolar. Caso contrário, passar para a pergunta 35.	

<p>34. Por quê algum(ns) produto(s) da lista acima não foi(ram) vendidos para a merenda escolar?</p> <p>a. ☐ O preço pago pela merenda escolar estava baixo</p> <p>b. ☐ Esse produto já tinha mercado garantido</p> <p>c. ☐ Não fazia parte da lista dos produtos utilizados pela merenda escolar</p> <p>d. ☐ Os alunos não aceitam estes produtos</p> <p>e. ☐ Já havia atingido a cota de venda por DAP.</p> <p>f. ☐ Outros _____</p>
<p>g. ☐ NS/NR</p>
<p>35. Do(s) produto(s) que o(a) senhor(a) vendeu para a merenda escolar no ano passado, existe algum que foi vendido somente para o a merenda escolar, isto é, que o senhor <u>não</u> comercializou em outros mercados?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 38)</i></p> <p>c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 38)</i></p>
<p>36. Qual(is) produto(s)?</p> <p>a. _____</p> <p>b. _____</p> <p>c. _____</p> <p>d. _____</p> <p>e. _____</p> <p>f. _____</p> <p>g. _____</p> <p>h. ☐ NS/NR</p>
<p>37. Por quê este(s) produto(s) não foi(ram) comercializado(s) em outros mercados?</p> <p>a. ☐ O preço no mercado estava muito baixo</p> <p>b. ☐ A produção era insuficiente para a venda em outros mercados</p> <p>c. ☐ O mercado não se interessou pelo produto</p> <p>d. ☐ Dificuldade com transporte para outros mercados</p> <p>e. ☐ Outros _____</p>
<p>f. ☐ NS/NR</p>
<p>38. O(a) senhor(a) produz produtos orgânicos?</p> <p>a. ☐ Sim, todos são orgânicos</p> <p>b. ☐ Somente alguns são orgânicos</p> <p>c. ☐ Não, nenhum é orgânico <i>(passar para a pergunta 41)</i></p> <p>d. ☐ NS/NR</p>
<p>39. Estes produtos orgânicos têm certificação?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não</p> <p>c. ☐ NS/NR</p>
<p>40. Os produtos fornecidos para a merenda escolar no ano passado eram orgânicos?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Alguns/Parcialmente/Quase todos</p> <p>c. ☐ Não</p> <p>d. ☐ NS/NR</p>
<p>41. O(a) senhor(a) segue a legislação sanitária exigida para a venda para a merenda escolar?</p> <p>a. ☐ Sim <i>(passar para a pergunta 43)</i></p> <p>b. ☐ Não</p> <p>c. ☐ Meus produtos são "in natura". <i>(ENTREVISTADOR, selecionar esta resposta no caso do entrevistado responder que ele não precisa seguir a legislação porque ele vende produtos in natura e passar para a _____ questão 43)</i></p> <p>d. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 43)</i></p>
<p>42. Por que não?</p> <p>a. ☐ _____</p>
<p>b. ☐ NS/NR</p>
<p>43. No ano passado, o senhor vendeu produtos para a merenda escolar de outros municípios?</p>

a. ☐ Sim
b. ☐ Não (passar para a pergunta 45)
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 45)
44. Para quais municípios o(a) senhor(a) vendeu no ano passado? (<u>ENTREVISTADOR</u> , ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).
a. ☐ Outros municípios do mesmo estado
b. ☐ Municípios de outros estados
c. ☐ NS/NR
45. O senhor já tentou vender seus produtos para a merenda escolar de algum outro município?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não (passar para a pergunta 47)
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 47)
46. Porque o(a) senhor(a) não conseguiu vender para estes outros municípios?
a. ☐ A prefeitura do outro município não publicou a chamada pública
b. ☐ A chamada pública não incluía os produtos vendidos pelo agricultor
c. ☐ Os agricultores/associação/cooperativa do outro município ganhou(aram) a chamada pública
d. ☐ A chamada pública do outro município era pouco clara.
e. ☐ _____]
f. ☐ NS/NR
47. No ano passado, como estava organizada a entrega dos seus produtos para as escolas neste município? (<u>ENTREVISTADOR</u> , ler as opções de resposta)
a. ☐ Agricultor distribuía a cada escola
b. ☐ Agricultor levava a um centro de distribuição e Prefeitura distribuía às escolas
c. ☐ Prefeitura recolhia os alimentos do agricultor no local da produção e os distribuía às escolas
d. ☐ _____]
e. ☐ NS/NR
48. Na sua opinião, esta forma de entrega é boa para o(a) senhor(a)?
a. ☐ Sim (passar para a pergunta 50)
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 50)
49. Por que não?
a. ☐ _____
b. ☐ NS/NR

APOIO INSTITUCIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	
50. Para conseguir vender para a merenda escolar, o (a) senhor(a) recebeu apoio da nutricionista do município?	
a. ☐ Sim	
b. ☐ Não (passar para a pergunta 52)	
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 52)	
51. Que tipo de apoio o(a) senhor(a) recebeu da nutricionista? (<u>ENTREVISTADOR</u> , pode marcar mais de uma opção de resposta).	
a. ☐ Orientações gerais sobre o processo de compra/venda da agricultura familiar	
b. ☐ Divulgação da demanda dos produtos da merenda escolar	
c. ☐ Planejamento de produção para cumprir demanda da merenda escolar	
d. ☐ Embalagem dos produtos	
e. ☐ Orientação para o transporte	
f. ☐ Classificação/padronização	
g. ☐ Elaboração de projetos	
h. ☐ Documentação	
i. ☐ Legislação sanitária	
j. ☐ _____]	
52. Para conseguir vender para a merenda escolar, o(a) senhor(a) recebeu apoio de algum órgão ou	

instituição da agricultura? a. ☐ Sim b. ☐ Não (passar para a pergunta 55) c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 55)
53. De qual instituição/ órgão o(a) senhor(a) recebeu apoio? (<i>ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta</i>) a. ☐ Órgão Municipal de Agricultura b. ☐ Secretaria Estadual de Agricultura/ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)/ Casa de Agricultura c. ☐ Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO). d. ☐ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e. ☐ Assistência particular f. ☐ Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) g. ☐ ONG h. ☐ Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) i. ☐ Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) j. ☐ Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (Sebrae) k. ☐ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) l. ☐ Outros m. ☐ NS/NR
54. Que tipo de apoio o(a) senhor(a) recebeu destas instituições? (<i>ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta.</i>) a. ☐ Orientação sobre documentação b. ☐ Orientação sobre técnica de produção c. ☐ Orientação sobre planejamento de produção d. ☐ Orientação sobre embalagem e. ☐ Orientação sobre armazenamento f. ☐ Orientação sobre transporte g. ☐ Orientação sobre classificação/padronização h. ☐ Orientação sobre elaboração de projetos i. ☐ Orientação sobre associativismo e cooperativismo j. ☐ Orientação sobre legislação sanitária k. ☐ Apoio para transportar os produtos l. ☐ Doação de materiais/maquinário m. ☐ Outro(s) n. ☐ NS/NR
55. Para conseguir vender para a merenda escolar, o(a) senhor(a) recebeu algum outro apoio que gostaria de mencionar? a. ☐ Sim b. ☐ Não (passar para a pergunta 58) c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 58)
56. De quem o(a) senhor(a) recebeu apoio? a. _____ a. ☐ NS/NR
57. Que tipo de apoio o(a) senhor(a) recebeu? a. _____ b. ☐ NS/NR

MUDANÇAS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DEPOIS DE INICIAR A VENDA DIRETA PARA A MERENDA ESCOLAR

Depois que o senhor começou a vender para a merenda escolar,	
58. O(a) senhor(a) passou a produzir novos produtos para comercializar? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 59</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 59</i>)	58.1 Quais produtos? a. _____ b. _____ c. _____ d. _____ e. _____ f. ☐ NS/NR
59. O(a) senhor(a) aumentou a quantidade da sua produção? a. ☐ Sim b. ☐ Não c. ☐ NS/NR	60. Houve aumento da área cultivada? a. ☐ Sim b. ☐ Não c. ☐ NS/NR
61. Houve alguma mudança na maneira como o(a) senhor(a) passou a planejar a sua produção? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 62</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 62</i>)	61.1 Qual mudança? a. ☐ _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR
62. O(a) senhor(a) passou a usar mais técnicas/insumos, como adubos, irrigação ou alguma outra? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 63</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 63</i>)	62.1 Que tipo de técnicas/insumos o(a) senhor(a) passou a usar mais? (<i>ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta</i>) a. ☐ Adubo orgânico b. ☐ Fertilizante c. ☐ Pesticida d. ☐ Maquinas/implementos e. ☐ Irrigação f. ☐ Lona plástica g. ☐ Agricultura orgânica h. ☐ _____ Outro(s) _____ i. ☐ NS/NR
63. O(a) senhor(a) investiu mais em infraestrutura? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 64</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 64</i>) 63.	63.1 Em que tipo de infraestrutura o(a) senhor(a) investiu mais? (<i>ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta</i>) a. ☐ Sistema de irrigação b. ☐ Sistema de arame para sustentação c. ☐ Equipamentos de segurança d. ☐ material de fumigação e. ☐ Estufa f. ☐ Cobertura g. ☐ Outro(s) _____ h. ☐ NS/NR

Para poder vender para a merenda escolar, o(a) senhor(a) tem que:

64. Processar minimamente os produtos (como por exemplo, descascar, cortar, sanitizar) (<i>ENTREVISTADOR, no caso do agricultor ser produtor de mel, não ler os exemplos anteriores</i>) a. ☐ Sim, todos os produtos (<i>passar para a questão 65</i>) b. ☐ Alguns produtos	64.1 Quais produtos? a. ☐ _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR
---	--

c. ☐ Não, nenhum produto (<i>passar para a questão 66</i>) d. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 66</i>)		
65. O senhor fazia isto antes de vender para a merenda escolar? a. ☐ Sim b. ☐ Não c. ☐ NS/NR		
66. Embalar os produtos de forma diferente que o senhor fazia antes? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 67</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 67</i>)	66.1 O que mudou na forma como o senhor embala os produtos? <i>(ENTREVISTADOR, fazer a pergunta e passar para a questão 68)</i> a. ☐ _____ _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR	67. Como o senhor embala seus produtos? a. ☐ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR
68. Transportar os produtos até o ponto de entrega de forma diferente que o senhor fazia antes? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 69</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 69</i>) d. ☐ Não se aplica (<i>no caso dos produtos serem recolhidos. Passar para a questão 70</i>)	68.1 O que mudou na forma como o senhor transporta os produtos? <i>ENTREVISTADOR, fazer a pergunta e passar para a questão 70</i> ? a. ☐ _____ _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR	69. Como o senhor transporta os produtos até o ponto de entrega? a. ☐ _____ _____ _____ _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR

Antes de começar a vender para a merenda escolar, onde o(a) senhor(a) vendia sua produção? (*ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta: feira livre, supermercados, Ceasa, etc e responder cada uma delas*).

70. Feira livre a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 71</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 71</i>)	70.1 De qual município? (<i>ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta</i>) a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
71. Supermercados e. ☐ Sim f. ☐ Não (<i>passar para a questão 72</i>) g. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 72</i>)	71.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR

72. Ceasa a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 73</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 73</i>)	72.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
73. Sacolões/ Quitandas a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 74</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 74</i>)	73.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
74. Atravessador a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 75</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 75</i>)	74.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
75. Atacadistas a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 76</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 76</i>)	75.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
76. Outros: a. ☐ _____ b. ☐ NA (<i>passa para a questão 77</i>)	76.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR

Atualmente, além da merenda escolar, onde o senhor vende sua produção? (**ENTREVISTADOR**, ler as opções de resposta: feira livre, supermercados, Ceasa, e responder cada uma delas).

77. Feira livre a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 78</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 78</i>)	77.1 De qual município? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta) a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
78. Supermercados a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 79</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 79</i>)	78.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
79. Ceasa a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 80</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 80</i>)	79.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
80. Sacolões/ Quitanda a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 81</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 81</i>)	80.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
81. Atravessador a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 82</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 82</i>)	81.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR

82. Atacadistas a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 83</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 83</i>)	82.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
83. Outros: a. ☐ _____ b. ☐ NA (<i>passar para a questão 84</i>)	83.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR

84. De maneira geral, como é o preço pago pela merenda escolar em relação aos outros mercados onde o(a) senhor(a) comercializa seus produtos? (<i>ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta</i>) a. ☐ Igual b. ☐ Mais alto c. ☐ Mais baixo d. ☐ Outro: _____ e. ☐ NS/NR
85. Depois que a merenda escolar começou a comprar diretamente dos agricultores familiares, houve mudança dos preços dos produtos nos outros mercados? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 87</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 87</i>)
86. O que ocorreu com os preços destes produtos nos outros mercados? a. ☐ Ficaram mais altos b. ☐ Ficaram mais baixos c. ☐ Outro: _____ d. ☐ NS/NR
87. Houve aumento da sua renda após começar a vender para a merenda escolar? a. ☐ Sim b. ☐ Não c. ☐ NS/NR
88. Em que mês de 2012 foi assinado o seu contrato com a merenda escolar? a. ☐ _____ b. ☐ NS/NR
89. Quantos meses o(a) senhor(a) forneceu para a merenda escolar em 2012? a. ☐ _____ meses b. ☐ NS/NR

CONSIDERAÇÕES FINAIS

90. Na sua opinião, quais foram as principais dificuldades que o(a) senhor(a) encontrou pra vender para a merenda escolar? a. ☐ Falta de informação sobre o processo de venda b. ☐ Documentação exigida c. ☐ Burocracia d. ☐ Problemas na emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e. ☐ Falta de apoio da prefeitura f. ☐ Falta de assistência técnica g. ☐ Cumprir com a legislação sanitária h. ☐ Cumprir com os prazos estabelecidos i. ☐ Cumprir com as quantidades estipuladas j. ☐ Cumprir com as condições de processamento mínimo estipuladas (descascamento, corte, sanitização, acondicionamento em embalagens) k. ☐ Transporte dos produtos
--

Apêndice 3 – Questionário J – Agricultor Familiar Individual Vendendo pela
Associação/Cooperativa

**QUESTIONÁRIO J – AGRICULTOR FAMILIAR INDIVIDUAL VENDENDO PELA
ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA**

(MUNICÍPIO QUE COMPROU DA AGRICULTURA FAMILIAR EM 2012)

O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009.

Nome do Pesquisador Responsável: Profa. Dra Betzabeth Slater Villar

Instituição Sede do Projeto: Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo

Número do Processo: 2011/07932-0

Número do protocolo no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública-

USP: OF.COEP/027/12 e 2310

MUNICÍPIO:
DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____
NOME DO PESQUISADOR:

QUESTIONÁRIO J – AGRICULTOR FAMILIAR DA ASSOCIAÇÃO/ COOPERATIVA

Este questionário deve ser respondido pelo agricultor familiar associado/cooperado que forneceu produtos para a associação/cooperativa que vendeu para o PNAE em 2012.

Município:
Nome do pesquisador:
Nome do entrevistado(a):
Nome da associação/cooperativa:

INFORMAÇÕES GERAIS
1. Sexo: ☐ masc. ☐ fem.
2. Data de nascimento: ____/____/____
3. Qual o seu grau de escolaridade? (<i>ENTREVISTADOR, se o entrevistado falar que tem ensino técnico, pergunte até que grau ele completou na escola</i>)
a. ☐ Analfabeto
b. ☐ Fundamental (1ª a 8ª série) incompleto
c. ☐ Fundamental completo
d. ☐ Ensino médio (1º a 3º colegial) incompleto
e. ☐ Ensino médio completo
f. ☐ Ensino superior incompleto
g. ☐ Ensino superior completo
h. ☐ NS/NR
4. O(a) senhor(a) possui alguma formação técnica na área de agricultura?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não (<i>passar para a pergunta 6</i>)
c. ☐ NS/NR (<i>passar para a pergunta 6</i>)
5. Qual sua formação técnica?
6. Há quanto tempo o(a) senhor(a) é agricultor?
a. ☐ _____ anos
b. ☐ Outro: _____
c. ☐ NS/NR

CARACTERIZAÇÃO DA TERRA
7. O local onde o(a) senhor(a) produz é assentamento de reforma agrária?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR
8. O(a) senhor(a) é proprietário da terra em que produz?
a. ☐ Sim (<i>passar para a pergunta 10</i>)
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR (<i>passar para a pergunta 10</i>)
9. Em que condições o(a) senhor(a) explora a terra? (<i>ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta</i>)
a. ☐ Arrendatário
b. ☐ Meeiro
c. ☐ Parceiro
d. ☐ Título de uso (assentado)
e. ☐ Ocupante
f. ☐ Outro: _____
g. ☐ NS/NR
10. Qual é o tamanho da área de cultivo? (<i>ENTREVISTADOR, colocar o tamanho na unidade que o entrevistado responder, seja hectare, alqueire, metro</i>).
a. ☐ _____
b. ☐ NS/NR

11. O(a) senhor(a) contrata mão de obra para trabalhar na terra? a. ☐ Sim b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 13)</i> c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 13)</i>
12. Que tipo de mão de obra o(a) senhor(a) contrata? a. ☐ Permanente b. ☐ Temporária c. ☐ Outro: _____ d. ☐ NS/NR
13. O(a) senhor(a) tem outra renda além da sua produção? a. ☐ Sim b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 15)</i> c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 15)</i>
14. Que outra renda o(a) senhor(a) tem? a. ☐ Aposentadoria b. ☐ Bolsa Família c. ☐ Outros: _____ d. ☐ NS/NR

CARACTERIZAÇÃO DA VENDA DIRETA PARA A MERENDA ESCOLAR
15. Em que ano o(a) senhor(a) tirou sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física)? a. ☐ _____ b. ☐ NS/NR
16. Qual o principal motivo que levou o(a) senhor(a) a tirar a DAP? ☐ Possibilidade de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) <i>(ENTREVISTADOR, selecionar esta opção se a resposta for "acesso à crédito")</i> b. ☐ Possibilidade de acesso ao PAA c. ☐ Possibilidade de acesso ao PNAE d. ☐ Outros: _____ e. ☐ NS/NR
17. A qual grupo do Pronaf o(a) senhor(a) pertence? a. ☐ Grupo A b. ☐ Grupo B c. ☐ Grupo A/C d. ☐ Outros: _____ e. ☐ NS/NR
18. Em que ano o senhor se associou/cooperou? a. ☐ _____ b. ☐ NS/NR
19. Por que o senhor se associou/cooperou? <i>(ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta).</i> a. ☐ Comercialização b. ☐ Compra de insumos c. ☐ Armazenamento d. ☐ Produção coletiva e. ☐ Assistência técnica a. ☐ Possibilidade de acesso ao PAA b. ☐ Possibilidade de acesso ao PNAE c. ☐ Reforma das casas de assentamento rural de reforma agrária d. ☐ Beneficiamento de produtos e. ☐ Outras atividades que seriam mais facilmente realizadas por um grupo formal a. ☐ Outros: _____ f. ☐ NS/NR

DIVULGAÇÃO DA LEI 11.947 DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/MERENDA ESCOLAR
<p>20. O(a) senhor(a) sabe que existe uma Lei do Programa da Merenda Escolar (Lei 11.947) que determina que uma parte dos alimentos servidos nas escolas deve ser comprada diretamente dos agricultores familiares?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passar para a pergunta 24)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 24)</p>
<p>21. Como o(a) senhor(a) ficou sabendo desta Lei 11.947?</p> <p>a. ☐ Por meio de gestor da educação (nutricionista ou outros)</p> <p>b. ☐ Por meio de gestor da agricultura (técnicos ou outros)</p> <p>c. ☐ Por meio de outros agricultores/associação/cooperativa (<i>ENTREVISTADOR, selecionar esta opção se a resposta for "Sindicato de agricultores"</i>)</p> <p>d. ☐ Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (Sebrae)</p> <p>e. ☐ Meios de comunicação (internet, rádio, TV, jornal, revista)</p> <p>f. ☐ Eventos (seminário, reuniões, encontros)</p> <p>g. ☐ Outros: _____</p> <p>h. ☐ NS/NR</p>
<p>22. O(a) senhor(a) assistiu a algum evento (seminário, palestra, reunião) que explicava sobre esta Lei 11.947?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passar para a pergunta 24)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 24)</p>
<p>23. O(a) senhor(a) achou que esse evento trouxe informações importantes para ajudá-lo(a) a vender diretamente para a merenda escolar?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não</p> <p>c. ☐ NS/NR</p>

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE VENDA
<p>24. Antes de começar a vender diretamente para a merenda escolar, o(a) senhor(a) já vendia para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passar para a pergunta 28)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 28)</p>
<p>25. O(a) senhor(a) vendia para o PAA de qual município? (<i>ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta.</i>)</p> <p>a. ☐ Mesmo município</p> <p>b. ☐ Outros municípios do mesmo estado</p> <p>c. ☐ Municípios de outros estados</p> <p>d. ☐ NS/NR</p>
<p>26. O(a) senhor(a) vendia para o PAA como agricultor individual ou através de associação/cooperativa?</p> <p>a. ☐ Agricultor individual</p> <p>b. ☐ Associação/ Cooperativa</p> <p>c. ☐ NS/NR</p>
<p>27. Os produtos que o(a) senhor(a) vendia para o PAA iam para as escolas?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não</p> <p>c. ☐ NS/NR</p>
<p>28. Em que ano o senhor começou a vender <u>diretamente</u> para a merenda escolar deste município?</p> <p>a. ☐ Antes de 2009 (passar para a pergunta 30)</p> <p>b. ☐ 2009 (passar para a pergunta 30)</p> <p>c. ☐ 2010 (passar para a pergunta 30)</p> <p>d. ☐ 2011</p> <p>e. ☐ 2012</p> <p>f. ☐ NS/NR</p>
<p>29. Qual o motivo do(a) senhor(a) não ter vendido para a merenda escolar antes?</p>

a.	☐	Desconhecimento da Lei 11.947 pelo agricultor
b.	☐	Falta de interesse do próprio agricultor
c.	☐	Falta de documentação necessária, por parte do agricultor, para participar da chamada pública
d.	☐	A prefeitura não publicou a chamada pública antes
e.	☐	Dificuldade para elaborar o projeto de venda
f.	☐	Agricultor não produzia os produtos utilizados na alimentação escolar
g.	☐	A chamada pública não incluía os produtos vendidos pelo agricultor
h.	☐	Dificuldade de transportar os produtos até a prefeitura
i.	☐	Outros _____
j.	☐	NS/NR

PLANEJAMENTO E FORNECIMENTO DA PRODUÇÃO	
30. O(a) nutricionista da merenda escolar do seu município realizou algum contato com o(a) senhor(a) para identificar os produtos que o(a) senhor(a) produz?	
a. ☐ Sim	
b. ☐ Não	
c. ☐ NS/NR	
31. Quais os principais produtos que o(a) senhor(a) produzia em 2012?	32. Estes produtos foram vendidos para a merenda escolar em 2012?
31.1 _____	32.1 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.2 _____	32.2 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.3 _____	32.3 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.4 _____	32.4 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.5 _____	32.5 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.6 _____	32.6 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.7 _____	32.7 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.8 _____	32.8 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.9 _____	32.9 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.10 _____	32.10 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.11 _____	32.11 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.12 _____	32.12 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.13 _____	32.13 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.14 _____	32.14 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.15 _____	32.15 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.16 _____	32.16 a. ☐ Sim b. ☐ Não
<i>Entrevistador, fazer a pergunta seguinte somente se o entrevistador assinalou, na pergunta 32, que algum produto não foi vendido para a merenda escolar. Caso contrário, passar para a pergunta 34.</i>	
33. Por quê algum(ns) produto(s) da lista acima não foi(ram) vendido(s) para a merenda escolar?	
a. ☐ O preço pago pela merenda escolar estava baixo	
b. ☐ Esse produto já tinha mercado garantido	
c. ☐ Não fazia parte da lista dos produtos utilizados pela merenda escolar	
d. ☐ Os alunos não aceitam estes produtos	
e. ☐ Já havia atingido a cota de venda por DAP.	
f. ☐ Outros _____	
g. ☐ NS/NR	
34. Dos produtos que o(a) senhor(a) vendeu para a merenda escolar no ano passado, existe algum que foi vendido somente para o a merenda escolar, isto é, que o senhor <u>não</u> comercializou em outros mercados?	
a. ☐ Sim	
b. ☐ Não (passar para a pergunta 36)	
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 36)	
35. Qual(is) produto(s)?	
a. _____	
b. _____	
c. _____	
d. _____	

e. _____
f. _____
g. _____
h. _____
i. ☐ NS/NR
36. Por quê este(s) produto(s) não foi(ram) comercializado(s) em outros mercados?
a. ☐ O preço no mercado estava muito baixo
b. ☐ A produção era insuficiente para a venda em outros mercados
c. ☐ O mercado não se interessou pelo produto
d. ☐ Dificuldade com transporte para outros mercados
e. ☐ Outros _____
f. ☐ NS/NR
37. Todos os produtos que o(a) senhor(a) produz são comercializados através da associação/ cooperativa?
a. ☐ Sim (passar para a pergunta 38)
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 38)
38. Por que o senhor(a) não comercializa todos os produtos através da associação/ cooperativa ?
a. ☐

b. ☐ NS/NR
39. O(a) senhor(a) produz produtos orgânicos?
a. ☐ Sim, todos são orgânicos
b. ☐ Somente alguns são orgânicos
c. ☐ Não, nenhum é orgânico (passar para a pergunta 41)
d. ☐ NS/NR
40. Estes produtos orgânicos têm certificação?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR
41. Os produtos fornecidos para a merenda escolar no ano passado eram orgânicos?
a. ☐ Sim
b. ☐ Alguns/ Parcialmente/ Quase todos
c. ☐ Não
d. ☐ NS/NR
42. O(a) senhor(a) segue a legislação sanitária exigida para a venda para a merenda escolar?
a. ☐ Sim (passar para a pergunta 43)
b. ☐ Não
c. ☐ Meus produtos são "in natura". (ENTREVISTADOR, selecionar esta resposta no caso do entrevistado responder que ele não precisa seguir a legislação porque ele vende produtos in natura e passar para a questão 43)
d. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 43)
43. Por que não?
a. ☐ _____
b. ☐ NS/NR
44. No ano passado, o senhor vendeu produtos para a merenda escolar de outros municípios?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não (passar para a pergunta 46)
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 46)
45. Para quais municípios o(a) senhor(a) vendeu no ano passado? (ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).
a. ☐ Outros municípios do mesmo estado
b. ☐ Municípios de outros estados
c. ☐ NS/NR
46. O(a) senhor(a) vendeu como agricultor individual ou através de associação/ cooperativa ?

a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/ cooperativa c. ☐ NS/NR
47. O senhor já tentou vender seus produtos para a merenda escolar de algum outro município? a. ☐ Sim b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 49)</i> c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 49)</i>
48. O(a) senhor(a) tentou vender como agricultor individual ou através de associação/ cooperativa ? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/ cooperativa c. ☐ NS/NR
49. Porque o(a) senhor(a) não conseguiu vender para estes outros municípios? a. ☐ A prefeitura do outro município não publicou a chamada pública b. ☐ A chamada pública não incluía os produtos vendidos pelo agricultor c. ☐ Os agricultores/associação/cooperativa do outro município ganhou(aram) a chamada pública d. ☐ A chamada pública do outro município era pouco clara e. ☐ Outros _____ f. ☐ NS/NR
50. No ano passado, como estava organizada a entrega dos seus produtos para a associação/ cooperativa neste município? (<i>ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta</i>) a. ☐ Agricultor levava à cooperativa b. ☐ Cooperativa recolhia os alimentos do agricultor no local da produção c. ☐ Outro(s) _____ d. ☐ NS/NR
51. Na sua opinião, esta forma de entrega é boa para o(a) senhor(a)? a. ☐ Sim <i>(passar para a pergunta 52)</i> b. ☐ Não c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 52)</i>
52. Por que não? a. ☐ _____ b. ☐ NS/NR

APOIO INSTITUCIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
53. Para conseguir vender para a merenda escolar, o (a) senhor(a) recebeu apoio da nutricionista do município? a. ☐ Sim b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 54)</i> c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 54)</i>
54. Que tipo de apoio o(a) senhor(a) recebeu da nutricionista? (<i>ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta</i>). a. ☐ Orientações gerais sobre o processo de compra/venda da agricultura familiar b. ☐ Divulgação da demanda dos produtos da merenda escolar c. ☐ Planejamento de produção para cumprir demanda da merenda escolar d. ☐ Embalagem dos produtos e. ☐ Orientação para o transporte f. ☐ Classificação/padronização g. ☐ Elaboração de projetos h. ☐ Documentação i. ☐ Legislação sanitária j. ☐ Outro(s) _____ k. ☐ NS/NR
55. Para conseguir vender para a merenda escolar, o(a) senhor(a) recebeu apoio de algum órgão ou instituição da agricultura? a. ☐ Sim b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 57)</i> c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 57)</i>

<p>56. De qual instituição/ órgão o(a) senhor(a) recebeu apoio? (<i>ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta</i>)</p> <p>a. ☐ Órgão Municipal de Agricultura</p> <p>b. ☐ Secretaria Estadual de Agricultura/ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)/ Cas Agricultura</p> <p>c. ☐ Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO).</p> <p>d. ☐ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)</p> <p>e. ☐ Assistência particular</p> <p>f. ☐ Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)</p> <p>g. ☐ ONG _____</p> <p>h. ☐ Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)</p> <p>i. ☐ Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)</p> <p>j. ☐ Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (Sebrae)</p> <p>k. ☐ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)</p> <p>l. ☐ Outros _____</p> <p>m. ☐ NS/NR</p>	
<p>57. Que tipo de apoio o(a) senhor(a) recebeu destas instituições? (<i>ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta.</i>)</p> <p>a. ☐ Orientação sobre documentação</p> <p>b. ☐ Orientação sobre técnica de produção</p> <p>c. ☐ Orientação sobre planejamento de produção</p> <p>d. ☐ Orientação sobre embalagem</p> <p>e. ☐ Orientação sobre armazenamento</p> <p>f. ☐ Orientação sobre transporte</p> <p>g. ☐ Orientação sobre classificação/padronização</p> <p>h. ☐ Orientação sobre elaboração de projetos</p> <p>i. ☐ Orientação sobre associativismo e cooperativismo</p> <p>j. ☐ Orientação sobre legislação sanitária</p> <p>k. ☐ Apoio para transportar os produtos</p> <p>l. ☐ Doação de materiais/maquinário</p> <p>m. ☐ Outro(s) _____</p> <p>n. ☐ NS/NR</p>	
<p>58. Para conseguir vender para a merenda escolar, o(a) senhor(a) recebeu algum outro apoio que gostaria de mencionar?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (<i>passar para a pergunta 60</i>)</p> <p>c. ☐ NS/NR (<i>passar para a pergunta 60</i>)</p>	
<p>59. De quem o(a) senhor(a) recebeu apoio?</p> <p>a. _____</p> <p>b. ☐ NS/NR</p>	
<p>60. Que tipo de apoio o(a) senhor(a) recebeu?</p> <p>a. _____</p> <p>b. ☐ NS/NR</p>	

MUDANÇAS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DEPOIS DE INICIAR A VENDA DIRETA PARA A MERENDA ESCOLAR

Depois que o senhor começou a vender para a merenda escolar,

<p>60.1 O(a) senhor(a) passou a produzir novos produtos para comercializar?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (<i>passar para a questão 61</i>)</p> <p>c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 61</i>)</p>	<p>60.2 Quais produtos?</p> <p>a. _____</p> <p>b. _____</p> <p>c. _____</p> <p>d. _____</p> <p>e. ☐ NS/NR</p>
--	--

61. O(a) senhor(a) aumentou a quantidade da sua produção? a. ☐ Sim b. ☐ Não c. ☐ NS/NR	62. Houve aumento da área cultivada? a. ☐ Sim b. ☐ Não c. ☐ NS/NR
63. Houve alguma mudança na maneira como o(a) senhor(a) passou a planejar a sua produção? d. ☐ Sim e. ☐ Não (<i>passar para a questão 64</i>) f. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 64</i>)	63.1 Qual mudança? a. ☐ _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR
64. O(a) senhor(a) passou a usar mais técnicas/insumos, como adubos, irrigação ou alguma outra? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 65</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 65</i>)	64.1 Que tipo de técnicas/insumos o(a) senhor(a) passou a usar mais? (<i>ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta</i>) a. ☐ Adubo orgânico b. ☐ Fertilizante c. ☐ Pesticida d. ☐ Maquinas/implementos e. ☐ Irrigação f. ☐ Lona plástica g. ☐ Agricultura orgânica h. ☐ Outro(s) _____ i. ☐ NS/NR
65. O(a) senhor(a) investiu mais em infraestrutura? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 66</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 66</i>)	65.1 Em que tipo de infraestrutura o(a) senhor(a) investiu mais? (<i>ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta</i>) a. ☐ Sistema de irrigação b. ☐ Sistema de arame para sustentação c. ☐ Equipamentos de segurança d. ☐ material de fumigação e. ☐ Estufa f. ☐ Cobertura g. ☐ Outro(s) _____ h. ☐ NS/NR

Para poder vender para a merenda escolar, o(a) senhor(a) tem que:

66. Processar minimamente os produtos (como por exemplo, descascar, cortar, sanitizar) (*Entrevistador, no caso do agricultor ser produtor de mel, não ler os exemplos*)
a. ☐ Sim, todos os produtos (*passar para a questão 67*)
b. ☐ Alguns produtos
c. ☐ Não, nenhum produto (*passar para a questão 68*)
d. ☐ NS/NR (*passar para a questão 68*)

66.1 Quais produtos?

a. _____

b. ☐ NS/NR

67. O senhor fazia isto antes de vender para a merenda escolar?

a. ☐ Sim
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR

<p>68. Embalar os produtos de forma diferente que o senhor fazia antes?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passe para a questão 69)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passe para a questão 69)</p>	<p>68.1 O que mudou na forma como o senhor embala os produtos?</p> <p><u>(ENTREVISTADOR, fazer a pergunta e passar para a questão 70)</u></p> <p>a. _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>b. ☐ NS/NR</p>	<p>69. Como o senhor embala seus produtos?</p> <p>a. _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>b. ☐ NS/NR</p>
<p>70. Transportar os produtos até o ponto de entrega de forma diferente que o senhor fazia antes?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passe para a questão 71)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passe para a questão 71)</p> <p>d. ☐ Não se aplica (no caso dos produtos serem recolhidos. Passe para a questão 72)</p>	<p>70.1 O que mudou na forma como o senhor transporta os produtos?</p> <p><u>(ENTREVISTADOR, fazer a pergunta e passar para a questão 72)</u></p> <p>a. _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>b. ☐ NS/NR</p>	<p>71. Como o senhor transporta os produtos até o ponto de entrega?</p> <p>a. _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>b. ☐ NS/NR</p>

<p>Antes de começar a vender para a merenda escolar, onde o(a) senhor(a) vendia sua produção? <u>(ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta: feira livre, supermercados, Ceasa, etc e responder cada uma delas).</u></p>		
<p>72. Feira livre</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passe para a questão 73)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passe para a questão 73)</p>	<p>72.1 De qual município?</p> <p><u>(ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta)</u></p> <p>a. ☐ Mesmo município</p> <p>b. ☐ Outros municípios do mesmo estado</p> <p>c. ☐ Municípios de outros estados</p> <p>d. ☐ NS/NR</p>	<p>72.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa?</p> <p>a. ☐ Agricultor individual</p> <p>b. ☐ Associação/cooperativa</p> <p>c. ☐ NS/NR</p>
<p>73. Supermercados</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passe para a questão 73)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passe para a questão 73)</p>	<p>73.1 De qual município?</p> <p>a. ☐ Mesmo município</p> <p>b. ☐ Outros municípios do mesmo estado</p> <p>c. ☐ Municípios de outros estados</p> <p>d. ☐ NS/NR</p>	<p>73.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa?</p> <p>a. ☐ Agricultor individual</p> <p>b. ☐ Associação/cooperativa</p> <p>c. ☐ NS/NR</p>

74. Ceasa a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 80</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 80</i>)	74.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	74.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
75. Sacolões/ Quitandas a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 80</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 80</i>)	75.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	75.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
76. Atravessador a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 80</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 80</i>)	76.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	76.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
77. Atacadistas a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 80</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 80</i>)	77.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	77.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
78. Outros: _____	78.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	78.1.1 O (a) senhor (a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR

Atualmente, além da merenda escolar, onde o senhor vende sua produção? (**ENTREVISTADOR**, ler as opções de resposta: feira livre, supermercados, Ceasa, etc e responder cada uma delas).

79. Feira livre a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 80</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 80</i>)	79.1 De qual município? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta) a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	79.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
--	---	--

80. Supermercados a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 8</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão</i>)	80.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	80.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperat c. ☐ NS/NR
81. Ceasa a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 8</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão</i>)	81.1.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	81.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperat c. ☐ NS/NR
82. Sacolões/ Quitandas a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 8</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão</i>)	82.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	82.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperat c. ☐ NS/NR
83. Atravessador a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 8</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão</i>)	83.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	83.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperat c. ☐ NS/NR
84. Atacadistas a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 8</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão</i>)	84.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	84.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperat c. ☐ NS/NR
85. Outros: _____	85.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	85.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperat c. ☐ NS/NR

86. De maneira geral, como é o preço pago pela merenda escolar em relação aos outros mercados onde o(a) senhor(a) comercializa seus produtos? (**ENTREVISTADOR**, ler as opções de resposta)

- a. ☐ Igual
b. ☐ Mais alto
c. ☐ Mais baixo
d. ☐ Outro: _____
e. ☐ NS/NR

<p>87. Depois que a merenda escolar começou a comprar diretamente dos agricultores familiares, houve mudança dos preços dos produtos nos outros mercados?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (<i>passar para a questão 89</i>)</p> <p>c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 89</i>)</p>
<p>88. O que ocorreu com os preços destes produtos nos outros mercados?</p> <p>a. ☐ Ficaram mais altos</p> <p>b. ☐ Ficaram mais baixos</p> <p>c. ☐ Outro: _____</p> <p>d. ☐ NS/NR</p>
<p>89. Houve aumento da sua renda após começar a vender para o PNAE?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não</p> <p>c. ☐ NS/NR</p>
<p>90. Em que mês de 2012 foi assinado o seu contrato com a merenda escolar?</p> <p>a. ☐ _____</p> <p>b. ☐ NS/NR</p>
<p>91. Quantos meses o(a) senhor(a) forneceu para a merenda escolar em 2012?</p> <p>a. ☐ _____ meses</p> <p>b. ☐ NS/NR</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

92. Na sua opinião, quais foram as principais dificuldades que o(a) senhor(a) encontrou pra vender para a merenda escolar?
- a. ☐ Falta de informação sobre o processo de venda
- b. ☐ Documentação exigida
- c. ☐ Burocracia
- d. ☐ Problemas na emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP),
- e. ☐ Falta de apoio da prefeitura
- f. ☐ Falta de assistência técnica
- g. ☐ Cumprir com a legislação sanitária
- h. ☐ Cumprir com os prazos estabelecidos
- i. ☐ Cumprir com as quantidades estipuladas
- j. ☐ Cumprir com as condições de processamento mínimo estipuladas (descascamento, corte, sanitização, acondicionamento em embalagens)
- k. ☐ Transporte dos produtos
- l. ☐ Atrasos na liberação de recursos da prefeitura
- m. ☐ Preço abaixo do valor de mercado para alguns produtos.
- n. ☐ Outros _____
- o. ☐ NS/NR

Na sua opinião, o que pode ser feito para melhorar o processo de venda direta dos agricultores familiares para a merenda escolar?

- a. ☐ Aumentar a cota da DAP por família.
- b. ☐ Tornar mais ágil o pagamento
- c. ☐ Tornar o processo menos burocrático
- d. ☐ Auxiliar de alguma forma o transporte dos produtos
- e. ☐ Auxiliar na infraestrutura das associações
- f. ☐ Mais assistência técnica
- g. ☐ Outros _____
- h. ☐ NS/NR

[illegible]

Apêndice 4 – Questionário B – Nutricionista 1

QUESTIONÁRIO B – NUTRICIONISTA 1

ENTREVISTADO(A):	
FUNÇÃO OU CARGO QUE EXERCE:	
ANO EM QUE COMEÇOU A TRABALHAR COMO NUTRICIONISTA DO PNAE NO MUNICÍPIO:	

DIVULGAÇÃO DA LEI 11.947	
1. O (a) senhor (a) conhece a Lei 11.947 de 2009 do PNAE que diz respeito, entre outras coisas, à utilização de 30% dos recursos financeiros do Governo Federal na compra de produtos diretamente da agricultura familiar?	
1.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 4</i>)
1.2 []	Sim
1.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 4</i>)
2. O (a) senhor (a) assistiu a algum evento (seminário, palestra, reunião) para divulgação da Lei 11.947 do PNAE?	
2.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 4</i>)
2.2 []	Sim
2.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 4</i>)
3. O (a) senhor (a) achou que esse evento trouxe informações úteis para auxiliar no processo de implementação das compras dos produtos da agricultura familiar para o PNAE no seu município?	
3.1 []	Não
3.2 []	Sim
3.3 []	NS/NR
4. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com a comunidade escolar (diretor, cozinheiros, alunos, professores, pais de alunos) do seu município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
4.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 6</i>)
4.2 []	Sim
4.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 6</i>)
5. Com quem da comunidade escolar? (ENTREVISTADOR: Pode marcar mais de uma resposta)	
5.1 []	Diretor
5.2 []	Cozinheiros(as) / merendeiras
5.3 []	Alunos
5.4 []	Professores
5.5 []	Pais dos alunos
5.6 []	Outro(s) _____
5.7 []	NS/NR
6. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com os gestores municipais do seu município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
6.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 8</i>)
6.2 []	Sim
6.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 8</i>)
7. Com gestores de que área? (ENTREVISTADOR: Pode marcar mais de uma resposta)	
7.1 []	Secretaria da Educação
7.2 []	Departamento de Alimentação/Merenda Escolar
7.3 []	Departamento de Compras
7.4 []	Secretaria de Agricultura
7.5 []	Prefeito
7.6 []	Outro(s) _____
7.7 []	NS/NR
8. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com os membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
8.1 []	Não
8.2 []	Sim
8.3 []	NS/NR
9. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com os agricultores familiares do município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
9.1 []	Não
9.2 []	Sim
9.3 []	NS/NR

APOIO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	
10. O município comprou alimentos diretamente da agricultura familiar para o PNAE, em 2012?	

10.1 []	Não (ENTREVISTADOR: SE RESPONDER "não" está no questionário errado)
10.2 []	Sim
10.3 []	NS/NR (ENTREVISTADOR: SE RESPONDER "NS/NR" procurar alguém que saiba ou possa responder)
11. Em que ano começou a comprar?	
11.1 []	Antes de 2009 (passar para a pergunta 13)
11.2 []	2009 (passar para a pergunta 13)
11.3 []	2010
11.4 []	2011
11.5 []	2012
11.6 []	NS/NR (passar para a pergunta 13)
12. Qual o motivo de o município não ter implementado as compras da agricultura familiar para o PNAE antes? (ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta.)	
12.1 []	O município não fez chamada pública antes.
12.2 []	Não tem agricultores familiares neste município
12.3 []	Os agricultores familiares deste município não estavam organizados
12.4 []	Os agricultores familiares deste município não produzem os alimentos utilizados na alimentação escolar
12.5 []	Não apareceram agricultores familiares na chamada pública
12.6 []	Os projetos apresentados estavam mal feitos
12.7 []	Outro(s) _____
12.8 []	NR/NR
13. Qual a porcentagem de recursos do FNDE utilizado na compra dos produtos diretamente da agricultura familiar em 2012, segundo a prestação de compras?	
13.1 []	_____%
13.2 []	NS/NR (passar para a pergunta 15)
ENTREVISTADOR: SE RESPONDEU um valor maior ou igual a 30%, PULAR para a 15	
14. Qual o motivo de o município não ter utilizado os 30% dos recursos financeiros do Governo Federal estipulados na Lei 11.947?	
14.1 []	
14.2 []	NR/NR
15. Antes de comprar diretamente dos agricultores familiares para o PNAE, as escolas recebiam produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	
15.1 []	Não
15.2 []	Sim
15.3 []	NS/NR
16. Na sua opinião, o secretário da educação do seu município está comprometido com o processo de implementação das compras da agricultura familiar para o PNAE?	
16.1 []	Não
16.2 []	Sim
16.3 []	NS/NR
17. No seu município, existem projetos e/ou ações da Prefeitura, dirigidos às escolas, para apoiar o processo de implementação das compras da agricultura familiar pelo PNAE?	
17.1 []	Não (passe para a pergunta 19)
17.2 []	Sim
17.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 19)
18. Quais são esses projetos e/ou ações?	
18.1 []	
18.2 []	NR/NR
19. No seu município, a Prefeitura apoia projetos de melhoria da infraestrutura das escolas e cozinhas para armazenamento, conservação, preparo e manipulação dos produtos da agricultura familiar?	
19.1 []	Não
19.2 []	Sim
19.3 []	NS/NR
20. No seu município, existem projetos e/ou ações da Prefeitura, dirigidos aos agricultores familiares, para apoiar o processo de implementação das compras da agricultura familiar pelo PNAE?	
20.1 []	Não (passe para a pergunta 22)
20.2 []	Sim
20.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 22)
21. Quais são esses projetos e/ou ações?	

21.1 []	
21.2 []	NR/NR
22. A Prefeitura apoia/ajuda o processo de logística de entrega dos produtos da agricultura familiar?	
22.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 24</i>)
22.2 []	Sim
22.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 24</i>)
23. Como se dá este apoio/ajuda?	
23.1 []	
23.2 []	NR/NR

PLANEJAMENTO DO CARDÁPIO

24. Para identificar os alimentos produzidos pelos agricultores familiares na sua região, o (a) senhor(a) teve apoio de alguma instituição ou órgão?	
24.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 26</i>)
24.2 []	Sim
24.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 26</i>)
25. De qual instituição/ órgão o (a) senhor(a) teve apoio? (ENTREVISTADOR: <i>pode assinalar mais de uma resposta</i>)	
25.1 []	Secretaria Municipal de Agricultura
25.2 []	CATI
25.3 []	Conselho de Alimentação Escolar (CAE)
25.4 []	Outro(s) _____
25.5 []	NS/NR
26. Para conhecer os produtos que são produzidos pelos agricultores familiares na sua região o (a) senhor(a) fez algum levantamento junto aos produtores ou cooperativas?	
26.1 []	Não
26.2 []	Sim (<i>passar para a pergunta 28</i>)
26.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 29</i>)
27. Por que não? (ENTREVISTADOR, <i>depois de completar a resposta, passar para a pergunta 29</i>).	
27.1 []	
27.2 []	NR/NR
28. Na sua opinião, o contato com estas organizações ou cooperativas foi importante para o processo de planejamento do cardápio?	
28.1 []	Não
28.2 []	Sim
28.3 []	NS/NR

CARACTERIZAÇÃO DA COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

29. Qual é a modalidade de compra dos alimentos dos agricultores familiares para o PNAE no seu município? (ENTREVISTADOR, <i>ler as opções de resposta</i>).																																	
29.1 []	Licitação																																
29.2 []	Chamada pública																																
29.3 []	NS/NR																																
30. Quais produtos foram comprados dos agricultores familiares no ano de 2012?																																	
30.1 []	<table border="1"> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> </table>	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____																														
_____	_____	_____	_____																														
_____	_____	_____	_____																														
_____	_____	_____	_____																														
_____	_____	_____	_____																														
_____	_____	_____	_____																														
_____	_____	_____	_____																														
_____	_____	_____	_____																														
30.2 []	NS/NR																																
31. O (a) senhor (a) saberia dizer de onde são os agricultores familiares que forneceram para o PNAE do seu município, em 2012? (ENTREVISTADOR, <i>ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta</i>).																																	

31.1 []	Agricultores familiares do mesmo município (<i>passar para a pergunta 33</i>)
31.2 []	Agricultores familiares de outros municípios do mesmo estado
31.3 []	Agricultores familiares de outros estados
31.4 []	NS/NR
32. O (a) senhor (a) saberia dizer por que os agricultores familiares deste município não forneceram?	
32.1 []	Não tem agricultores familiares neste município
32.2 []	Os agricultores familiares deste município não estavam organizados
32.3 []	Os agricultores familiares deste município não produzem os alimentos utilizados na alimentação escolar
32.4 []	Somente agricultores familiares de outros municípios responderam à chamada pública
32.5 []	Os preços dos agricultores familiares de outros municípios estavam melhores
32.6 []	Outro(s) _____
32.7 []	NS/NR
33. Todas as unidades educativas deste município receberam os produtos comprados da agricultura familiar?	
33.1 []	Não
33.2 []	Sim (<i>passar para a pergunta 35</i>)
33.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 35</i>)
34. Por que não?	
34.1 []	
34.2 []	NR/NR
35. Como está organizada a distribuição dos alimentos da agricultura familiar para as escolas? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).	
35.1 []	Os agricultores familiares distribuem a cada escola
35.2 []	Os agricultores familiares levam a um centro de distribuição e Prefeitura distribui às escolas
35.3 []	Prefeitura recolhe os alimentos dos agricultores familiares no local de produção e os distribui às escolas
35.4 []	Outro(s) _____
35.5 []	NS/NR

QUALIDADE DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (referente ao ano de 2012)

36. Os agricultores familiares entregaram todos os produtos que foram acordados no contrato? (ENTREVISTADOR , se o entrevistado responder "na maioria das vezes" ou "quase sempre", marcar a opção de resposta "SIM").	
36.1 []	Não
36.2 []	Sim (<i>passar para a pergunta 38</i>)
36.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 38</i>)
37. O (a) senhor(a) saberia dizer qual o motivo de não entregarem todos os produtos que foram acordados no contrato?	
37.1 []	O preço acordado é muito baixo e agricultores vendem estes produtos no mercado por preço maior e substituem o produto
37.2 []	Problemas climáticos que afetam a produção
37.3 []	Não planejam a produção destes produtos
37.4 []	Dificuldade com o transporte
37.5 []	Outro(s) _____
37.6 []	NS/NR
38. Os agricultores familiares cumpriram, na maioria das vezes, com o cronograma de entrega estipulado?	
38.1 []	Não
38.2 []	Sim (<i>passar para a pergunta 40</i>)
38.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 40</i>)
39. O (a) senhor(a) saberia dizer qual o motivo de não cumprirem com o cronograma?	
39.1 []	Problemas climáticos que afetam a produção
39.2 []	Falta de produtos
39.3 []	Falta de planejamento
39.4 []	Dificuldade com o transporte
39.5 []	Outro(s) _____
39.6 []	NS/NR
40. Os agricultores familiares entregaram, na maioria das vezes, os produtos, nas quantidades estipuladas? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta)	
40.1 []	Não
40.2 []	Sim (<i>passar para a pergunta 42</i>)
40.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 42</i>)
41. O (a) senhor(a) saberia dizer qual o motivo de não entregarem, na maioria das vezes, as quantidades estipuladas?	

41.1 []	Problemas climáticos que afetam a produção																												
41.2 []	Não planejam a produção para entregar conforme o cronograma																												
41.3 []	Dificuldade com o transporte																												
41.4 []	Outro(s) _____																												
41.5 []	NS/NR																												
42. Os agricultores familiares entregaram os alimentos, na maioria das vezes, de acordo com a qualidade requerida para consumo? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).																													
42.1 []	Não																												
42.2 []	Sim																												
42.3 []	NS/NR																												
43. Quando existentes, quais foram os problemas de qualidade mais frequentes relacionados aos produtos da agricultura familiar? (ENTREVISTADOR , pode marcar mais de uma opção de resposta).																													
43.1 []	Produtos amassados																												
43.2 []	Produtos estragados																												
43.3 []	Produtos com prazo de validade vencido																												
43.4 []	Produtos não apresentam problemas de qualidade																												
43.5 []	Outro(s) _____																												
43.6 []	NS/NR																												
44. Considerando o cronograma de entrega, a quantidade e a qualidade, quais produtos dos agricultores familiares apresentaram mais problemas?																													
44.1 []	<table border="1"> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> <tr><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td><td>_____</td></tr> </table>	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____																										
_____	_____	_____	_____																										
_____	_____	_____	_____																										
_____	_____	_____	_____																										
_____	_____	_____	_____																										
_____	_____	_____	_____																										
_____	_____	_____	_____																										
44.2 []	NS/NR																												
45. Quem realiza o controle de qualidade dos produtos da agricultura familiar entregues nas escolas?																													
45.1 []	Cozinheiros(as)/merendeiras																												
45.2 []	Diretor																												
45.3 []	Nutricionista																												
45.4 []	Técnica de Nutrição																												
45.5 []	Ninguém																												
45.6 []	Outro(s) _____																												
45.7 []	NS/NR																												
46. Houve necessidade de fazer trocas ou ajustes no cardápio devido à falta de qualidade, quantidade ou atrasos nas entregas dos produtos da agricultura familiar, em 2012?																													
46.1 []	Não (<i>passe para a pergunta 48</i>)																												
46.2 []	Sim																												
46.3 []	NS/NR (<i>passe para a pergunta 48</i>)																												
47. Com que frequência?																													
47.1 []	Todo dia																												
47.2 []	Toda semana																												
47.3 []	A cada 15 dias																												
47.4 []	Todo mês																												
47.5 []	Outro(s) _____																												
47.6 []	NS/NR																												
48. Caso um alimento produzido pelos agricultores familiares precisasse ser substituído, eles realizaram a troca a tempo?																													
48.1 []	Não																												
48.2 []	Sim (<i>passe para a pergunta 50</i>)																												
48.3 []	NS/NR (<i>passe para a pergunta 50</i>)																												
49. Como foi solucionado este problema nas escolas?																													
49.1 []																													
49.2 []	NR/NR																												
50. Na sua opinião, como o(a) sr(sra) avalia a qualidade dos produtos da agricultura familiar que são entregues às escolas? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).																													

50.1 []	Ótima
50.2 []	Boa
50.3 []	Regular
50.4 []	Ruim
50.5 []	Péssima
50.6 []	NS/NR

CONDIÇÕES DA ESCOLA PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

51. As escolas apresentam condições adequadas de infraestrutura (espaço físico) para recebimento, armazenamento, conservação e preparo dos alimentos da agricultura familiar? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).	
51.1 []	Todas as escolas apresentam condições adequadas
51.2 []	Algumas escolas apresentam condições adequadas
51.3 []	Nenhuma escola apresenta condições adequadas
51.4 []	NS/NR
52. As escolas têm cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente para manipulação e preparo dos alimentos da agricultura familiar? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).	
52.1 []	Há cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente em todas as escolas (ENTREVISTADOR , marcar esta opção se a resposta for "em quase todas").
52.2 []	Há cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente somente em algumas escolas
52.3 []	Não há cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente em nenhuma escola. (ENTREVISTADOR , marcar esta opção se a resposta for "em quase nenhuma").
52.4 []	NS/NR
53. Os (as) cozinheiros(as) / merendeiras sabem manipular (receber, higienizar, lavar, processar) estes alimentos? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).	
53.1 []	Todos(as) os(as) cozinheiros(as)/merendeiras sabem (passar para a pergunta 55)
53.2 []	Somente alguns(mas) cozinheiros(as)/merendeiras sabem
53.3 []	Nenhum(a) cozinheiros(as)/merendeiras sabe
53.4 []	NS/NR (passar para a pergunta 55)
54. Quando existentes, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos cozinheiros(as)/merendeiras para a manipulação e preparo dos alimentos da agricultura familiar? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).	
54.1 []	Falta de equipamentos e utensílios
54.2 []	Falta de tempo para executar as tarefas
54.3 []	Falta de saneamento básico (abastecimento de água, energia elétrica...).
54.4 []	Outra(s) _____
54.5 []	NS/NR

EFEITOS DA LEI 11.947 PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

55. Quantas porções de frutas e hortaliças por semana são servidas nas refeições?			
Modalidade de ensino	Frutas	Modalidade de ensino	Hortaliças
55.1 Creche	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.2 Creche	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
55.3 Pré-escola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.4 Pré-escola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
55.5 Ensino Fundamental	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.6 Ensino Fundamental	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	

55.7 Ensino Médio	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.8 Ensino Médio	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
55.9 Ensino Integral	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.10 Ensino Integral	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
55.11 Educação de jovens e adultos (EJA)	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.12 Educação de jovens e adultos (EJA)	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
55.13 Quilombola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.14 Quilombola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
55.15 Indígena	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.16 Indígena	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
56. Depois da implementação da Lei 11.947, de maneira geral, a frequência e a quantidade dos seguintes alimentos no(s) cardápio(s) aumentou, diminuiu ou permaneceu igual? (ENTREVISTADOR , leia cada uma das categorias abaixo, fornecendo as opções de resposta).			
Alimentos	Frequência	Alimentos	Quantidade
56.1 Frutas	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.2 Frutas	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
56.3 Legumes	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.4 Legumes	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
56.5 Verduras	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.6 Verduras	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
56.7 Alimentos e/ou preparações regionais	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.8 Alimentos e/ou preparações regionais	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
56.9 Alimentos da safra	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.10 Alimentos da safra	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
56.11 Alimentos orgânicos e/ou agroecológicos	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.12 Alimentos orgânicos agroecológicos e/ou	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
56.13 Alimentos Processados	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.14 Alimentos processados	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR

57. Depois da implementação da Lei 11.947, houve alguma outra mudança no(s) cardápio(s)?	
57.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 60</i>)
57.2 []	Sim
57.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 60</i>)
58. Qual mudança?	
58.1 []	
58.2 []	NR/NR
59. Na sua opinião, depois que a escola começou a receber os produtos da agricultura familiar, a adesão das refeições por parte dos escolares manteve-se igual, melhorou ou piorou?	
59.1 []	Manteve-se igual
59.2 []	Melhorou
59.3 []	Piorou
59.4 []	NS/NR
60. Na sua opinião, depois da implementação das compras da agricultura familiar para o PNAE, a qualidade das refeições manteve-se igual, melhorou ou piorou?	
60.1 []	Manteve-se igual
60.2 []	Melhorou
60.3 []	Piorou
60.4 []	NS/NR

CONSIDERAÇÕES GERAIS

61. Na sua opinião, quais os principais desafios para a implementação das compras da agricultura familiar pelo PNAE? (ENTREVISTADOR: <i>Pode marcar mais de uma resposta</i>)	
61.1 []	Falta de informação
61.2 []	Falta de apoio do secretário de educação
61.3 []	Falta de agricultores familiares no município
61.4 []	Infraestrutura física da escola deficiente
61.5 []	Falta de mão-de-obra para preparo e distribuição da alimentação escolar
61.6 []	Insegurança de vender ao Estado por parte dos agricultores familiares
61.7 []	Outro(s) _____
61.8 []	NS/NR
62. Na sua opinião, o que pode ser melhorado no processo de compras da agricultura familiar?	
62.1 []	
62.2 []	NR/NR

Ao finalizar a entrevista solicitar uma cópia do(s) cardápio(s), com as quantidades *per capita*, do mês letivo anterior à **entrevista**, de todas as modalidades de ensino que são atendidas (creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, integral, ensino de jovens e adultos, etc.). Solicitar também uma cópia do(s) cardápio(s), das mesmas modalidades com as quantidades *per capita*, do mesmo mês 2008 (exemplo: cardápio de fevereiro de 2012 e de fevereiro de 2008).

[illegible]

QUESTIONÁRIO B - NUTRICIONISTA 1

(MUNICÍPIO QUE **ESTÁ** REALIZANDO AS COMPRAS PELA AGRICULTURA FAMILIAR)

O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009.

Nome do Pesquisador Responsável: Prof^a. Dr^a Betzabeth Slater Villar

Instituição Sede do Projeto: Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Número do Processo: 2011/07932-0

Número do protocolo no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública- USP: OF.COEP/027/12 e 2310

MUNICÍPIO:
DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____
NOME DO PESQUISADOR:

Apêndice 5 – Questionário C – Nutricionista 2

QUESTIONÁRIO C – NUTRICIONISTA 2

ENTREVISTADO(A):	
FUNÇÃO OU CARGO QUE EXERCE:	
ANO EM QUE COMEÇOU A TRABALHAR COMO NUTRICIONISTA DO PNAE NO MUNICÍPIO:	

DIVULGAÇÃO DA LEI 11.947	
1. O (a) senhor (a) conhece a Lei 11.947 de 2009 do PNAE que diz respeito, entre outras coisas, à utilização de 30% dos recursos financeiros do Governo Federal na compra de produtos diretamente da agricultura familiar?	
1.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 4</i>)
1.2 []	Sim
1.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 4</i>)
2. O (a) senhor (a) assistiu a algum evento (seminário, palestra, reunião) para divulgação da Lei 11.947 do PNAE?	
2.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 4</i>)
2.2 []	Sim
2.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 4</i>)
3. O (a) senhor (a) achou que esse evento trouxe informações úteis para auxiliar no processo de implementação das compras dos produtos da agricultura familiar para o PNAE no seu município?	
3.1 []	Não
3.2 []	Sim
3.3 []	NS/NR
4. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com a comunidade escolar (diretor, cozinheiros, alunos, professores, pais de alunos) do seu município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
4.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 6</i>)
4.2 []	Sim
4.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 6</i>)
5. Com quem da comunidade escolar? (ENTREVISTADOR: Pode marcar mais de uma resposta)	
5.1 []	Diretor
5.2 []	Cozinheiros(as) / merendeiras
5.3 []	Alunos
5.4 []	Professores
5.5 []	Pais dos alunos
5.6 []	Outros _____
5.7 []	NS/NR
6. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com os gestores municipais do seu município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
6.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 8</i>)
6.2 []	Sim
6.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 8</i>)
7. Com gestores de que área? (ENTREVISTADOR: Pode marcar mais de uma resposta)	
7.1 []	Secretaria da Educação
7.2 []	Departamento de Alimentação/Merenda Escolar
7.3 []	Departamento de Compras
7.4 []	Secretaria de Agricultura
7.5 []	Prefeito
7.6 []	Outros _____
7.7 []	NS/NR
8. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com os membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
8.1 []	Não
8.2 []	Sim
8.3 []	NS/NR
9. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com os agricultores familiares do município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
9.1 []	Não
9.2 []	Sim
9.3 []	NS/NR

APOIO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	
10. O município publicou alguma chamada pública para fazer compras da agricultura familiar depois da implementação da Lei 11.947, em 2009?	

10.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 13</i>)
10.2 []	Sim
10.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 13</i>)
11. Onde foram publicadas as chamadas públicas? (ENTREVISTADOR ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).	
11.1 []	Jornal do município
11.2 []	Jornal de circulação estadual/federal
11.3 []	Site da prefeitura
11.4 []	Site da REDE BRASIL RURAL
11.5 []	Mural da prefeitura
11.6 []	Rádio
11.7 []	Diário Oficial
11.8 []	Outro(s) _____
11.9 []	NS/NR
12. Porque o município não comprou alimentos diretamente da agricultura familiar para o PNAE, em 2012? (ENTREVISTADOR ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta)	
12.1 []	Não apareceram agricultores familiares na chamada pública
12.2 []	Não tem agricultores familiares neste município
12.3 []	Os agricultores familiares deste município não estavam organizados
12.4 []	Os agricultores familiares deste município não produzem os alimentos utilizados na alimentação escolar
12.5 []	Os projetos apresentados pelos agricultores familiares estavam mal feitos
12.6 []	Outro(s) _____
12.7 []	NS/NR
13. As escolas do município recebiam/recebem produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	
13.1 []	Não
13.2 []	Sim
13.3 []	NS/NR
14. Na sua opinião, o secretário da educação de seu município está comprometido com o processo de implementação das compras da agricultura familiar para o PNAE?	
14.1 []	Não
14.2 []	Sim
14.3 []	NS/NR
15. No seu município, existem projetos e/ou ações da Prefeitura, dirigidos aos agricultores familiares, para apoiar o processo de implementação das compras da agricultura familiar pelo PNAE?	
15.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 17</i>)
15.2 []	Sim
15.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 17</i>)
16. Quais são esses projetos e/ou ações?	
16.1 []	
16.2 []	NR/NR
17. Para conhecer os produtos que são produzidos pelos agricultores familiares na sua região o(a) senhor(a) fez algum levantamento junto aos produtores ou cooperativas?	
17.1 []	Não
17.2 []	Sim (<i>passar para a pergunta 19</i>)
17.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 19</i>)
18. Por que não? (ENTREVISTADOR : depois de obter a resposta passar para a pergunta 20)	
18.1 []	
18.2 []	NR/NR
19. Na sua opinião, o contato com estas organizações ou cooperativas de agricultores familiares foi importante para o processo de planejamento do cardápio?	
19.1 []	Não
19.2 []	Sim
19.3 []	NS/NR

CONDIÇÕES DA ESCOLA PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

20. As escolas apresentam condições adequadas de infraestrutura (espaço físico) para recebimento, armazenamento, conservação e preparo dos alimentos da agricultura familiar? (ENTREVISTADOR ler as opções de resposta).	
20.1 []	Todas as escolas apresentam condições adequadas
20.2 []	Algumas escolas apresentam condições adequadas
20.3 []	Nenhuma escola apresenta condições adequadas
20.4 []	NS/NR

21. As escolas têm cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente para manipulação e preparo dos alimentos da agricultura familiar? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).	
21.1 []	Há cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente em todas as escolas (ENTREVISTADOR , marcar esta opção se a resposta for "em quase todas").
21.2 []	Há cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente somente em algumas escolas
21.3 []	Não há cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente em nenhuma escola (ENTREVISTADOR , marcar esta opção se a resposta for "em quase nenhuma").
21.4 []	NS/NR
22. Os (as) cozinheiros(as) / merendeiras sabem manipular (receber, higienizar, lavar, processar) estes alimentos? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).	
22.1 []	Todos(as) os(as) cozinheiros(as)/merendeiras sabem
22.2 []	Somente alguns(mas) cozinheiros(as)/merendeiras sabem
22.3 []	Nenhum(a) cozinheiro(a)/merendeira sabe
22.4 []	NS/NR

EFEITOS DA LEI 11.947 NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

23. Quantas porções de frutas e hortaliças por semana são servidas nas refeições?			
Modalidade de ensino	Frutas	Modalidade de ensino	Hortaliças
23.1 Creche	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.2 Creche	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
23.3 Pré-escola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.4 Pré-escola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
23.5 Ensino Fundamental	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.6 Ensino Fundamental	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
23.7 Ensino Médio	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.8 Ensino Médio	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
23.9 Ensino Integral	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.10 Ensino Integral	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
23.11 Educação de jovens e adultos (EJA)	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.12 Educação de jovens e adultos (EJA)	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
23.13 Quilombola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.14 Quilombola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	

23.15 Indígena	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.16 Indígena	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
24. Depois da implementação da Lei 11.947, de maneira geral, a frequência e a quantidade dos seguintes alimentos no(s) cardápio(s) aumentou, diminuiu ou permaneceu igual? (ENTREVISTADOR , leia cada uma das categorias abaixo, fornecendo as opções de resposta).			
Alimentos	Frequência	Alimentos	Quantidade
24.1 Frutas	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.2 Frutas	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
24.3 Legumes	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.4 Legumes	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
24.5 Verduras	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.6 Verduras	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
24.7 Alimentos e/ou preparações regionais	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.8 Alimentos e/ou preparações regionais	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
24.9 Alimentos da safra	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.10 Alimentos da safra	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
24.11 Alimentos orgânicos e/ou agroecológicos	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.12 Alimentos orgânicos e/ou agroecológicos	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
24.13 Alimentos Processados	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.14 Alimentos Processados	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
25. Depois da implementação da Lei 11.947, houve alguma outra mudança no(s) cardápio(s)?			
25.1 []	Não (passe para a pergunta 27)		
25.2 []	Sim		
25.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 27)		
26. Qual mudança?			
26.1 []			
26.2 []	NR/NR		

CONSIDERAÇÕES GERAIS

27. Na sua opinião, quais os principais desafios para a implementação das compras da agricultura familiar pelo PNAE no seu município? (ENTREVISTADOR : Pode marcar mais de uma resposta)	
27.1 []	Falta de informação
27.2 []	Falta de apoio do secretário de educação
27.3 []	Falta de agricultores familiares no município
27.4 []	Infraestrutura física da escola deficiente
27.5 []	Falta de mão-de-obra para preparo e distribuição da alimentação escolar
27.6 []	Outro(s) _____
27.7 []	NS/NR
28. Na sua opinião, o que pode ser melhorado no processo de compras da agricultura familiar?	
28.1 []	
28.2 []	NR/NR

Ao finalizar a entrevista solicitar uma cópia do(s) cardápio(s), com as quantidades *per capita*, do mês letivo anterior à entrevista, de todas as modalidades de ensino que são atendidas (creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, integral, ensino de jovens e adultos, etc.). Solicitar também uma cópia do(s) cardápio(s), das mesmas modalidades com as quantidades *per capita*, do mesmo mês 2008 (exemplo: cardápio de fevereiro de 2012 e de fevereiro de 2008).

QUESTIONÁRIO C - NUTRICIONISTA 2

(MUNICÍPIO QUE **NÃO ESTÁ** REALIZANDO AS COMPRAS PELA AGRICULTURA FAMILIAR)

O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009.

Nome do Pesquisador Responsável: Profª. Drª Betzabeth Slater Villar

Instituição Sede do Projeto: Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Número do Processo: 2011/07932-0

Número do protocolo no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública- USP: OF.COEP/027/12 e 2310

MUNICÍPIO:
DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____
NOME DO PESQUISADOR:

Anexo 1 – Aprovação do Comitê de Ética

FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Venda de produtos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios do estado de São Paulo: a perspectiva do agricultor

Pesquisador: Ana Paula Cantarino Frasão do Carmo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 54197816.1.0000.5421

Instituição Proponente: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.550.639

Apresentação do Projeto:

O presente projeto ocupa-se do papel da agricultura familiar (AF) no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Destaca que a organização produtiva apresenta dificuldades em atender à demanda desse mercado.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo do projeto é o de se caracterizar e comparar a venda direta da AF para o PNAE sob a perspectiva do agricultor familiar e ainda: i)descrever e caracterizar o agricultor familiar individual, o agricultor familiar associado e o agricultor familiar cooperado;

ii)comparar as formas de venda dos agricultores: venda individual, venda com o apoio de associação e a venda com o apoio de cooperativas;iii)identificar os fatores que dificultam ou possibilitam a venda para o PNAE.

O estudo será descritivo, transversal, envolvendo métodos de análise quantitativa. Os dados a serem analisados foram coletados da pesquisa "O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009", a qual avaliou 38 municípios do Estado de São Paulo. Foram coletados dados de 110 agricultores que venderam para o PNAE,

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715

Bairro: Cerqueira Cesar

CEP: 01.246-904

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3061-7779

Fax: (11)3061-7779

E-mail: coep@fsp.usp.br

FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

Continuação do Parecer: 1.550.639

Outros	autorizacao_banco.pdf	03/03/2016 18:21:14	do Carmo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEcorrigido.pdf	03/03/2016 18:20:50	Ana Paula Cantarino Frasão do Carmo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoAnaFormatadoV6.pdf	03/03/2016 18:20:24	Ana Paula Cantarino Frasão do Carmo	Aceito
Folha de Rosto	digitalizar0002.pdf	03/03/2016 17:54:56	Ana Paula Cantarino Frasão do Carmo	Aceito
Outros	aprovacaoprojetoposterior.pdf	01/03/2016 21:27:35	Ana Paula Cantarino Frasão do Carmo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SÃO PAULO, 18 de Maio de 2016

Assinado por:

Maria Regina Alves Cardoso
(Coordenador)

Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **“Avaliação dos fatores condicionantes da implantação (ou não) do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Estado de São Paulo”**.

O objetivo desse projeto é identificar as condições e os fatores envolvidos no processo de implementação da compra da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos âmbitos das escolas, da agricultura familiar e do município.

O(os) procedimento(s) de coleta de dados serão da seguinte forma: Neste trabalho, serão obtidas informações a partir de entrevistas individuais e/ou coletivas sobre a caracterização do município quanto ao porte, rede pública de ensino, localização, políticas públicas existentes e em funcionamento, aspectos institucionais, articulação inter e intra-institucionais, vocação agrícola, participação social, inclusive das comunidades tradicionais. Em relação ao cardápio, serão obtidos dados de planejamento, compras e as possíveis influências da implementação da Lei 11.947 no âmbito escolar. A partir de todas as informações coletadas e análises, é prevista a sistematização e redação das lições aprendidas e as melhores práticas nos distintos casos estudados.

DESCONFORTOS E RISCOS E BENEFÍCIOS: O projeto prevê apenas a realização de entrevistas com os participantes, os quais serão voluntários, portanto, acredita-se que os riscos ou desconfortos sejam mínimos, por exemplo, a chance remota do extravio dos dados levando a um constrangimento. Quanto aos benefícios, acredita-se que os resultados desta pesquisa poderão trazer esclarecimentos a respeito da implantação e alguns efeitos desta política, o que poderá contribuir para a sua melhoria e conseqüentemente melhor atendimento de uma das populações beneficiadas, que são os agricultores familiares.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA: Este item não se aplica à esta pesquisa.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via deste consentimento informado será arquivada no Curso de Pós Graduação em Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e outra será fornecida a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE: Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. O(a) professor(a) orientador(a) Betzabeth Slater Villar certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas poderei chamar a estudante Jamile Fernandes Ramos e o(a) professor(a) orientador(a) Bezabeth Slater Villar, no telefone (11) 3061-7853 ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sito à Av. Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira César – São Paulo, SP.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Participante	Data
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
Nome	Assinatura da Testemunha	Data

Currículo Lattes da aluna

Ana Paula Cantarino Frasnão do Carmo

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4044496485156356>

Última atualização do currículo em 05/06/2017

Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal Fluminense (2009). Mestranda do Programa de Nutrição em Saúde Pública USP. Tem experiência na área de Nutrição em Saúde Pública, com ênfase em Alimentação Escolar, Programa Nacional de Alimentação escolar(PNAE), Agricultura Familiar. Trabalhou na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, sendo responsável pela supervisão e controle da alimentação escolar, educação nutricional, planejamento e controle de cardápios destinados aos alunos desde o ensino fundamental ao ensino médio. Foi estagiária do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) na disciplina de graduação do curso de nutrição : Nutrição de Grupos Populacionais. Seu projeto de pesquisa de mestrado tem enfoques na Agricultura Familiar e no PNAE. Residiu entre 2010 e 2012 na França onde foi possível aprimorar seus conhecimentos no idioma francês, possui DELF no nível B2, requisito para cursar em universidades francesas. Atualmente é nutricionista da prefeitura municipal de Taboão da Serra. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Ana Paula Cantarino Frasnão do Carmo
Nome em citações bibliográficas	CARMO, A. P. C. F.

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2015	Mestrado em andamento em Nutrição em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública USP, FSP -USP, Brasil. Título: Análise Multivariada dos Fatores Associados à Venda da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios do estado de São Paulo, Orientador: Betzabeth Slater Villa. Grande área: Ciências da Saúde
2012 - 2013	Especialização em Obesidade e Emagrecimento. (Carga Horária: 360h). Universidade Gama Filho, UGF, Brasil. Título: Tratamento Dietético da Obesidade. Orientador: FRANCISCO NAVARRO.
2005 - 2009	Graduação em Nutrição. Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. Título: ESTUDO DIETÉTICO DO YACON. Orientador: WANISE MARIA DE SOUZA CRUZ.

Formação Complementar

2016 - 2016	Introdução ao pacote estatístico STATA. (Carga horária: 20h). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, FSP - USP, Brasil.
2016 - 2016	Avaliação de Sistemas e Serviços de Saúde. (Carga horária: 16h). Faculdade de Saúde Pública USP, FSP USP, Brasil.
2013 - 2013	Preparatório para concursos de nutrição. (Carga horária: 180h). NutMed- cursos de nutrição, NUTMED, Brasil.
2012 - 2012	Terapia nutricional nas insuficiências Orgânicas. (Carga horária: 60h). Ganep Nutrição Humana, GANEP, Brasil.
2009 - 2009	Curso de atualização em Nutrição Esportiva. (Carga horária: 16h). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

Currículo Lattes da orientadora

Betzabeth Slater Villar

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9309234246831567>

Última atualização do currículo em 25/02/2016

possui graduação em Nutrição pela Universidade Nacional Mayor de San Marcos (1986), mestrado em Nutrição Humana Aplicada pela Universidade de São Paulo (1996) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Epidemiologia Nutricional, atuando principalmente nos seguintes temas: Métodos quantitativos e qualitativos para avaliação do consumo alimentar de adolescentes e adultos.; Recomendações nutricionais DRIs e Alimentação de crianças e adolescentes. É Editora associada da Revista Brasileira de Epidemiologia e atua como parecerista de Revista de Saude Pública e Europ. Journal of Clinical Nutrition. Também é membro titular do conselho do departamento de Nutrição da Faculdade de Saude Pública (**Texto informado pelo autor**)

Identificação

Nome

Betzabeth Slater Villar

Nome em citações bibliográficas

SLATER, B.; Slater, Betzabeth; VILLAR, BETZABETH SLATER

Endereço

Endereço Profissional

Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública,
Av. Dr. Arnaldo 715 2º andar
Cerqueira César
01246904 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 30667701
Ramal: 243
Fax: (11) 30667705
URL da Homepage: <http://www.fsp.usp.br>

Formação acadêmica/titulação

1997 - 2001

Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Desenvolvimento e Validação de um Questionário Semi-quantitativo de Frequência Alimentar para Adolescentes, Ano de obtenção: 2001.
Orientador: Sonia Tucunduva Philippi.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
Palavras-chave: Questionário; Validade; Adolescentes; Inquerito.
Grande área: Ciências da Saúde
Setores de atividade: Nutrição e Alimentação.

1992 - 1996

Mestrado em Nutrição Humana Aplicada (Conceito CAPES 4).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Identificação de Risco de deficiência de Vitamina A em Gestantes utilizando Metodologia Simplificada de Inquérito Alimentar, Ano de Obtenção: 1996.
Orientador: Maria José Roncada.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
Palavras-chave: Inquérito; Vitamina A; gestantes.
Grande área: Ciências da Saúde
Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Nutrição / Subárea: Análise Nutricional de População / Especialidade: Epidemiologia Nutricional.
Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Nutrição / Subárea: Análise Nutricional de População / Especialidade: Saúde Pública.
Setores de atividade: Nutrição e Alimentação.

1979 - 1986

Graduação em Nutrição.
Universidade Nacional Mayor de San Marcos, UNMSM, Peru.

CNPq | Uma agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4700073D3